

outubro 2012

número 0

ROSSIO

Estudos de Lisboa



publicação do Gabinete de Estudos Olisiponenses
ISSN 2183-1327

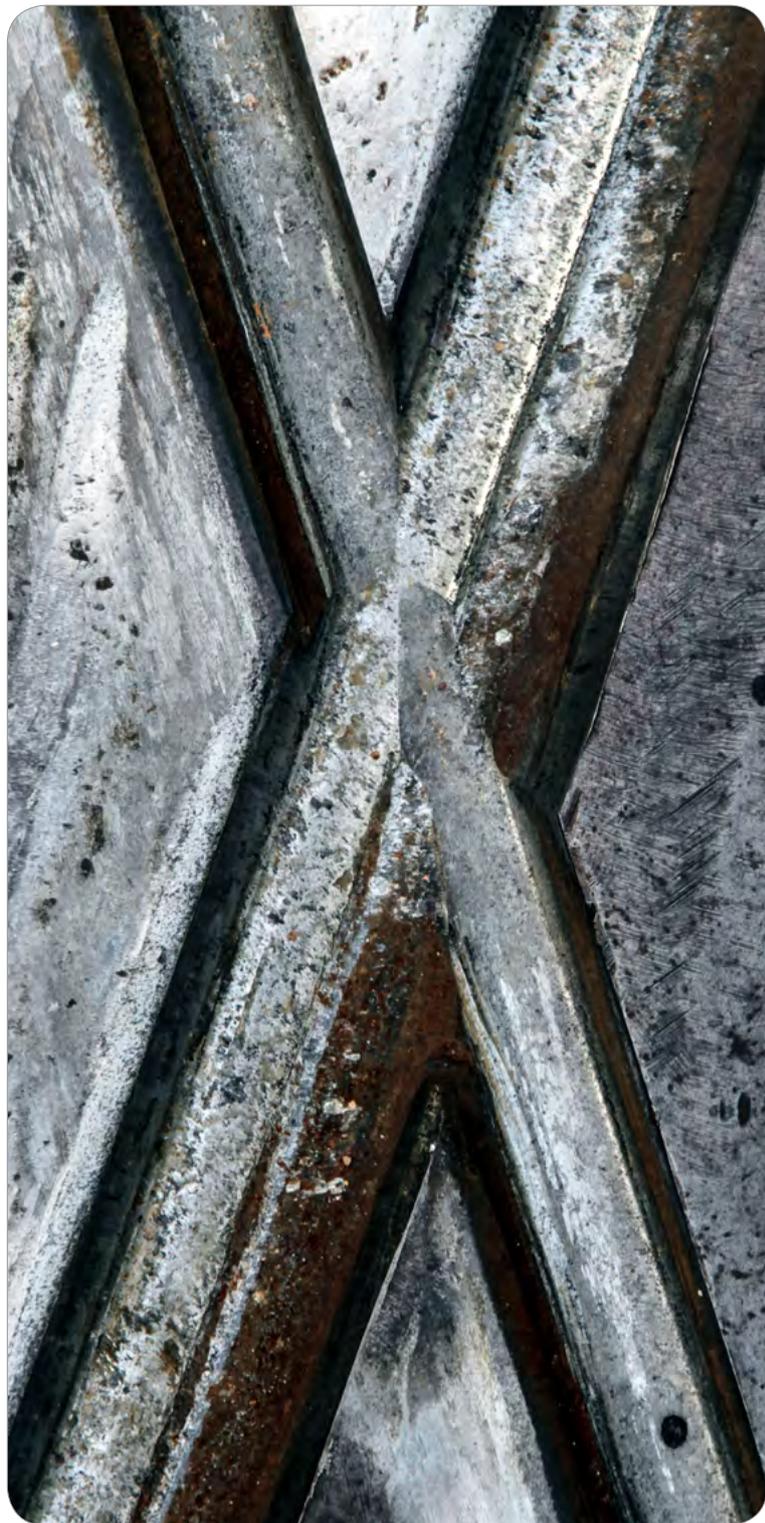
Director
Jorge Ramos de Carvalho

Conselho Editorial
Ana Melo
Anabela Valente
Hélia Silva
Miguel Martins
Rita Megre

Projecto Gráfico
João Rodrigues

Secretariado executivo
Vanda Souto

Edição / Câmara Municipal de Lisboa
Lisboa, Outubro de 2012



Editorial

Elemento essencial de praticamente todas as vilas e cidades portuguesas, o rossio é, desde a Idade Média, um elemento central da vida destas comunidades. Situado sempre junto de uma das principais vias de acesso aos perímetros urbanos, era aí que se realizavam feiras e mercados, era o rossio que servia de palco para manifestações religiosas de maior dimensão, era nesse terreiro que tinham também lugar exercícios militares e manifestações populares espontâneas.

Local de confluência, de trocas de produtos e de experiências, de observação, de aprendizagem, de convívio e de (re)encontro, não admira pois que, apesar de terem visto a sua configuração, funcionalidades e toponímia profundamente alterados ao longo do tempo, a memória dos locais ainda preserve e reproduza aquela que é a sua designação original: Rossio.

É nesse sentido que entendemos esta nova revista a que, simbolicamente, optámos por chamar apenas Rossio, entendido como o nome que remete para um local onde se apela à memória e à História da cidade; para onde todos confluímos e onde nos reencontramos com outros para trocarmos ideias, pontos de vista, formas de viver e de interpretar uma cidade plural e multifacetada.

Jorge Ramos de Carvalho



Manuel Fialho

SÃO JULIÃO: UMA FREGUESIA MARÍTIMA DE LISBOA (1147-1294)

Este artigo consiste na análise das dinâmicas que ditam a evolução urbana na freguesia de S. Julião de Lisboa, tendo como balizas cronológicas os anos de 1147, tomada da cidade por Afonso Henriques, e 1294, início da construção da cerca ribeirinha.



José Manuel Garcia

A GENEALOGIA DAS IMAGENS DE LISBOA ENTRE 1662 E 1707

A divulgação das imagens de Lisboa tem um grande impulso a partir da edição das gravuras feitas sobre a cidade por Dirck Stoop em 1662 no âmbito do casamento de D. Catarina. Tais obras foram em grande parte seguidas e divulgadas por vários autores, com algumas ampliações, até que se chega à grande divulgação das gravuras que a partir de 1707 foi promovida por Jacobus Baptist.



Delminda Rijo

HISTÓRIA, SOCIEDADE E FAMÍLIA EM SANTA JUSTA ANTES DO GRANDE TERRAMOTO DE 1755: PALÁCIO CADAVAL E O HOSPITAL REAL DVWE TODOS OS SANTOS

Uma “peregrinação” pela populosa freguesia de Santa Justa, no limiar do séc. XVIII, com entrada privilegiada no Palácio do Duque de Cadaval e no Hospital Real de Todos os Santos, dois dos edifícios mais simbólicos do Rossio – um espaço que refletia a imagem da Lisboa Moderna, com comércio variado, transição de gentes, presença de órgãos de decisão, de assistência e pleno de espiritualidade, exotismo e transgressão.



Hélia Silva

OS ESTUQUES DO SALÃO NOBRE DO PALÁCIO DO MACHADINHO

Foi com a chegada de Giovanni Grossi a Lisboa em 1748, que se iniciou uma época extraordinária na utilização de estuques relevados na decoração de interiores. Os trabalhos atribuídos a Grossi surgem-nos sobretudo em espaços religiosos mas decoram também palácios ou residências de pequenos mercadores como as casas do Machadinho, na Madragoa. O presente artigo faz o enquadramento artístico dos estuques do salão do Palácio do Machadinho, atribuídos a Grossi.



Anabela Valente, Judite de Sousa e Jorge Rodrigues

ROMAGEM REPUBLICANA AO CEMITÉRIO DO ALTO DE SÃO JOÃO

A romagem aos túmulos de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis no Cemitério do Alto de S. João realiza-se desde 1911 até aos nossos dias, tendo primeiramente como objectivo implícito a legitimação da República e das medidas políticas tomadas, e durante o Estado Novo surge como contestação ao regime. A cerimónia é organizada pela Associação dos Centros Escolares e Republicanos, associada ao Grande Oriente Lusitano, e mais recentemente, à Grande Loja Feminina de Portugal.



Hélia Silva e Rita Mégre

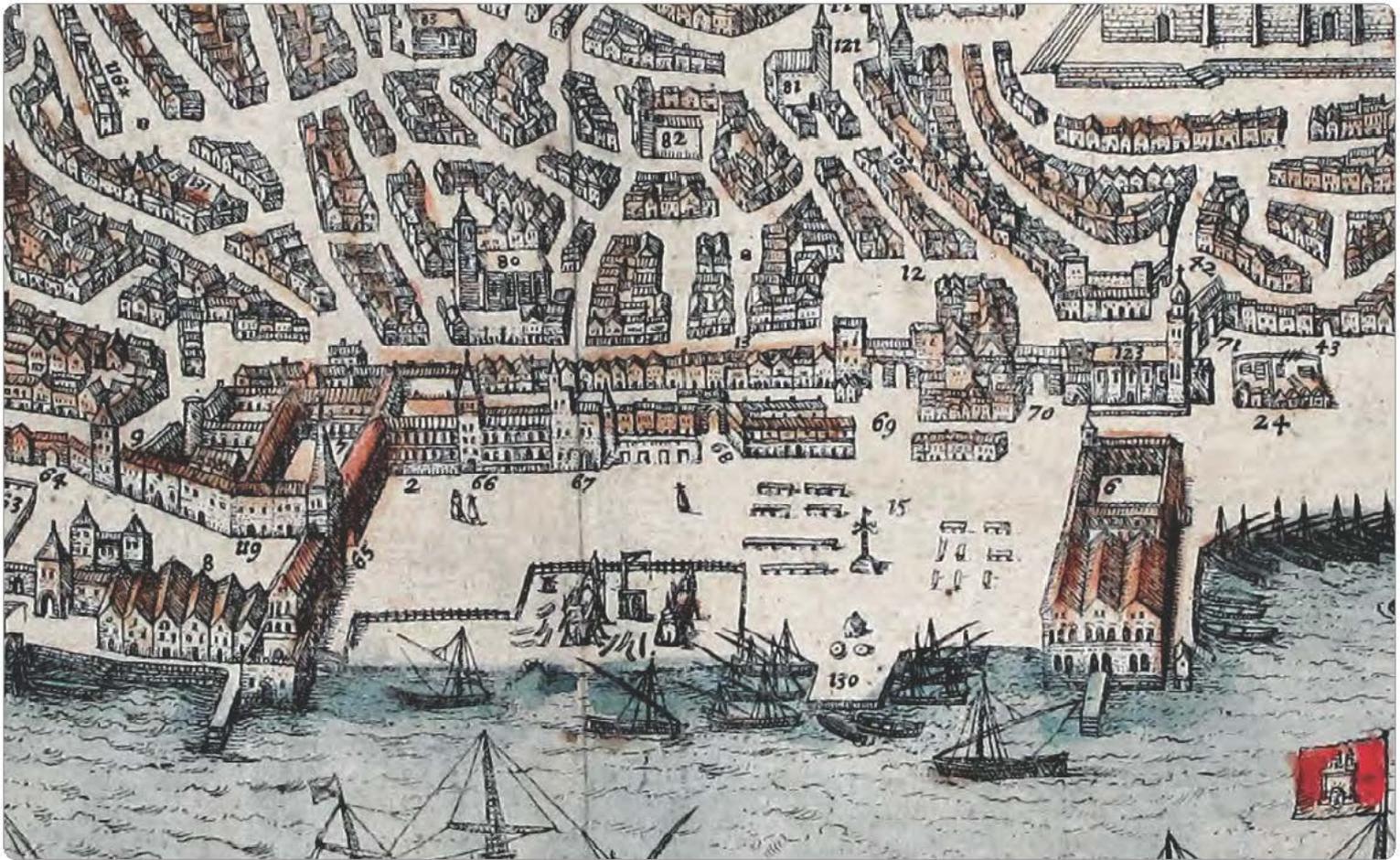
CONSTRUIR PATRIMÓNIO HOJE

As intervenções no tecido urbano consolidado, mesmo no casco histórico, abrangem uma panóplia de opções que vão desde as meramente cirúrgicas, como a conservação e o restauro, à obra nova. O caso que aqui apresentamos é o exemplo de como uma obra de raiz, com uma imagem assumidamente contemporânea mas que respeita as características morfológicas do sítio, pode contribuir para valorizar o ambiente urbano de uma zona antiga da cidade.









SÃO JULIÃO: UMA FREGUESIA MARÍTIMA DE LISBOA (1147-1294)



Manuel Fialho

► www.Gabinete.de.Estudios.Olispenses

INTRODUÇÃO

Ao primeiro olhar o título deste artigo poderá parecer enganoso, pois o Tejo não é um mar. Mas para os lisboetas da época aqui estudada, o rio era considerado um autêntico mar; prova disso são as “Portas do Mar” ou ainda o facto de a muralha de D. Dinis ser construída “contra o mar”¹. A área da cidade que aqui analisamos com mais atenção compreende uma freguesia que foi, durante longos séculos, absolutamente nuclear no desenvolvimento das atividades marítimas de Lisboa.

Neste artigo observaremos a evolução urbana da freguesia de S. Julião, analisando as diferentes fases do seu desenvolvimento, tendo em conta o respetivo enquadramento histórico. As nossas balizas cronológicas situam-se entre a tomada da cidade por Afonso Henriques, em 1147, e 1294, o ano em que foi assinado o contrato entre D. Dinis e o Concelho de Lisboa sobre a construção da muralha que iria proteger a margem ribeirinha do arrabalde ocidental da cidade. Notaremos também como se manteve, nesta freguesia, uma relevante herança islâmica, nomeadamente no urbanismo e na toponímia. Assinalaremos as tipologias de propriedade dominantes, tentando perceber quais as atividades mais relevantes e a dinâmica urbana desta freguesia da cidade medieval.

UMA CIDADE SEM CERTEZAS (1147-1217)

Em Outubro de 1147, Afonso Henriques toma Lisboa com o auxílio de um contingente de cruzados do Norte da Europa que partiam para a Guerra Santa no Oriente. Contudo, até 1217 Lisboa é uma cidade sem certezas. Para o jovem reino português ainda em formação, a cidade de Lisboa não tem qualquer destino definido e todas as hipóteses estão ainda em aberto. A principal questão que preocuparia tanto os monarcas portugueses como os próprios habitantes era se a cidade cairia nas mãos muçulmanas ou se, pelo contrário, permaneceria em poder dos cristãos. Esta incerteza teve consequências, pois uma cidade sem certezas não atrai investimentos económicos, militares ou sociais de vulto por parte do poder central. Por exemplo, qualquer obra de relevo nas defesas da cidade poderia ter consequências nefastas para o próprio poder real, se a cidade se revoltasse ou se caísse nas mãos erradas. Além disso, para os cristãos, os muçulmanos estavam muito próximos e presentes, pois grande parte da população de Lisboa era muçulmana².

Todavia, com a chegada das gentes do Norte o quadro tornava-se ainda mais complexo e a cidade transformava-se gradualmente. A sociedade de Lisboa mantinha uma forte componente de muçulmanos mas enriquecia-se agora com cavaleiros-vilãos cristãos que procuravam novas oportunidades, com homens de comércio, tanto do Norte como do Sul, com trabalhadores rurais que produziam o seu sustento no rico *hinterland* da cidade e com clérigos de diferentes ordens religiosas que demandavam novas paragens. A este frenesim social devemos juntar um intrincado contexto político-militar. Durante a segunda metade do século XII, as escaramuças na fronteira do Tejo eram constantes. Além dos ataques marítimos almóadas a Lisboa em 1179 e 1184³, toda a península de Setúbal e a importante cidade de *Qasr abu Danis* (Alcácer do Sal) permaneciam ainda em disputa. Apesar das precoces conquistas cristãs de Almada e Palmela (1147), de Alcácer do Sal (1158 ou 1160) e de Sesimbra (1165), todas estas localidades terão sido recuperadas pelos muçulmanos durante a segunda metade do século XII, sobretudo com a grande ofensiva almóada de 1191⁴. Apenas nos últimos anos deste século várias destas localidades regressam definitivamente às mãos cristãs⁵. Além disso, levaria ainda mais de duas décadas para Lisboa se tornar numa cidade realmente segura. A conquista de Alcácer do Sal, em 1217, comandada pelo bispo Soeiro Viegas de Lisboa com a preciosa colaboração de cruzados que viajavam para a terra santa⁶, aumentou consideravelmente a estabilidade e segurança militar da cidade do Tejo. Ao mesmo tempo, o avanço militar cristão para Sul trouxe-lhe a paz necessária ao amplo desenvolvimento económico, demográfico e topográfico que se veio a verificar a partir dessa altura. **IMAGEM 1** Observemos agora, com mais atenção, a implantação da freguesia de S. Julião e a sua evolução urbana. Pouco sabemos sobre ela durante as primeiras décadas do séc. XIII, e menos ainda sobre esta parte da cidade no século XII. Para percebermos melhor as dinâmicas urbanas que estão na origem da paróquia de S. Julião devemos recuar um pouco mais e observar como era esta zona da cidade no momento anterior à reconquista

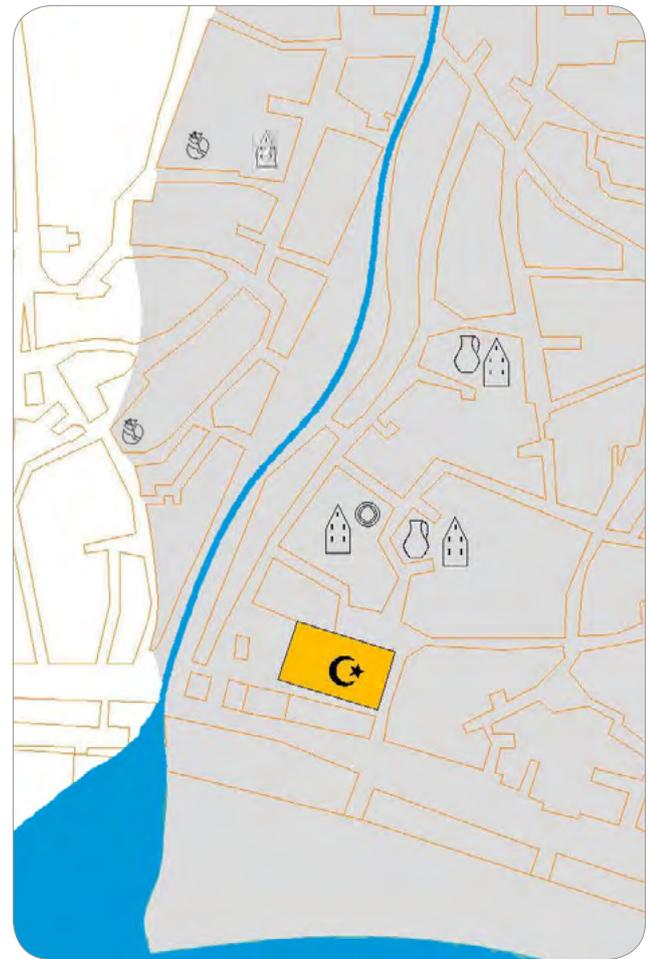


IMAGEM 1

Planta do arrabalde ocidental com a localização de uma hipotética mesquita no local da posterior igreja de S. Julião (Planta: Teresa Durão)

-  Mesquita
-  Estruturas habitacionais
-  Poço
-  Olarias
-  Silos
-  Vestígios habitacionais

cristã, em 1147. Nessa altura, *Lixbuna* possuía um considerável arrabalde ocidental, que a arqueologia tem vindo a revelar desde os anos 90 do século passado. Os achados arqueológicos de época islâmica do bairro da Praça da Figueira⁷, das olarias e poço da rua Augusta⁸, os vestígios islâmicos da rua do Ouro⁹ e da rua de S. Nicolau¹⁰ configuram um arrabalde ocidental de uma dimensão muito considerável e que vem aumentar a área urbana da cidade islâmica de meados do séc. XII muito para além do que se considerava anteriormente¹¹. A narrativa sobre a conquista de Lisboa, realizada por um cruzado, refere a existência e configuração do arrabalde ocidental, descrevendo-o como um local densamente urbanizado e, por isso, de difícil acesso aos cruzados cristãos¹². A arqueologia informa-nos também que, em algum momento do século XII, talvez no Verão de 1147, uma olaria islâmica deixou abruptamente de funcionar, tendo os oleiros deixado no forno uma última obra que chegou até nós intacta¹³. Além do problema do episódio histórico da conquista que pode ou não ter ficado aqui cristalizado, interessa-nos mais a questão da localização desta olaria. A sua descoberta, perto da atual rua Augusta, junto a outras estruturas habitacionais, permite-nos perceber um pouco melhor a dimensão do arrabalde islâmico, que se estendia pelo menos até à margem esquerda do rego. Este rego era uma ribeira de origem natural que cortava o vale da baixa de Norte a Sul, descarregando no Tejo as águas que recebia das ribeiras de Arroios e de Valverde. Regressando à questão da dimensão do arrabalde ocidental, num olhar revolucionário, podemos considerar que os dados arqueológicos provenientes dos achados da rua do Ouro e da rua de S. Nicolau configuram um arrabalde islâmico, no séc. XII, que se estenderia praticamente até ao sopé da colina de S. Francisco¹⁴. **IMAGEM 1** A dimensão do arrabalde islâmico é uma informação relevante, pois permite perceber que a freguesia de S. Julião não surge numa área baldia e vazia, mas sim numa zona previamente urbanizada, talvez excetuando a área ribeirinha¹⁵. A configuração urbana desta arrabalde seria a configuração típica de um arrabalde multifuncional, isto é, com áreas habitacionais e industriais misturadas. Configurados os limites e a dimensão aproximada do arrabalde islâmico em 1147, olhemos agora para o seu interior. Um arrabalde desta dimensão teria com certeza várias mesquitas

de bairro, e, de facto, encontrámos algumas pistas para a localização de uma delas. Uma notícia tardia, já do século XVIII, e por isso supostamente menos plausível, dá-nos a informação de que em 1147 se encontraria no local da igreja de S. Julião uma mesquita, que Afonso Henriques “mandara modificar e dedicara aos gloriosos Mártires de Cristo S. Julião, e Santa Basalisa, sendo sagrada depois a nova igreja pelo Ilustríssimo D. João Pardo, sexto bispo de Lisboa, no ano de 1241, reinando D. Sancho II”¹⁶. Na verdade, S. Julião e S. Basalisa surgem usualmente como um casal, havendo pelo país algumas ermidas e igrejas com esta invocação. Além disso, sabemos que a imagem de Santa Basalisa acompanhava S. Julião no altar-mor da igreja lisboeta¹⁷. Também temos conhecimento que o bispo de Lisboa nesta época era o Mestre João Raulis, o qual poderia ser também conhecido como João Pardo¹⁸. Convém lembrar que a segunda metade da década de 40, época de uma fratricida guerra civil entre Afonso conde de Bolonha e Sancho II, é uma altura relevante em termos de obras na cidade em geral, e no seu arrabalde ocidental em particular. Talvez estes dois fatores tenham uma relação, vejamos se será assim. Sabemos que a partir de 1244 o Mosteiro de S. Francisco terá sofrido ampliações e obras de relevo que terão originado uma nova fase de urbanização no topo do monte Fragoso¹⁹. Terá sido também nos finais desta década que terá sido fundado o Mosteiro de São Domingos, nos limites setentrionais da freguesia de S. Julião²⁰. Se juntarmos a isto o facto de, em 1246 e em 1248, Afonso III confirmar à cidade todos os privilégios e foros anteriormente concedidos percebemos que o conde de Bolonha tentava ganhar o favor de Lisboa para a sua causa, contra Sancho II²¹. Para o conseguir, nada seria melhor do que patrocinar obras em igrejas e mosteiros ou ainda doar espaços importantes ao concelho, como é o caso do terreno onde se realizava o mercado de peixe, doado em 1248²². No caso de S. Julião não sabemos se as obras terão tido influência do monarca, mas se tal assim fosse,

não seria de espantar. Ou seja, no seu conjunto, a notícia sobre a mesquita no local da igreja de S. Julião começa a ganhar alguma credibilidade. Mas o mais interessante é o faseamento progressivo da transformação da mesquita em igreja. A proposta formulada parece indicar que a mesquita foi cristianizada em duas fases: a primeira em 1147, em que a Mesquita é “modificada” em uma igreja dedicada a S. Julião e a S. Basalisa; e a segunda em 1241, em que é “sagrada depois a nova igreja”, ou seja, depreende-se nesta última fase uma alteração na estrutura arquitetónica do edifício. Ora, isto corresponde exatamente ao *modus operandi* dos reis cristãos, logo após a tomada das cidades do al-Andalus. A mesquita aljama era transmutada na principal igreja da cidade, muitas vezes em catedral, e as mesquitas secundárias eram convertidas em igrejas paroquiais, mas as alterações arquitetónicas de volume apenas ocorriam séculos depois da conversão da mesquita em igreja²³. Ainda assim, não podemos concluir, apenas baseados nestas informações, que a igreja medieval de São Julião foi precedida por uma mesquita, mas devemos levantar essa hipótese, visto que estes indícios, analisados em conjunto, não nos parecerem totalmente despienciados. Um outro elemento oriundo na época de domínio islâmico da cidade, que se manteve presente na vida quotidiana dos lisboetas até inícios do séc. XVI, foi o topónimo Morraz²⁴. Este topónimo, que surge na documentação em finais do séc. XIII, e que posteriormente se mantém associado à “rua de Morraz”²⁵, tinha originalmente uma ligação direta com o rego. A designação “rius de Morraz”, que surge num aforamento de casas em S. Julião (1295), confirma sem grande margem de dúvida esta associação²⁶. Ou seja, o topónimo Morraz não significava apenas o local onde o rego se juntava ao Tejo, mas uma boa parte do próprio rego. Relativamente ao topónimo Morraz, propomos a seguinte hipótese. Em árabe, a raiz “m-r-r” pode estar ligada a duas ideias: à ideia de “passar”, “local de passagem”; ou à ideia de “amargura”. Numa primeira análise, sabendo nós, que algures sobre o Morraz ficava a ponte da Galonha,

inclinámo-nos a considerar a primeira hipótese associando o topónimo Morraz a este estratégico local de passagem, contudo uma outra informação levou-nos a alterar a nossa posição. Segundo Angel Gonzales Palencia, na Toledo medieval existia um bairro denominado do “poço amargo”, “al-biyyr al-murr”, ou seja, confirma-se em Toledo um topónimo consolidado com clara origem na raiz trilateral “m-r-r”, ligado ao tópico da “amargueza”²⁷. Regressando a Lisboa, em 1262, encontramos o conhecido córrego da baixa classificado como “rego merdeiro”, uma clara indicação da sua função como principal coletor de esgotos do arrabalde ocidental da cidade²⁸. Ora esta coincidência toponímica com Toledo, considerada em conjunto com a funcionalidade evidenciada na documentação, leva-nos a crer que o “rego” de 1262 possivelmente já existiria como tal na época islâmica, deixando uma marca na toponímia que iria perdurar na “rua do Morraz” até ao século XVI. A herança arábico-islâmica não se limitou à toponímia lisboeta, pois também o urbanismo islâmico ficou profundamente marcado na forma da cidade. Apesar de alguns avanços significativos, os estudos arqueológicos estão ainda focados em determinados pontos específicos da cidade e está ainda por realizar uma visão de conjunto sobre a malha urbana medieval. Ainda assim, uma observação cuidadosa da cartografia pré-pombalina permite uma ideia aproximada da forma urbana do espaço então pertencente à freguesia de S. Julião. A topografia desta freguesia é profundamente marcada pelo rego, um dado natural dada a sua pré-existência. Na sua margem esquerda, todo o espaço urbano perceptível na cartografia evidencia um urbanismo normalmente denominado como “orgânico”. Este urbanismo é marcado por algumas “vias públicas”, aplicando a nomenclatura medieval, que atravessam todo o espaço urbano, comunicando com vias semiprivadas que, por sua vez, davam acesso a espaços privados. No atual estado do conhecimento sobre este tema, não é possível estabelecer uma cronologia segura para a malha urbana pré-pombalina, todavia parece-nos lógico considerar que há uma clara influência do urbanismo anterior à reconquista de 1147. Em primeiro lugar, porque grande parte da freguesia medieval foi implantada sobre um espaço urbano pertencente



Convento de São Domingos (c.1240)



Convento de S. Francisco da Cidade, (1217)



Convento da Santíssima Trindade, (1218)

ao arrabalde da cidade “islâmica”, e em segundo, porque a estrutura viária é normalmente um fator perene na evolução urbana.

Devemos lembrar que ao contrário de Alfama, que mantém, ainda hoje, algumas características urbanísticas possivelmente herdadas da época islâmica, a forma urbana do arrabalde ocidental medieval desapareceu quase completo nas obras de remodelação que se seguiram ao terramoto de 1755. Este eclipse da forma urbana medieval ocorreu sobretudo em virtude das obras de terraplanagem e aterro que foram depois feitas, uma realidade que tem sido comprovada pelas várias escavações arqueológicas aí realizadas.

DESENVOLVIMENTO URBANO (1217-1294)

Entre 1217 e 1294 Lisboa altera-se profundamente. Os momentos-chave que balizam este período são a conquista de Alcácer do Sal (1217) e o contrato entre D. Dinis e o concelho de Lisboa para a construção da muralha que iria proteger todo o vale da baixa (1294). Durante este período tem lugar em Lisboa uma extraordinária recuperação urbana que irá afetar a própria forma da cidade. [IMAGEM 2](#)

O século XIII é uma época de grande expansão urbana, que se pode fasear em dois momentos. O primeiro ocorre logo após a segurança obtida com a conquista de Alcácer, o segundo após o final das guerras civis que perturbarão o funcionamento do reino durante os reinados de Afonso II (1212 – 1223) e Sancho II (1223 – 1248), e que afetarão também Lisboa, então uma das principais urbes de Portugal. No primeiro destes momentos, notamos um aumento de interesse generalizado por Lisboa, visível tanto na implantação das ordens monásticas (Franciscanos, Trinitários, Dominicanos), como nas opções régias relativas à cidade²⁹.

No segundo momento, com a chamada “viragem dos anos 1250”³⁰, o poder central começa a investir verdadeiramente na cidade, colaborando na construção de equipamentos urbanos³¹ e adquirindo inúmeras propriedades por toda a cidade. O auge do crescimento económico da cidade ocorre no último quartel do século XIII, implicando uma espetacular recuperação urbana na área do novo centro económico da cidade: a margem ribeirinha do arrabalde ocidental, polarizado na rua Nova.³²

[IMAGEM 3](#) Analisemos agora os dados sobre S. Julião neste momento crucial para a evolução urbana da cidade. A topografia desta paróquia é marcada por dois elementos de origem diversa que são os principais

IMAGEM 2

Nesta planta pré-pombalina da cidade de Lisboa notamos claramente, no traçado viário da área coberta pela freguesia de S. Julião, dois elementos preponderantes que afectavam toda a urbanística da freguesia: a rua Nova e o rego. Apenas no século XV foi feita sobre o antigo rego a rua dos Ourives do Ouro, transformando-o em mais um cano da cidade. A rua Nova desapareceu em 1755, com as obras posteriores ao terramoto.



responsáveis pelo desenho da sua malha urbana. Referimo-nos ao rego e à rua Nova. O córrego da baixa já aqui foi descrito. Quanto à rua Nova, esta era uma das principais artérias da cidade que atravessava o vale da baixa entre Este e Oeste, correndo paralelamente ao Rio. Não sabemos exatamente quando foi feita esta rua, mas terá sido aberta em finais do reinado de Afonso III ou em inícios do reinado de D. Dinis³³. Nesta época, o núcleo da freguesia de S. Julião era a sua igreja paroquial. Encontrámos a primeira referência documental à igreja e à paróquia de S. Julião nas inquirições ordenadas por Afonso II, muito provavelmente elaboradas em 1220³⁴. Além desta inquirição, uma venda de uma casa em 1222, confirma-nos a existência da paróquia nas primeiras décadas do séc. XIII³⁵. Perante estes dados, podemos afirmar que a paróquia estaria já constituída nesta altura, e que a igreja teria sido fundada talvez antes ou durante as primeiras décadas do século XIII. **IMAGEM 4**

Durante o século XIII, a paróquia de S. Julião era delimitada a Sul pelo Tejo, a Este pelas paróquias urbanas de S. Nicolau e Santa Maria Madalena, a Norte pelo Mosteiro de S. Domingos e pelas almuinhas régias, a Oeste pela freguesia dos Mártires, pelo Monte Fragoso e pela Pedreira, áreas em que o rei, os franciscanos e os trinitários dominavam a paisagem urbana. Nesta época, a cidade de Lisboa conhece um desenvolvimento urbanístico espetacular. Os arrabaldes da cidade são densamente repovoados e a margem ribeirinha ganha novos equipamentos urbanos, como a Alfândega, a *Casa dos Contos*, a *Casa de Ver-o-Peso*, e os Câmbios. Estas estruturas eram essenciais para o funcionamento do comércio marítimo regional e internacional que a cidade retomava vigorosamente, tanto com o Norte europeu como com o Sul mediterrânico. Além das alterações na margem ribeirinha, a implantação das ordens monásticas iria criar novos pólos de atração urbana e as respetivas áreas de influência, destacando-se três mosteiros que limitavam a paróquia de S. Julião: S. Francisco, Trindade e S. Domingos. Em 1217, chegam os franciscanos. Os monges implantaram-se junto da já existente ermida dos Mártires. Sabemos, através das fontes narrativas franciscanas que, a partir de 1244, o mosteiro terá sofrido ampliações e obras de relevo que terão originado uma nova fase de urbanização



IMAGEM 3

A localização da igreja paroquial de S. Julião está bem patente na cartografia da Lisboa pré-pombalina, ligeiramente a Norte da rua nova, a Oeste da judiaria a Este do rego. Na topografia da cidade atual, a igreja situava-se junto à rua Augusta, do lado esquerdo indo da Praça do Comércio; o adro e a capela-mor localizavam-se sobre a rua Augusta, abrangendo a largura total desta rua.

no topo do monte Fragoso³⁶. Em 1218, os trinitários instalaram-se também a ocidente do vale da baixa, no alto de Santa Catarina, junto de uma ermida com esse nome que já lá estaria. Em 1289, o mosteiro da Trindade sofreu obras de relevo, patrocinadas pela Rainha Santa Isabel, tendo sido então amplamente renovado. Nos finais da década de 1240, os dominicanos estabelecem-se junto da principal via terrestre que saía de Lisboa em direção a Norte. Numa zona de carácter maioritariamente rural, os pregadores construíram o seu templo junto da parte final da *corredoira* de Lisboa.

A *corredoira* constituía um tipo de via urbana comum nas cidades medievais, assim designada por ser o corredor por onde o gado entrava na cidade.

A informação sobre a constituição da freguesia de S. Julião na fase inicial do seu desenvolvimento urbanístico é parca, mas permite traçar algumas linhas essenciais sobre a sua configuração interna na primeira metade do século XIII. A inquirição de 1220, já aqui referida, é o primeiro documento que nos oferece uma ideia concreta sobre a organização territorial da paróquia. Neste documento, surgem três referências diretas a propriedades de ordens eclesiásticas em S. Julião. Em primeiro lugar, é referido que o Mosteiro de S. Vicente de Fora possuía aqui “uma casa e uma barca abrigada”³⁷, um testemunho que remete para a possível existência de estaleiros navais nesta zona da cidade. O documento prossegue, referindo “duas almuinhas junto às almuinhas régias” também na posse de S. Vicente. A almuinha medieval consiste numa propriedade extraurbana, com uma dupla funcionalidade de lazer e produção agrícola, centrada numa estrutura residencial, rodeada por jardins de lazer e por terras agrícolas. Ou seja, era um tipo de propriedade que herdava diretamente a lógica funcional da *almunya* islâmica, que era, por sua vez, herdeira da *villa* romana. Estas referências a propriedades típicas das zonas periurbanas das cidades do Sul da península acrescentam um carácter rural à freguesia do arrabalde ocidental lisboeta. Através da análise da cartografia pré-pombalina e da documentação posterior³⁸ é possível localizar aproximadamente estas almuinhas na zona dos atuais Rossio e Restauradores, ou seja, estas almuinhas estariam localizadas possivelmente nos limites setentrionais da paróquia. A terceira

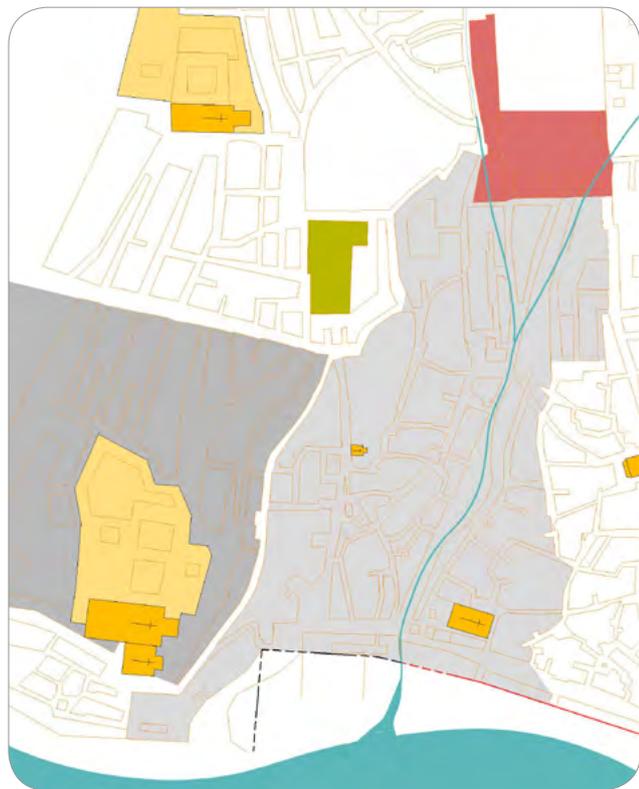


IMAGEM 4

Planta onde se pode observar a Freguesia de S. Julião a cinzento claro, cortada pelo rego, limitada a Norte pelas almuinhas régias e a ocidente pela freguesia dos Mártires, a cinzento-escuro. Podemos também observar, junto da praia, uma proposta para o traçado da muralha de D. Dinis, a vermelho, e o muro das terças, a preto. A ocidente de S. Julião destacam-se ainda os Mosteiros de S. Francisco e da Trindade, com as suas respetivas hipotéticas cercas, a amarelo. A verde está sinalizado o possível local onde D. Dinis implantou o Estudo Geral, antes de 1291. A meio da planta, sinalizada a laranja, situa-se a pequena ermida do Espírito Santo da Pedreira. Junto do Tejo, na margem esquerda do rego, situava-se a igreja paroquial de S. Julião. A malha urbana desenhada nesta planta corresponde à cidade anterior ao terramoto de 1755, adaptada da cartografia pré-pombalina, servindo aqui para permitir uma aproximação à malha urbana medieval. (Planta: Teresa Durão)

referência à freguesia de S. Julião nas inquirições de 1220 menciona umas casas e um forno de pão pertencentes à ordem de Santiago.

É interessante ver que esta curtíssima amostra de tipologia de propriedades regista alguns pontos fundamentais que irão caracterizar a freguesia durante a idade média.

Em primeiro lugar, a provável existência de estruturas de construção e manutenção naval, mais tarde confirmada e desenvolvida até praticamente à época contemporânea³⁹; em segundo, a componente habitacional, referida na inquirição de 1220, revela-se uma presença constante na documentação medieval relativa à freguesia; em terceiro, o forno de pão da ordem de Santiago, sinal do fator industrial que, além de estabelecer uma lógica de continuidade com as olarias islâmicas detetadas pela arqueologia, marcará presença no vale da baixa até pelo menos à época moderna⁴⁰.

Entre 1222 e 1240, a parca documentação existente constituída por sete contratos notariais informa-nos sobre a venda de cinco casas, uma adega e uma *quintã*. Nesta pequena amostra mantém-se uma clara predominância do elemento habitacional, mas convém também notar a referência a uma adega, que se situaria junto à ponte da Galonha. Convém referir que a adega constitui um tipo de propriedade posteriormente várias vezes assinalada em S. Julião⁴¹. Relativamente à ponte da Galonha, esta atravessava o rego no local conhecido como Morraz, e foi localizada por Augusto Vieira da Silva no local onde o rego cruzava o entroncamento da rua do Morraz (posterior rua da Calcetaria e prolongamento ocidental da Rua Nova)⁴².

A ponte está documentada pela primeira vez em 1240 e é referida continuamente até 1448⁴³. Esta ponte e a sua datação constituem informações relevantes para se compreender que a navegação no rego estaria bastante condicionada para todas as naus com mastro. O bloco documental seguinte é constituído por sete cartas notariais realizadas entre 1254 e 1268. Os intervenientes nestes atos documentais são o Rei Afonso III, que doa uma casa ao Mestre João Miona⁴⁴; dois mercadores que adquirem uma adega⁴⁵ e uma casa⁴⁶; vários indivíduos de difícil caracterização social⁴⁷, de que só conhecemos os nomes; e uma religiosa do mosteiro de Santos que afora uma adega no lugar da Oliveira⁴⁸. Um dos mercadores referidos que adquire uma adega, em 1262, é Martinho Pires Palhavã, pertencente a uma família que terá um papel relevante na sociedade olisiponense de duzentos e trezentos⁴⁹.

Esta pequena amostra da composição social dos proprietários e locatários com interesses na freguesia de S. Julião indica-nos uma freguesia em que diferentes camadas da sociedade medieval usam a sua influência num espaço comum. Nota-se também uma complexificação do uso da propriedade urbana, pois surge o primeiro documento referente a rendas, tratando-se neste caso provenientes de uma adega. Mas um dos aspetos mais relevantes prende-se com a ausência total de propriedades de tipo rural, registando-se apenas, para este período, casas e adegas. Este último aspeto não implica obrigatoriamente que as almuinhas referidas nas primeiras décadas de duzentos tivessem sido totalmente urbanizadas, pois sabemos que pelo menos algumas destas almuinhas resistiram até ao século XVIII⁵⁰. É bem perceptível na documentação ducentista, sobre S. Julião, uma implantação urbana possivelmente herdeira, como vimos anteriormente, da época anterior à reconquista. Configura-se assim um quadro em que podemos conjecturar que a recuperação urbana pós-1250 tenha aproveitado ainda estruturas pertencentes à cidade islâmica que foram reaproveitadas em diferentes graus. A cidade, que tinha alcançado o seu pico expansivo sob o domínio islâmico, antes de 1147, levou praticamente um século a recuperar económica, social e demograficamente. No entanto, estas observações só poderão sair do domínio da conjectura quando os resultados arqueológicos sobre a Idade Média cristã forem melhor conhecidos. Entre 1277 e 1294 encontrámos apenas quatro referências documentais a S. Julião além da carta do contrato entre o Rei e Concelho sobre a construção da muralha da Ribeira, que possui algumas referências a estruturas urbanas existentes nesta freguesia. Uma venda de uma adega, que estava provavelmente em ruínas, em 1277, a D. João Pais que tinha sido alvazil da cidade, indica a continuação da existência de adegas em S. Julião. Nesse mesmo documento são referidos nas confrontações “gafos”, ou seja, leprosos, sendo que esta referência se deve reportar à existência de propriedades aforadas à leprosaria de S. Lázaro, e não a uma leprosaria propriamente dita. Em 1281, D. João Pires, alvazil da cidade, doa sete portais de casas ao Convento de Santos, localizados no Morraz⁵¹. Nessa doação surgem, nas confrontações a Ocidente, “casas de leprosos”, ou seja, trata-se de mais uma referência a propriedades pertencentes à gafaria de Lisboa. Pelas confrontações do mesmo documento percebemos

também que a Oriente e a Norte localizavam-se as casas e uma adega de um João Martins Alvites. Esta propriedade, doada a Santos para o pagamento do aniversário da alma deste alvazil da cidade, teria um relevo considerável, dado o número de portais, que eram ofertados em conjunto com “os seus chãos e sótãos”. Devemos também referir uma outra estrutura de cariz religioso, que surge, documentada na segunda metade do século XIII, no local da Pedreira – a ermida do Espírito Santo da Pedreira. O primeiro documento, indiretamente conhecido, sobre a ermida é de 1279, uma doação de uma vinha no termo de Lisboa⁵². Infelizmente, não dispomos de mais dados sobre esta ermida no período que nos aqui importa, mas podemos, ainda assim, verificar que esta se situava no local onde mais tarde foi reedificada a igreja do Espírito Santo da Pedreira, representada nas gravuras quinhestistas. **IMAGEM 5** Nesta escassa documentação, relativa ao último quartel de duzentos, prevalece a ideia de que o tipo de propriedade mais abundante na freguesia de S. Julião é a habitação urbana. Para entendermos melhor esta fase da evolução da cidade devemos olhar para o que se passa nas freguesias a oriente de S. Julião, Santa Maria Madalena e São Nicolau, onde o volume de transações de tendas alcança, nesta altura, números extraordinários⁵³. Esta situação deve-se às políticas de incremento do comércio urbano por parte de Afonso III e do seu filho D. Dinis, reis que tiveram uma noção muito concreta da riqueza que os aforamentos de tendas e casas no centro nevrálgico da cidade lhes ofereciam⁵⁴. A freguesia de São Julião, não sendo particularmente rica em tendas, não estava abrangida por esta dinâmica de desenvolvimento comercial que tinha como principal motor o poder central. A sete de Agosto de 1285, o rei Dom Dinis reúne com o concelho da cidade e ouve várias queixas sobre as condutas lesivas dos reis de Portugal, sobretudo, relativas aos males “que lhes fezera el rey dom Afonso seu padre a que Deus perdoe”⁵⁵. Entre várias queixas relativas ao relego, a portagens e impostos vários, aos alvazis de Sacavém e de Frielas, que teriam uma conduta



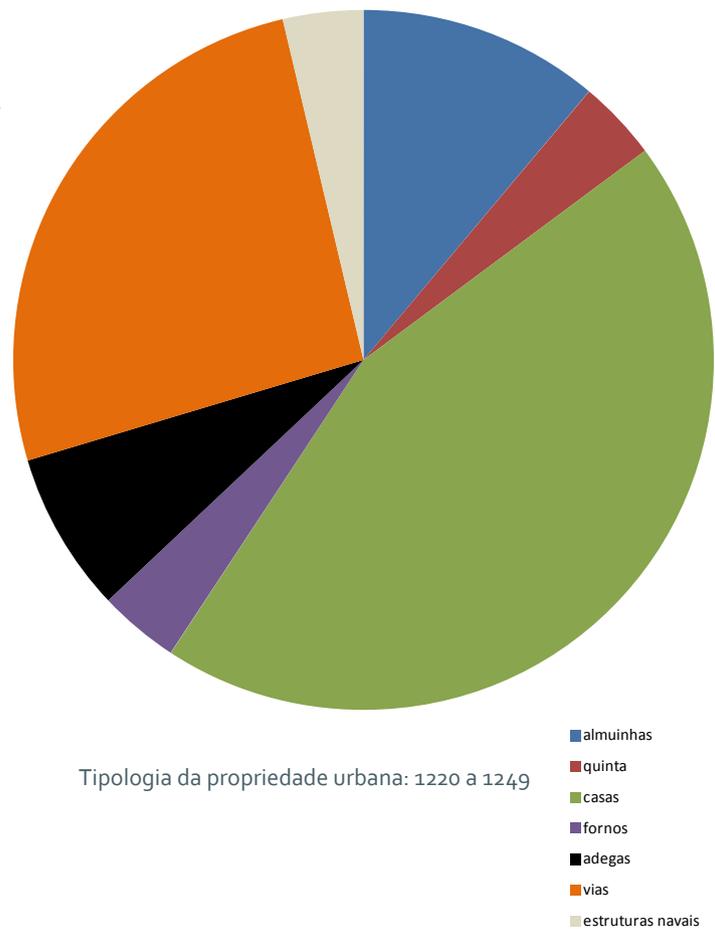
IMAGEM 5

Legenda imagem 6: Ermida do Espírito Santo da Pedreira (segunda metade do século XIII)

prejudicial à cidade, e outras acusações, destaca-se um aspeto relevante para o entendimento da ação do poder central sobre o urbanismo de Lisboa, durante a primeira metade do séc. XIII. É referido que o concelho perdoa ao Rei “todallas demandas e auções e quastões que elles aviam e de dereito devyam o emtendiam aver comtra ell ataa o sobre dicto dia per quallquer maneira assi per razom dos per razom dos resiios de Lixboa em que el rei dom Afomso seu padre ou ell ou seus anteçessores fizeram açougues, tendas, ferrarias, taraçanas e cassas ou outras quer cousas ataa este presente dia come das liziras come dos fruitos e das rendas de todallas dictas cousas e de cada hũa dellas e que el rey nom se estendesse des aquy adeante chus pellos outros resiios da villa”.

Este excerto documenta os problemas urbanísticos que a ação régia tinha colocado ao senado da cidade, sobretudo no que tocava à usurpação dos *resiios* da cidade, ou seja, espaços abertos onde se realizavam mercados e outras atividades comerciais sujeitas a impostos concelhios, indicando especificamente os edifícios erguidos pelo poder real que eliminavam esta fonte de rendimentos para o concelho. Não havendo indicações precisas sobre a localização destes *resiios*, importa registar a informação de que Afonso III ou os seus antecessores construíram tercenas régias em algum destes espaços ribeirinhos que estavam anteriormente sob a gestão concelhia, pelo que as queixas talvez se refiram a estas estruturas. Alguns anos mais tarde, em 1294, toda a frente ribeirinha da cidade irá conhecer uma intervenção urbanística que trará grandes alterações à forma da cidade. Em quatro de Julho desse ano é celebrado um contrato entre o Rei D. Dinis e o concelho de Lisboa sobre a construção de uma muralha que defenderia todo arrabalde ocidental da cidade do “muyto mal e muyto dano, per razão daqueles q uiam pelo mar de fora parte”, ou seja da pirataria que ainda assolava o “mar” do Tejo em finais do século XIII⁵⁶. A construção desta estrutura defensiva teve um impacto considerável no urbanismo da Lisboa Medieval. Podemos mesmo afirmar que a construção da muralha de D. Dinis marca, em conjunto com a abertura da rua Nova (um momento para o qual não possuímos documentação), uma viragem importante na evolução da forma da cidade. O centro económico e comercial da cidade desloca-se definitivamente do

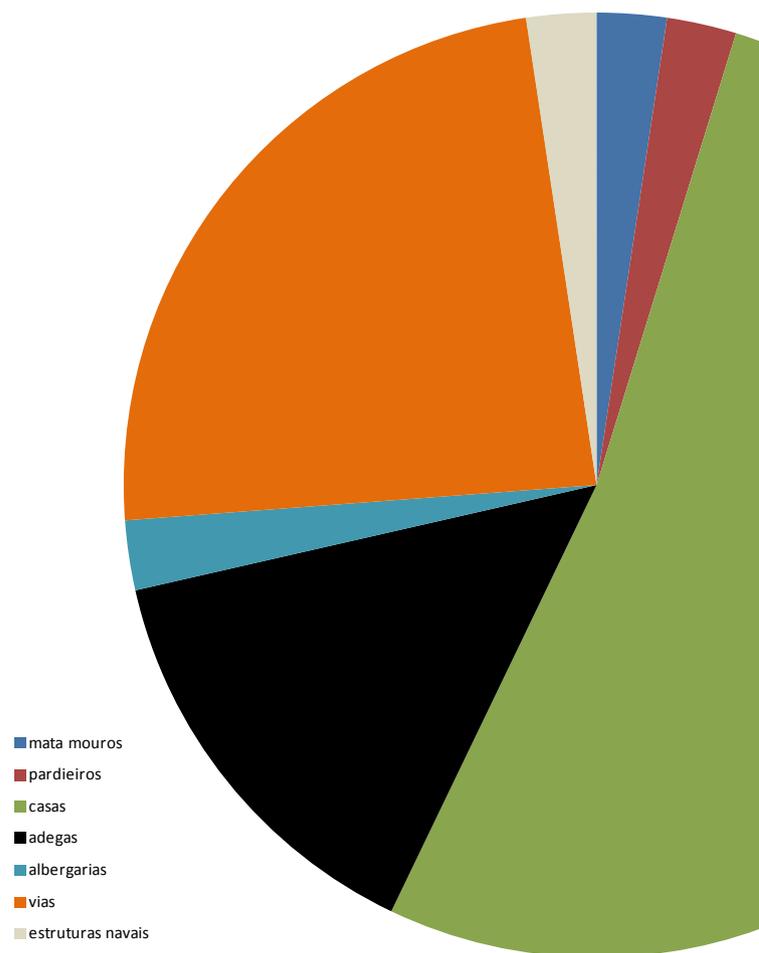
local que ocupava durante o período de domínio islâmico, ou seja, das áreas circundantes à Sé, o *souq* que rodeava a mesquita aljama, para se instalar numa rua larga e paralela à margem do rio. Relativamente à freguesia de S. Julião, tocada pelo extremo ocidental da estrutura defensiva, o documento refere a existência de várias estruturas já existentes aquando da construção da muralha: as “Casas das Galés de contra o mar”, as casas do rei no troço mais ocidental da rua Nova, a ponte da Galonha e uma casa régia junto da ponte. É ainda referido que uma casa do rei localizada junto da ponte será derrubada para que a rua Nova fique nesse local com oito braças de largura (14,72m⁵⁷), uma clara medida urbanística que pretende abrir a rua ao comércio, até mesmo à custa da propriedade régia. O traçado da muralha de D. Dinis estudado por Augusto Viera da Silva tem sido posto à prova com os achados recentes do chamado quarteirão do Banco de Portugal onde, em 2008, foram encontrados vestígios significativos de uma estrutura fortificada do séc. XIII. Estes vestígios ficaram preservados numa dimensão com 40m de comprimento, com um 1,5m de espessura média, não se podendo perceber a altura original, visto o seu topo não se ter preservado. Segundo o arqueólogo Artur Rocha, este achado consiste na muralha de D. Dinis, por coincidir na cronologia e na planta com a proposta de Augusto de Vieira da Silva e dada a composição da alvenaria, que revela uma construção bastante rápida⁵⁸. Quanto a nós, consideramos que além dessa proposta, se deverá também considerar que se poderá tratar de uma estrutura anterior, relacionada com as tercenas reais, devido à referência às “Casas das Galés”, já mencionadas, anteriores à muralha, que se localizavam no extremo ocidental do vale da baixa. Outro dado que nos leva a esta hipótese prende-se com as menções frequentes na documentação dos primeiros anos do reinado de Afonso IV ao “muro das tercenas”⁵⁹. Como vimos, em 1285, são documentadas tercenas régias em Lisboa, ficando, no entanto, por confirmar se se localizavam em S. Julião. De qualquer modo, quer a muralha de D. Dinis tenha entroncado num prévio muro das tercenas ou quer a muralha de D. Dinis se tenha tornado posteriormente no “muro das tercenas”, a verdade é que esta estrutura representa um achado



de valor extraordinário para o estudo da Lisboa medieval.

CONCLUSÃO

Após este périplo sobre a história urbana da freguesia de S. Julião, desde as suas remotas origens até ao momento em que se ergue a muralha dionisina, podemos afirmar que se registam diferentes fases na sua evolução urbana. Observámos como, em 1147, a cidade já se estenderia possivelmente até margem à direita do rego, e como a toponímia e sobretudo o urbanismo conservaram uma herança islâmica que só seria contrariada por ações pontuais do poder central. Até 1220 não temos documentação coeva que assinale a freguesia ou sequer a igreja de S. Julião, mas muito possivelmente ambas já existiriam em princípios do século XIII, ou mesmo nos finais do XII, visto que há razões para acreditar que a igreja terá sucedido a uma mesquita, pouco depois da conquista, num local já densamente urbanizado. Ou seja, desde muito cedo estariam reunidos os ingredientes fundamentais de uma freguesia medieval: fregueses, igreja paroquial e respetivo pagamento de dízimo. Caracterizámos as tipologias de propriedade mais presentes na freguesia, percebendo que estamos em presença de um espaço multifuncional, onde a habitação tinha um papel de relevo, mas onde outras atividades, como a venda e armazenamento de vinho, sem esquecer as atividades portuárias, se implantaram e desenvolveram. Referimos ainda o momento-chave que constitui a construção da muralha dionisina, associada a uma lógica de desenvolvimento económico em que o poder central dá especial atenção a toda a área ribeirinha da cidade, entendendo que daí retiraria proventos consideráveis. A partir do reinado de D. Dinis, com o desenvolvimento das tercenas reais, incluídas num programa de expansão do comércio marítimo deste Rei prosseguido pelos



Tipologia da propriedade urbana: 1250 a 1299

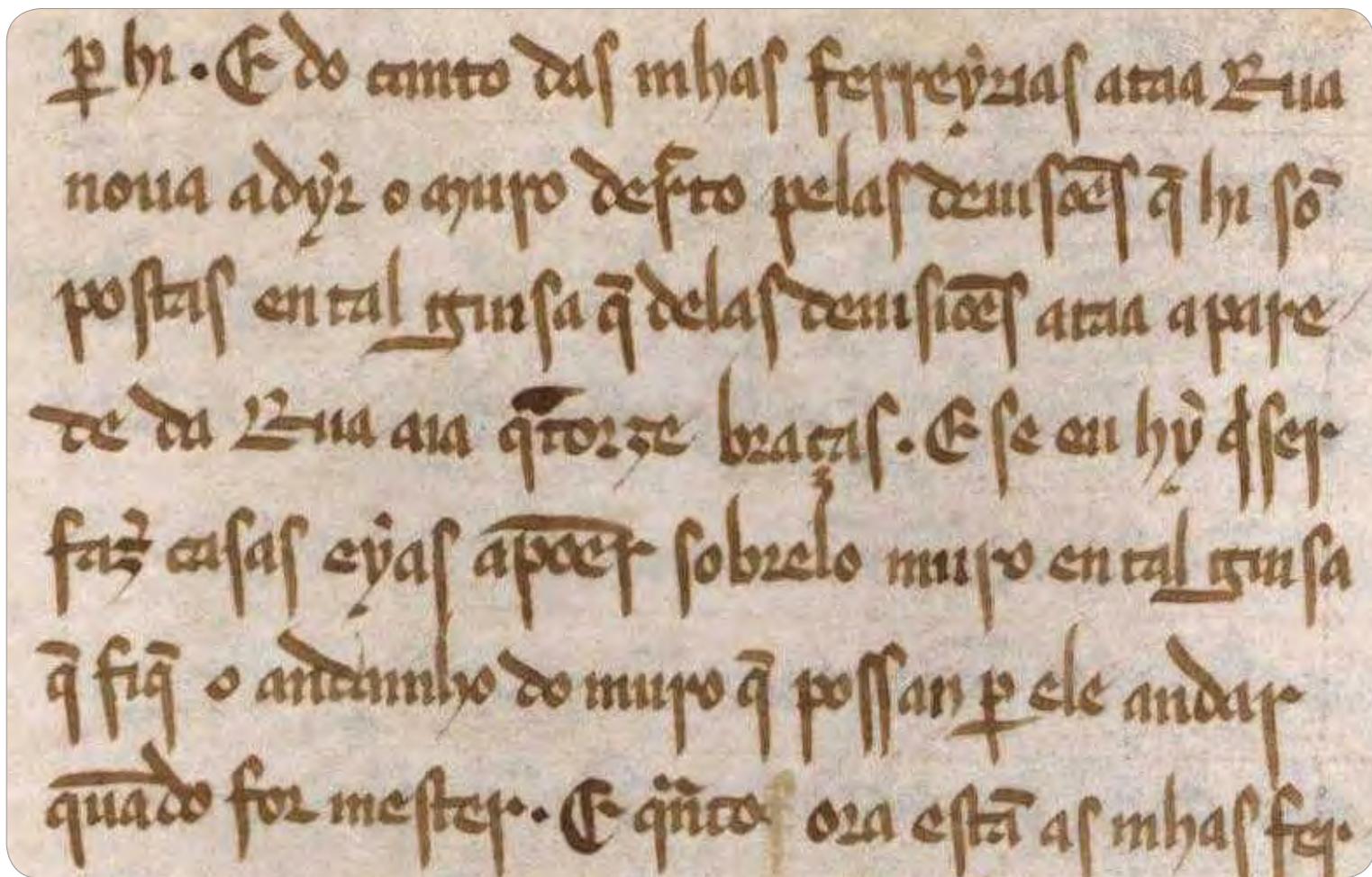
seus sucessores, São Julião tornar-se-ia numa freguesia fulcral de Lisboa, uma cidade construtora de frotas marítimas.

NOTAS

- 1 Por ex. ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 298: "...moradores em Lisboa à porta do Mar...". O contrato sobre a construção da muralha de D. Dinis: Arquivo Municipal de Lisboa - *Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, doc. 4, 1294, Julho, 4; ANTT, Chancelaria de D. Dinis, Liv. II, fl. 81v-82.
- 2 Não há fontes que permitam conhecer com exatidão a demografia da sociedade lisboeta durante os séculos XII ou XIII. Mas, considerando que o primeiro foral passado por Afonso Henriques a Lisboa, em 1170, teve como único objeto os mouros forros, e que o foral da cidade data apenas de 1179, podemos pressentir a relevância do elemento muçulmano na composição demográfica da cidade.
- 3 Em 1179, Lisboa sofre um ataque do comandante da esquadra de Ceuta, Ibn Mardanish. Em 1184, há uma notícia menos credível de um ataque naval a Lisboa por uma armada muçulmana. Cf. Maria João Branco, *D. Sancho I. O filho do Fundador*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006, pp. 89, 99-100.
- 4 Palmela e Alcácer sofrem ataques dos muçulmanos em 1161, Cf. Gérard Pradalié, *Lisboa: da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editora, 1975, p. 22-23.
- 5 Almada é retomada pelos cristãos em 1193 e Palmela entre 1191-1195.
6 Cf. Hermínia Vilar, *D. Afonso II: um rei sem tempo*, Rio de Mouro, Temas e Debates & Círculo de Leitores, 2008, pp. 167-173.
- 7 Cf. VV. AA., "O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)", in *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular- Encontros e Desencontros*, Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, 2011, pp. 17-26.
- 8 Jacinta Bugalhão e Deolinda Folgado, "O arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira", *Arqueologia Medieval*, nº7, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2001, pp. 111-147; VV. AA., *Zara - rua Augusta (Lisboa) Relatório Final da escavação de salvamento arqueológico*, Lisboa, vol. I, ERA Arqueologia, 2000, pp. 94 - 100 e 107.
- 9 Os dados arqueológicos da rua do Ouro permanecem infelizmente inéditos e o seu conhecimento é apenas indireto: Rodrigo Banha da Silva, *O contexto [913 da I.A.U. do Largo do Chafariz de Dentro um contributo para o conhecimento da actividade oleira na área de Alfama (Lisboa) durante o período islâmico*, Universidade Nova: FCSH, 2007-2008, s. p., nota 25; Cf. Jacinta Bugalhão, "Lisboa Islâmica uma realidade em construção", *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve...*, Xelb 9, 2009, p. 383.
- 10 Dias Diogo e Laura Trindade, "Intervenção Arqueológica na rua de São Nicolau n.º 107-111 (Lisboa)", *Arqueologia e História*, vol.52, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2000, pp. 231-253.
- 11 A visão tradicional (Cf. Carlos Guardado da Silva, *Lisboa Medieval: A organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 78) de uma cidade islâmica totalizando 30h de área urbana, deverá ser revista para uma área maior, com cerca de 50-60h para toda a área urbana Cf. Jacinta Bugalhão, "Lisboa Islâmica uma realidade em construção", *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve...*, Xelb 9, 2009, p. 383.
- 12 Cf. *A Conquista de Lisboa aos Mouros*, ed. Aires de Nascimento, intr. Maria João Branco, Lisboa, Veja, 2007, p. 79; "Os arrabaldes ficam albergados sob as muralhas, a modo de bairros recortados nas rochas, de tal forma que cada bairro se toma por castelo bem fortificado, tais são os obstáculos de que está rodeado."; *ibidem*, p. 101: "Os nossos, por sua parte, procuravam por todos os lados aberturas acessíveis, se é que as havia por algum sítio, e rechaçam os inimigos até meio do arrabalde no lugar em que ele se cinge ao declive do monte na muralha."

Excerto do fólio 82 do Livro 2 da Chancelaria de D. Dinis (ANTT)

Transcrição livre: "(...) E do canto das minhas ferrarias até à Rua Nova ha-de ir o muro direito pelas divisões que aí são postas, en tal guisa que dessas divisões até à parede da rua haja quatorze braças. E se eu aí quiser fazer casas, e as por sobre o muro en tal guisa, que fique a andaimo do muro que possa por ele andar quando for mester (...)"



p hi. E do canto das minhas ferrarias ataa Rua
nua adyr o muro defro pelas divisões q hi so
postas en tal guisa q delas divisões ataa a pare
de da Rua aia qtoze braças. E se eu hy qser
faz casas e yas apoeť sobrelo muro en tal guisa
q fiq o andaimo do muro q possan p ele andar
quando for mester. E qnto ora esta as minhas ferr.

13 Cf. Jacinta Bugalhão e Deolinda Folgado, “O arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira”, *Arqueologia Medieval*, nº7, Actas do Colóquio «Lisboa, encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos» (850º Centenário da Reconquista de Lisboa), Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2001, pp. 111-147.

14 Cf. Rodrigo Banha da Silva, *O contexto [913 da I.A.U. do Largo do Chafariz de Dentro um contributo para o conhecimento da actividade oleira na área de Alfama (Lisboa) durante o período islâmico*, Universidade Nova: FCSH, 2007-2008, s. p., nota 25.

15 A questão da falta de vestígios arqueológicos na área ribeirinha não implica obrigatoriamente a ausência de urbanização no local, pois pode se dever apenas a questões externas, como as flutuações da linha de margem fluvial do Tejo, aterramentos posteriores realizados em profundidade, terramotos e sucessivas vagas reconstrutivas, e também por não se terem ainda realizado trabalhos arqueológicos numa extensão considerável. A ausência de estruturas islâmicas na escavação realizada no Banco de Portugal que abarcou boa parte do quarteirão localizado entre a rua da Conceição, a rua do Ouro, rua de S. Julião e rua Nova do Almada parece apontar que esta zona estava, em época islâmica, sob a influência da “maré” do Tejo e do próprio rego que corria ali muito perto. (Cf. informação pessoal de Artur Rocha, arqueólogo da empresa Arqueohoje, responsável pela escavação no quarteirão do Banco de Portugal em 16 de Março de 2012).

16 *Relaçam da solene procissam do Corpo de Deus, que aos 2 de Setembro de 1582 fez a Irmandade do SS. Sacramento da freguesia de S. Julião*, etc. por Joaquim Roberto da Sylva. Lisboa, 1731. Trata-se de uma obra de carácter laudatório que recupera, traduzindo do castelhano, uma notícia sobre uma procissão do Corpus Christi realizada em 1582. A versão de Joaquim Roberto da Sylva baseia-se no original castelhano de Isidro Velasques Salamantino, *La Orden que se tuvo en la so...XXX*

17 Cf. Augusto Vieira da Silva, *As Freguesias de Lisboa*, p. 37, 1943.

18 Cf. Maria João Branco, *Poder Real e Eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*, vol. II, texto policopiado, Universidade Aberta, 1999, p. 121.

19 Frei Manuel da Esperança, *Historia seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na província de Portugal*, Lisboa, 1656.

20 Cf. VV. AA., *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados, 1994, p. 795.

21 AML, Livro dos Pregos, doc. 12 (1246); Livro dos Pregos doc. 14 (1248).

22 AML, Livro dos Pregos doc. 15 (1248).

23 Note-se os casos de Córdoba, Toledo e Palma de Maiorca. Cf. REMENSNYDER, Amy G., “The colonization of Sacred Architecture: The Virgin Mary, Mosques, and Temples in Medieval Spain and Early Sixteenth-Century Mexico” in *Monks and Nuns, Saints and Outcasts: Religious Expression and Social Meaning in the Middle Ages*, ed. Sharon Farmer and Barbara Rosenwein, New York, Cornell University Press, 2000, pp. 189-219.

24 “...a rua de morraz, que se agora chama sapataria...” Cf. *Livro dos Proprios das Casas e Heranças d’elRei Nosso Senhor*, nº de ordem, 93, ano 1506, fl. 15 v. (Cf. Augusto Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol II, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1987, p. 6).

25 *Ibidem*.

26 ANTT, S. Vicente de Fora, maço IV, n. 34 (1295).

27 cf. Angel Gonzales Palencia, *Los Mozárabes de Toledo en los Siglos XII y*

XIII, vol. preliminar, Madrid, Instituto de Valencia de D. Juan, 1930, p. 56.

28 ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 251.

29 Entre 1218 e 1220, Afonso II realiza várias doações a pessoas da sua confiança, tanto no perímetro urbano como no termo de Lisboa (Cf. ANTT, S. Vicente de Fora, 1ª Incorporação, Maço 2 docs. 6, 7 e 8; ANTT, Registo de Chancelaria de Afonso II, fls. 41 – 41v.; ANTT, Mosteiro de Chelas, maço 12, nº 222). Em 1227, Sancho II define as competências dos alvazis (Cf. AML, Livro dos Pregos, doc. 9) e em 1231 regulamenta a venda de fruta em Lisboa (Cf. AML, Livro dos Pregos, doc. 10).

30 Uma expressão que nos parece particularmente feliz usada por Gérard Pradalié, em *Lisboa da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas editores, 1975, p. 58.

31 Caso da doação, em 1248, por Afonso III ao senado do “lugar da ribeira da cidade” para a venda de peixe, onde depois se erguerá o açougue do pescado (Cf. *Livro dos Pregos*, fl. 30v.: *locum illum de mercato de piscato qui est in ressiio Ulixbonensis çirca lictus Maris*).

32 Sobre a economia urbana de Lisboa durante a segunda metade do séc. XIII ver: Carlos Guardado da Silva, *Lisboa Medieval: A organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 271-282; António Pinto Ravara, *A propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Lisboa, 1967.

33 Cf. Hélder Carita, *Lisboa Manuelina e a formação de Modelos Urbanísticos da época Moderna (1495 – 1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 27. A primeira referência documental à rua Nova é a carta de construção da muralha de D. Dinis (Arquivo Municipal de Lisboa - *Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, doc. 4, 1294, Julho, 4. / ANTT, Chancelaria de D. Dinis, Liv. II, fl. 81v-82).

34 Cf. Maria João Branco, *A “Inquirição” de Lisboa e seu termo, de 1220: contextos e datações*, comunicação apresentada à *Mesa Redonda “As Inquirições do reinado de Afonso II: reflexões em torno de alguns textos* (Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 4 de Dezembro de 2006).

35 ANTT, Mosteiro de Chelas, Maço 9, nº 168.

36 Frei Manuel da Esperança, *Historia seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na província de Portugal*, Lisboa, 1656.

37 ANTT, Gaveta 1, maço. 2, nº 18: *unam barcam coutadam*.

38 *Chancelaria D. Duarte*, (ed.) João Alves Dias, vol. I, tomo I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – UNL, 1998, pp. 307-308; ANTT, S. Dinis de Odivelas, Livro 1, fl. 41, doc. 1. Informação gentilmente cedida por Luís Gonçalves, investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa.

39 Sobre os arsenais reais em S. Julião ver: José de Vasconcelos e Menezes, “Terrenas de Lisboa I”, *Revista Municipal*, nº 16, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1986; “Terrenas de Lisboa II”, *Revista Municipal*, nº 17, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1986; “Terrenas de Lisboa III”, *Revista Municipal*, nº 19, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

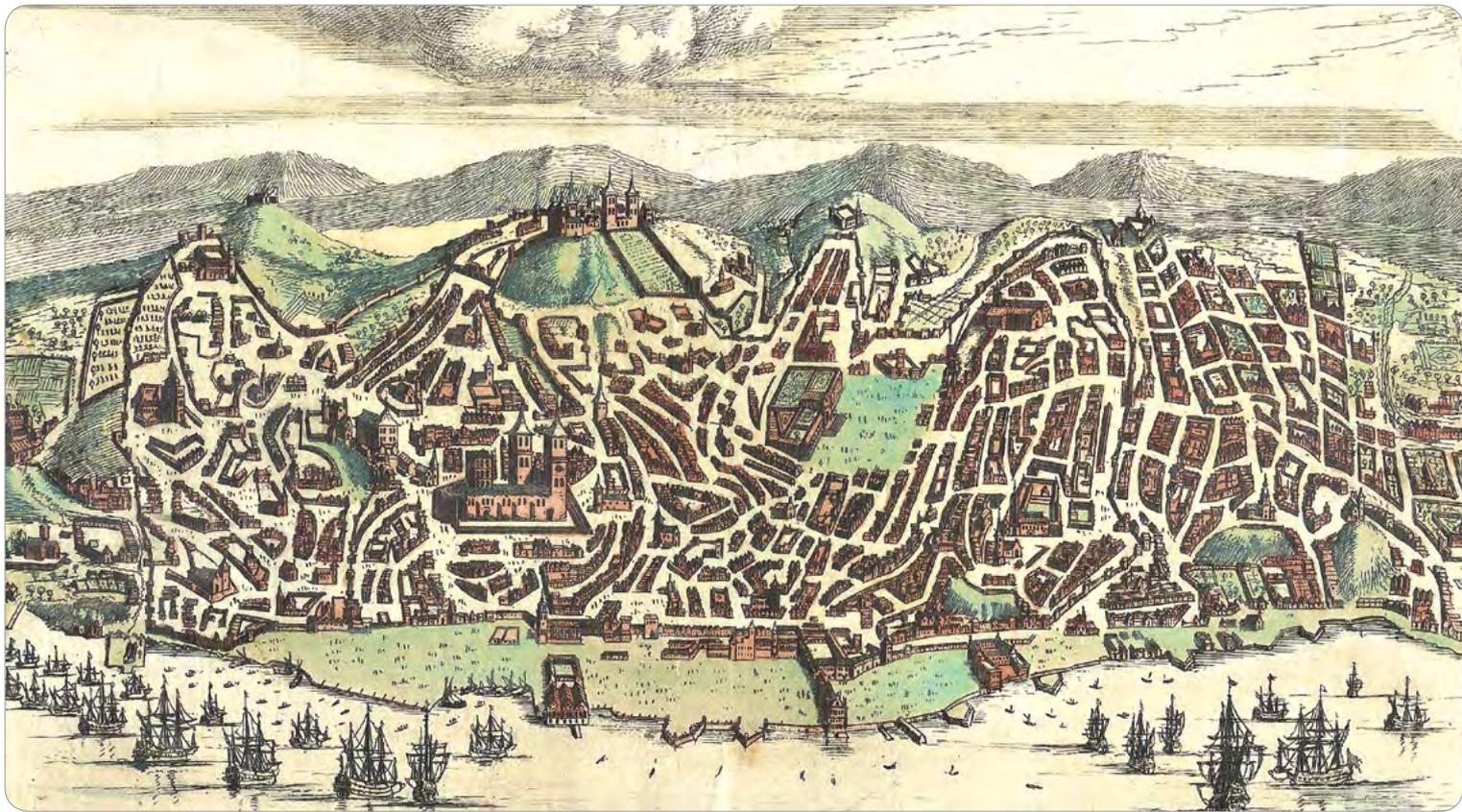
40 Tal como é comprovado pela descoberta de uma ferraria quincentista nas escavações do Mandarim Chinês, na rua Augusta (Cf. VV. AA., “Vestígios de produção oleira islâmica no Mandarim Chinês, Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7, nº 1, Lisboa, IGESPAR, 2004, p. 577).

41 ANTT, Mosteiro de Chelas, Maço 5, nº 96 (1240); ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 247 (1267); ANTT, Colegiada de S. Marinha de Lisboa, Maço 7, nº 269 (1268); ANTT, Gaveta 21, maço 3, doc. 8 (1281).

- 42** Cf. Augusto Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. II, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1987, pp. 7-8.
- 43** Augusto Vieira da Silva não refere o documento de 1240 (ANTT, Mosteiro de Chelas, Maço 5, nº 96), citando como data extrema inicial o contrato sobre a muralha de 1294, refere, todavia, o documento de 1448 (Cf. *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. II, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1987, p. 9: ANTT, Convento da Trindade, n. 98).
- 44** ANTT, Chancelaria Afonso III, livro 1, fl. 46 v. (1260).
- 45** ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 251 (1262).
- 46** ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 253 (1254).
- 47** ANTT, Mosteiro de Santos, docs. 251, 252, 253 260; ANTT, Colegiada de S. Marinha de Lisboa, Maço 7, doc. 269.
- 48** ANTT, Mosteiro de Santos, doc. 247.
- 49** Sobre a família Palhavã ver: Miguel Gomes Martins, *A família Palhavã (1253-1357). Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval*, t. 32, 1997-1998, p. 35-93; Mário Farelo, *A oligarquia camarária de Lisboa: (1325-1433)*, dissertação de doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.
- 50** Algumas resistiram até à grande obra de construção do Passeio público no séc. XVIII (Cf. VV. AA., *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados, 1994, p. 692).
- 51** ANTT, Gaveta 21, maço 3, doc. 8.
- 52** Cf. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, vol. III, Lisboa, oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1712, p. 445.
- 53** Cf. Carlos Guardado da Silva, *Lisboa Medieval: A organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, p.273.
- 54** Sobre o investimento urbano nos reinados de Afonso III e D. Dinis a nível nacional ver: Manuel Teixeira e Margarida Valla, *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 22-23. Sobre a mesma questão em Lisboa ver: António Pinto Ravara, *A propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Lisboa, 1967.
- 55** AML, Livro dos Pregos, doc. 287 (treslado de 1423).
- 56** Sobre a muralha de D. Dinis ver: Augusto Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 2 vols, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1987.
- 57** Mário Jorge Barroca indica uma correspondência de 184cm para a braça (Mário Jorge Barroca, "Medidas-padrão medievais portuguesas", *Revista da Faculdade de Letras - História*, 2ª Série, vol. IX, Porto, FLUP, 1992, p. 55).
- 58** Cf. informação pessoal de Artur Rocha, arqueólogo da empresa Arqueohoje, responsável pela escavação no quarteirão do Banco de Portugal em 16 de Março de 2012
- 59** Cf. ANTT, Chancelaria Afonso IV, livro 3, fls. 11, 11 v., 12 v.







Gravura de Lisboa, da autoria do holandês Pieter van den Berge (1659-1737) incluída no álbum *Theatrum Hispaniae*, 1700 (adaptação de uma gravura de Braunius de c. 1598)

A GENEALOGIA DAS IMAGENS DE LISBOA ENTRE 1662 E 1707

José Manuel Garcia

Gabinete de Estudos Olisiponenses



Lisboa começou a alcançar projeção à escala mundial desde que em 1499 Vasco da Gama chegou à cidade com a notícia de que descobrira o caminho marítimo para a Índia. Desde então a capital portuguesa passou a ter um estatuto de intermediária entre as várias civilizações, função a que se refere Luís Mendes de Vasconcelos quando em 1608 no seu livro *Do sítio de Lisboa* ao filosofar sobre a sua importância na Europa afirmou que:

“A Espanha é a cabeça; e nessa está Lisboa no lugar dos olhos, mostrando que ela deve ser guia e luz das mais partes da Europa, pois não só na colocação tem o lugar dos olhos, mas também no efeito se lhe deve a mesma semelhança; que, assim como os olhos são como portas ou janelas da alma, por onde tem notícia das cousas sensíveis, esta nobilíssima cidade está na foz do Tejo, e metendo ele as suas águas no mar oceano é a sua foz como porta a toda a Espanha e a toda Europa, por onde recebem as nações dela noticia de muitas cousas que neste grandíssimo mar até nossos tempos estiveram escondidos: e assim por ela entrou a notícia e conhecimento de muitos portos, ilhas promontórios, reinos províncias e nações de que se não sabia.”

Foi a fama da grandeza da cidade com carisma imperial que levou a ser mostrada em duas esplêndidas gravuras publicadas em 1572 e 1598, por Georg Braunius, em dois volumes da *Civitatis orbis terrarum*, as quais foram de seguida alvo de inúmeras cópias e adaptações. A publicação de uma nova imagem de Lisboa só veio a surgir na sequência da viagem de Filipe II de Portugal em 1619 cuja notícia foi desenvolvida por João Baptista Lavanha num livro impresso em 1622 em Madrid com o título *Viage de la Catholica (...) D. Filipe III*, o qual era acompanhado por uma representação de Lisboa desenhada por Domingos Vieira Serrão e gravada por Hans Schorkens. Seria necessário esperar quarenta anos para que em plena guerra da Restauração surgisse em 1662 um novo e mais importante ciclo de divulgação de figurações de Lisboa à escala europeia, que se traduziu na edição de gravuras cuja publicação se prolongou até aos inícios do século XVIII, fosse em folhas soltas ou em livros, as quais foram sempre da responsabilidade de artistas estrangeiros. Foi graças a tais representações que a Europa pôde admirar a famosa capital portuguesa, quer no seu aspecto geral quer em

algumas particularidades que estavam centradas nos seus grandes monumentos ribeirinhos, com destaque para a torre de Belém, o mosteiro dos Jerónimos, o palácio Corte Real e o Paço da Ribeira, com o seu Terreiro do Paço. Outros monumentos importantes, como por exemplo a igreja de São Vicente de Fora ou a Sé, não mereceram a atenção dos artistas, talvez porque não fossem obras muito originais e grandiosas. O responsável pelo início da divulgação das imagens de Lisboa nesta fase foi o artista holandês Dirck Stoop que publicou duas séries de gravuras, no contexto da realização do casamento de D. Catarina com o rei Carlos II de Inglaterra, marco importante na afirmação e projeção de Portugal no plano internacional. Essas obras constituíram os modelos para outras gravuras abertas nos anos seguintes com a introdução de ligeiras modificações, a que acrescem ainda algumas, poucas, representações novas, alcançando uma muito mais ampla divulgação do que as ilustrações de Stoop, pois muitas delas foram inseridas em livros ou álbuns com largas tiragens. A observação do conjunto de gravuras sobre Lisboa produzidas entre 1662 e 1707 leva-nos a verificar existir como que uma genealogia de imagens que permitiram à Europa visualizar alguns aspetos seletos da cidade. Dirck Stoop salientou-se na história da iconografia lisiponense por ter sido o primeiro artista que retratou alguns dos principais monumentos da capital portuguesa através de uma série de oito gravuras abertas a água-forte em 1662. Esta realização é complementar de uma série de sete gravuras sobre o casamento de D. Catarina em que as três primeiras são relativas a Lisboa, sendo que a terceira regista o embarque de D. Catarina para a Inglaterra. Tal imagem entronca com a primeira da série de oito gravuras pois nela se representa a armada que levou a rainha, tendo por fundo uma panorâmica da cidade vista do Tejo, a qual é encimada por uma cartela profusamente decorada na qual se inscreveu a seguinte legenda dedicatória: “Al Illust.ma Sr.ra D. Catarina Rainha

de Gran Bretanha. D. V. C. R. Stoop 1662 Lx.”. Das restantes sete gravuras desta série uma delas é ainda alusiva a D. Catarina, pois trata de uma corrida de touros realizada em 1661 no Terreiro do Paço aquando da celebração das festas do casamento da futura rainha de Inglaterra, como se indica na sua legenda: “*Touros Reays nas Festas do Casamento da Raynha da Gran Bretanha Em Lixboa 1661*”. As outras seis gravuras aqui consideradas seguem uma ordem geográfica de ocidente para oriente, representando com rigor vistas de monumentos identificados pelas seguintes legendas:

A Torre E entrada da Barra de Bellem;
O Convento de S.to Hieronimo Em Bellem;
Vista de Santo Amaro E Prospectiva do Lugar de Bellem;
O Palacio do Infante Dom Pedro Em o Corpus Sancto Em Lixboa;
O Palacio Reyale De Lixboa;
Vista do Convento da Madre de Deus.

Estas representações serviram de modelo para as séries de gravuras que de seguida referenciamos, excepto no caso da representação do convento da Madre de Deus, de que não houve mais qualquer representação até ao século XIX. É ainda de assinalar a circunstância de se ter selecionada como motivo de figuração a ermida de Santo Amaro, edifício de planta centralizada cujo projeto foi atribuído a Diogo de Torralva e que começou a ser construído em 1549, pois apesar das suas modestas proporções merecia então a atenção de quem o via do Tejo com a sua escadaria de aparato.

ALLAIN MANESSON MALLET

A primeira imagem de Lisboa apresentada depois da série de 1662 é a que foi esboçada por Allain Manesson Mallet (1630-1706) a encimar um mapa com um projeto defensivo para a cidade Lisboa apresentado em 1666 mas apenas publicado em Paris em 1671 na obra deste autor, *Les travavx de Mars (...)*, que teve uma segunda edição em 1685.

PIERRE LANDRY

Além da obra acima citada Allain Manesson Mallet publicou em 1683 uma *Description de l'univers contenant les diferents systêmes du monde (...)*, em cujo quarto volume apresentou quatro gravuras com vistas de Lisboa abertas pelo burilista Pierre Landry (c. 1630-1701), as quais se revelam menos perfeitas que as de Dirck Stoop que lhe serviram de modelo. Nestas quatro figuras registam-se uma vista geral da cidade, a torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos e o Paço da Ribeira. As figurações são encimadas com cartelas onde se apresentam as respectivas legendas.

GERMANUS ADLERHOLD

Os trabalhos de Pierre Landry acima citados foram em parte adaptados com fraca qualidade e pequenas dimensões num conjunto de três gravuras figurando a torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos e o Paço da Ribeira impressas em 1703 em Leipzig na obra de Germanus Adlerhold, *Die macht des Portugiesischen scepters oder Umstandliche Beschreibung des Ronigreichs Portugal* (O poder da coroa portuguesa ou descrição circunstanciada do reino de Portugal). Estas imagens surgem no contexto da entrada de Portugal na “grande aliança” e o início da Guerra da Sucessão de Espanha.

VAN MERLE

Duas das vistas de Lisboa mais antigas no período aqui considerado ainda que se nos afigurem de difícil datação surgem em gravuras assinadas por *van Merle*, autor que corresponderá a Jacques van Merle falecido em 1682. Numa delas segue-se de perto a representação do Paço da Ribeira e do respectivo terreiro traçada por Stoop com a legenda em francês *Veue et Perspective du Palais du Roy de Portugal a Lisbonne*, mas a outra apresenta uma perspectiva original do palácio Corte Real, habitado por D. Pedro II desde 1662, personalidade que começou a governar em 1667 mas que apenas foi considerado rei em



1683, depois da morte do seu irmão D. Afonso VI a 12 de Setembro deste ano. Nesta imagem aparece a Ribeira das Naus em primeiro plano tendo ao fundo a representação do palácio Corte Real referenciado pela legenda *Veue et Perspective du Palais du frere du Roy de Portugal a Lisbonne*.

PIETER VAN DEN BERGE

Em 1700 foi impressa em Amesterdão uma série de sete gravuras sobre Lisboa da autoria do holandês Pieter van den Berge (1659-1737) num álbum intitulado *Theatrum Hispaniae*. De entre tais imagens só uma representa pela primeira vez uma perspectiva original do conjunto do torreão do Paço da Ribeira e do palácio Corte Real, pois as restantes seguem de perto trabalhos de Stoop na representação da torre de Belém, do mosteiro dos Jerónimos, da ermida de Santo Amaro e do Paço da Ribeira, além da já referida corrida de touros no Terreiro do Paço. Estas gravuras apresentam legendas em latim, castelhano, holandês e francês das quais reproduzimos as que se encontram em castelhano pela ordem que acima referenciámos:

Palacio del Rey de Portugal, à Lisbona: d'otro costado (Torreão do Paço da Ribeira e palácio Corte Real);

Castillo de Bellem, para Lisbona, dentro rio Tajo (torre de Belém);

Templo pomposo de Bellem, situado junto Rio de Tayo, cerca Lisbona. (Mosteiro dos Jerónimos);

Vista de S. Amaro y prospettivo de lugar de Bellem ò Bethleheme (ermida de Santo Amaro);

Vista y prospectiva del Palacio del Rey de Portugal, à Lisbona: por mar (Paço da Ribeira);

Plaza del Toro, avante el Corto Reyal de Lixbona (tourada no Terreiro do Paço).

Berge gravou ainda uma vista de Lisboa que copia a segunda gravura de Lisboa publicada por Braunius cerca de 1598 introduzindo-lhe a legenda que

apresentamos na sua versão castelhana: *Vista de Lisbona, metropolis de Portugal: assentado sobre cinco Montezillos*. É de salientar que ao retocar esta imagem o autor acrescentou-lhe o palácio Corte Real.

JACOBUS BAPTIST / PIERRE VANDER AA

A culminar as séries de gravuras sobre Lisboa nos inícios do século XVII referenciamos aquela que foi preparada pelo gravador holandês Jacobus Baptist e publicada a partir de 1707 em várias obras editadas em Leiden por Pierre Vander Aa, de entre as quais salientamos: *Les delices de l'Espagne et du Portugal: ou l'on voit une description exacte des antiquités, des provinces, des montagnes, des villes, des rivières, des ports de mer (...)* de Juan Alvarez de Colmenar, de que há uma versão holandesa com as legenda das imagens em francês numa edição do mesmo ano e o título *Beschryving van Spanien en Portugal waar in, op het naauwkeurigste, al het geene, dat zoo ten opzigte van hunnen ouden (...)*. As gravuras em causa surgem sem texto num volume não datado mas que poderá ser também de 1707, o qual tem por título *Les royaumes d'Espagne et de Portugal representés en tailles-douces très exactes, dessinées sur les lieux mêmes qui comprennent les principales villes*.

Na preparação das gravuras aqui consideradas *J. Baptist* segue de perto retocando as que foram traçadas por Stoop para as vistas dos monumentos e do casamento de D. Catarina, acrescenta-lhes também com ligeiras alterações versões de duas gravuras novas que haviam sido entretanto apresentadas, uma por van Merle (o palácio Corte Real com a Ribeira das Naus) e outra por Pieter van den Berge (o palácio Corte Real com o torreão do Paço da Ribeira). Por estas indicações verificamos que esta coleção reúne tudo o que havia sido publicado desde 1662 com representações de Lisboa. Estes trabalhos apresentam as seguintes legendas: *Vue de la Tour de Bellem*;

Eglise et Monastere Royale de Bellem;
Vue du Port & de l'Eglise de Bellem, & de celle de S. Amat;
Vue du Palais que le Roi de Portugal a acheter;
Palais du Conte d'Avero, à Lisbonne ou Charles III à été logé (de notar que esta gravura está invertida face ao modelo de Stoop que copia, sendo ainda de assinalar a errada atribuição ao duque de Aveiro do palácio Corte Real e a presença no local do pretendente ao trono espanhol Carlos III);
Vue de la Place du Palais à Lisbonne;
Vue da Palais Royal de Lisbonne;
 Acrescem ainda duas gravuras relativas ao casamento de D. Catarina:
Fête des taureaux à Lisbonne;
Embarquement de la Princesse de Portugal Cathérine Epouse de Charles II d'Angleterre.
 È de assinalar que a primeira destas duas imagens foi bastante alterada relativamente ao modelo de Stoop.

OUTRAS GRAVURAS

Registamos por fim a representação de Lisboa em duas gravuras. Uma delas é uma vista geral publicada pelo francês Pierre Aveline (1656-1722) com o título de *Lisbone, ville capitale du Royaume de Portugal située a l'embouchure du Tage*, na qual se registam vinte e oito legendas. Esta obra está referenciada num exemplar que pertenceu a Alfredo Keil como sendo de 1692. A outra gravura foi publicada em Paris, “*Chez l'Auteur*”, em 1705, por A. Coquart com a indicação de se tratar de uma “*Nouvelle enceinte de Lisbonne*”, que é inserida no segundo volume de *L'Atlas curieux ou le Monde dressé et dédié a nos seigneurs les enfants de France*. Aqui se inclui além de uma planta, que segue a publicada por Alain Manesson Mallett em 1671, a que acrescem duas ilustrações, uma no canto superior esquerdo, com o “*Palais Royal de Lisbonne*”, e a outra no canto superior direito, com “*Le chateau de Belem pre Lisbonne dans la*

riviere du Tage”, ambas de acordo com os modelos de Stoop. O sucesso que tiveram as imagens sobre Lisboa publicadas em várias obras nos inícios do século XVIII, ainda que seguindo na sua maioria modelos do século XVII, prende-se em parte com o facto de Portugal ter tido então algum protagonismo ao participar no início das campanhas de Carlos III como pretendente ao trono espanhol, sendo de considerar que ele começou por se instalar em Lisboa em 1704, antes de seguir para Espanha.

NOTA FINAL

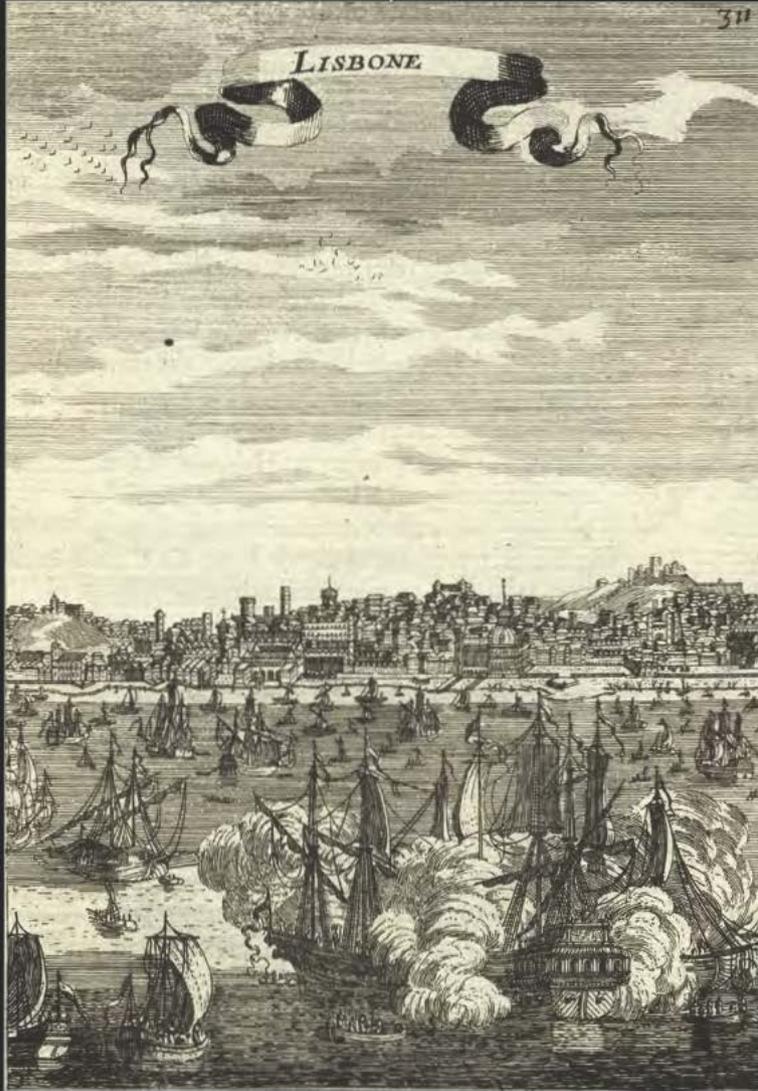
Este estudo baseia-se em dados que recolhemos em *Lisboa do século XVII “a mais deliciosa terra do Mundo”*: *imagens e textos nos quatrocentos anos do nascimento do padre António Viera*, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses / Direcção Municipal de Cultura / Câmara Municipal de Lisboa, 2008.



VISTAS GERAIS DE LISBOA

Stoop (1662)





TERREIRO DO PAÇO E TOURADA

Stoop (1662)



Berge (1700)



*Area publica ante Regis Portugallie Aulae, ubi solenni festivitate
 homines cum tauris conluctantur.* | *De Koninklyke plaats tot Liffbon, alwaar het vermakelyk
 slycken gerecht gehouden werd.*
Plaza del Toro, avante el Corto Royal de Lisboa. | *Place Royal à Lisbonne, ou le Roy se divertit avec les Taureaux courus.*
J. v. d. Berge fecit. et scilicet. Præsit.



Baptist (1707)

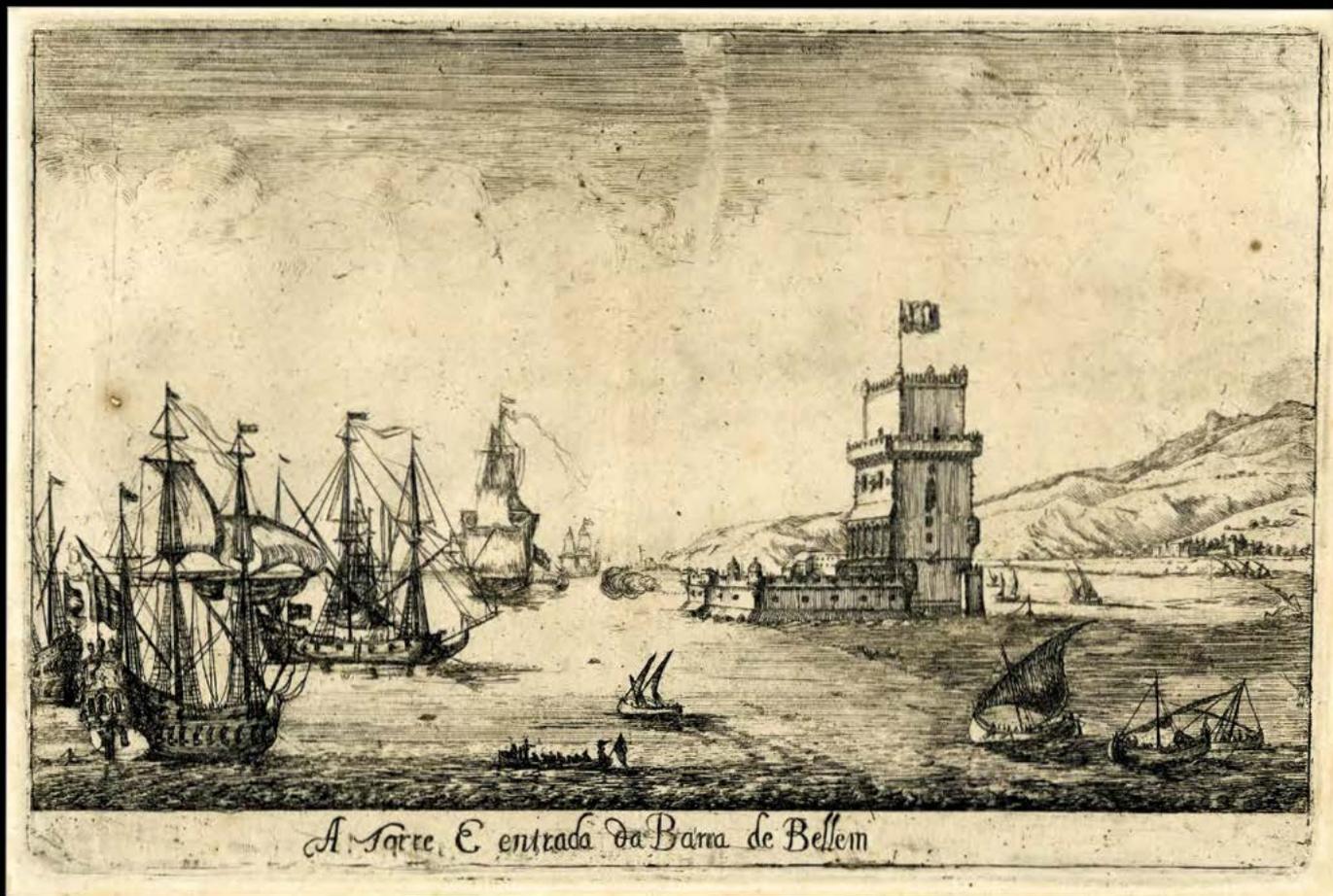
à la Place Royale.

Fête des Taureaux à LISBONNE.

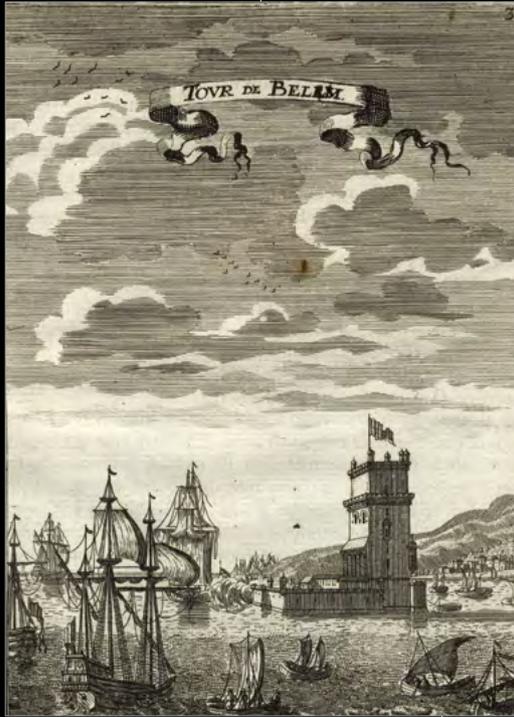
à la Place Royale.

TORRE DE BELÉM

Stoop (1662)



Landry (1683)



Berge (1700)



Adlerhold (1703)



Baptist (1707)



MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

44

Stoop (1662)



O Convento de S^{to} Hieronimo Em Bellem.

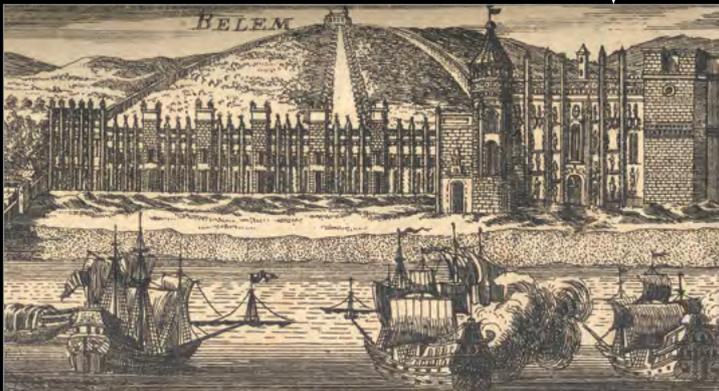
Landry (1683)



Berge (1700)



Adlerhold (1703)



Baptist (1707)



IGREJA DE SANTO AMARO

46

Stoop (1662)



46

Berge (1700)

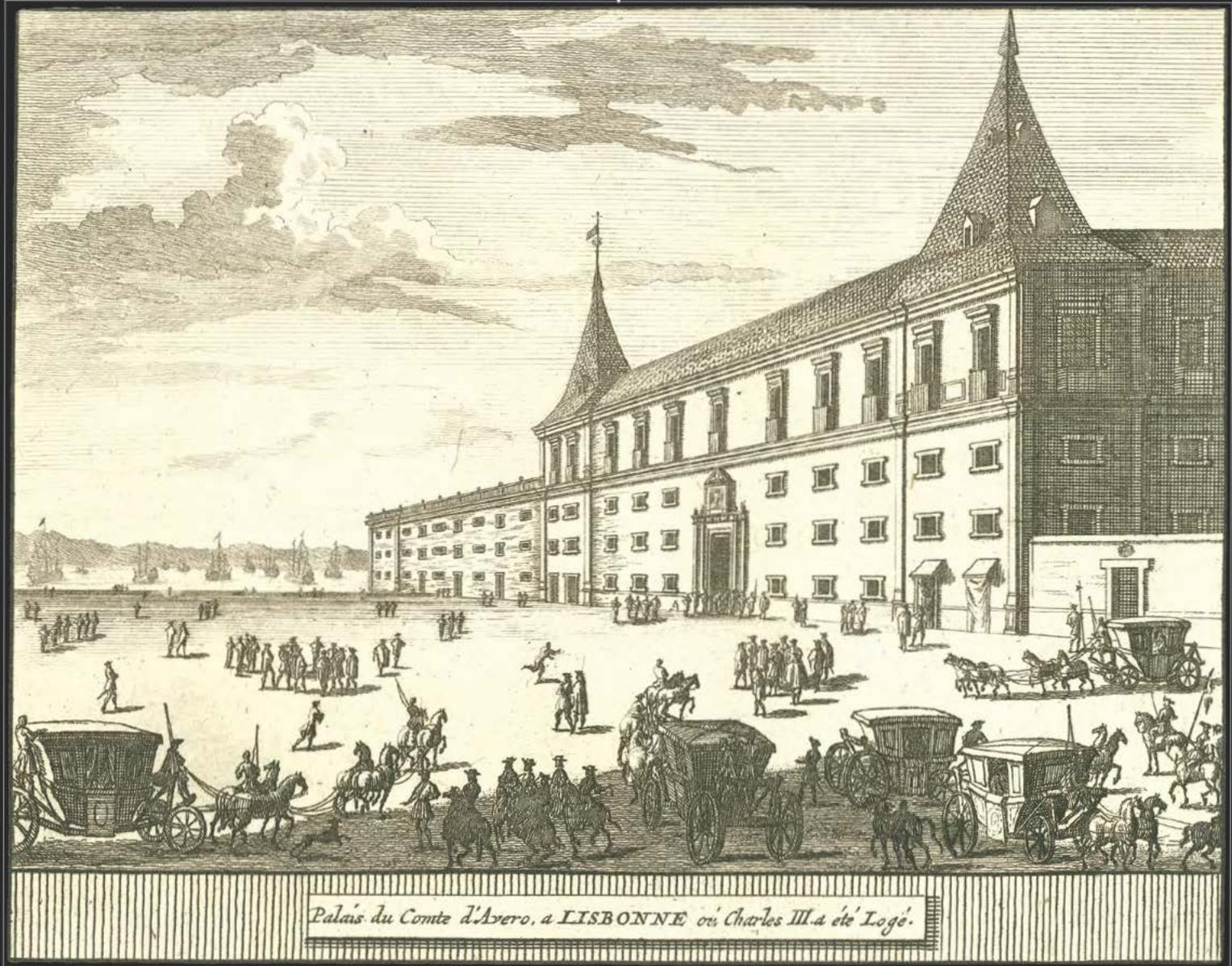
Baptist (1707)



PALÁCIO CORTE REAL

Stoop (1662)





PALÁCIO CORTE REAL E RIBEIRA DAS NAUS

Merle (c.1682)





Vue' du Palais que le Roi de PORTUGAL a acheter.

PALÁCIO CORTE REAL E TORREÃO DO PAÇO DA RIBEIRA

Berge (1700)



*Petri Lusitanorum regis palatium, Olyssipone, Tagum respiciens.
Palacio del Rey de Portugal, à Lisboa: d' otro costado.*

*Nôr paleis van don Pedro, koning van Portugal, in Lissabon op den Tago staende.
Autre Vue du Palais du Roy de Portugal à Lisbonne; du côté de la Rivière de Tagus.*

Par le d. Berge fecit. et. cum. Privilegio.

Baptist (1707)



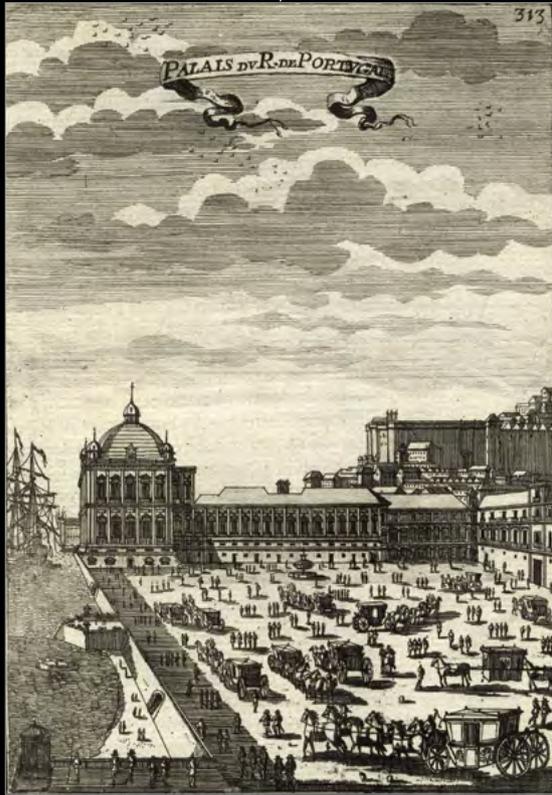
Vue du Palais Royal de LISBONNE.

PAÇO DA RIBEIRA E TERREIRO DO PAÇO

Stoop (1662)



Landry (1683)



Merle (c.1682)



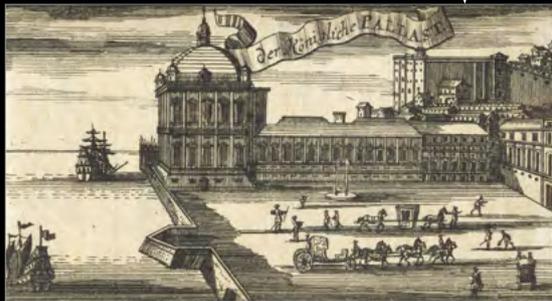
Berge (1700)



Baptist (1707)



Adlerhold (1703)



CONVENTO DA MADRE DE DEUS

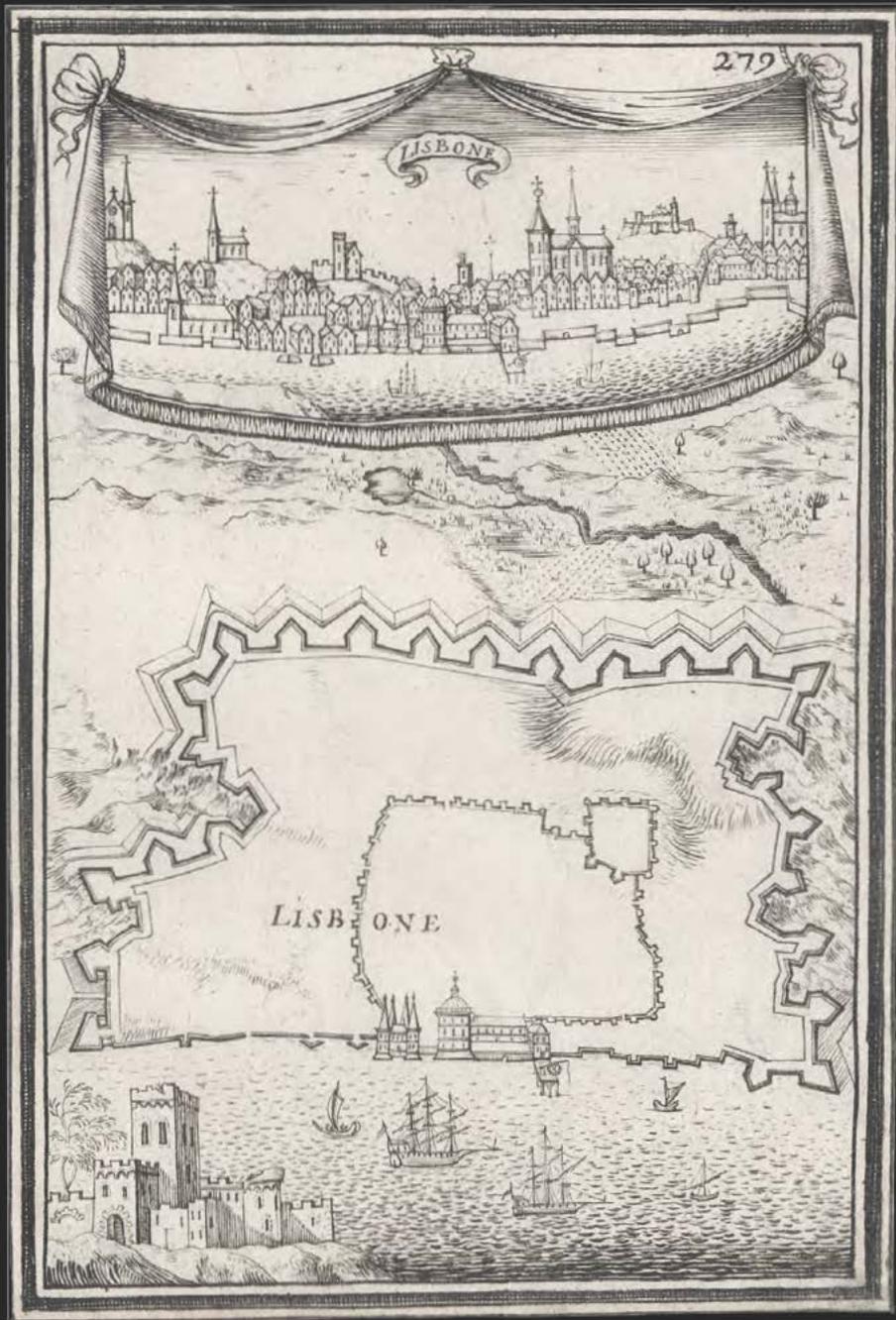
Stoop (1662)



Vista do Convento da Madre de Deus

VISTAS GERAIS DE LISBOA

Mallet (1671)







Hospital Real de Todos os Santos, Séc.XVII

HISTÓRIA, SOCIEDADE E FAMÍLIA EM SANTA JUSTA ANTES DO GRANDE TERRAMOTO DE 1755: PALÁCIO CADAVAL E O HOSPITAL REAL DE TODOS OS SANTOS

Delminda Rijo

Gabinete de Estudos Olisiponenses

Projeto de História da
População e Demografia
Histórica de Lisboa



de intensidade das crises de mortalidade ou o impacto da migração em determinada população, a partir de variáveis cristalizadas no movimento natural dos nascimentos (batizados), casamentos, óbitos e oscilações migratórias. Na vertente qualitativa, podemos identificar grupos e relações sociais, profissões predominantes, a presença e o papel de escravos, ciganos, estrangeiros na sociedade ou meios de assistência às populações, entre outros. No entanto, as diferentes motivações subjacentes à sua produção pressupõem algumas lacunas, como o registo não sistemático de óbitos de menores, o que impede a fixação de taxas de mortalidade, os efeitos da intensa mobilidade populacional não registada, próprios numa população aberta como a da freguesia de Santa Justa; as dificuldades de leitura e escassez de informação dada pelos curas, são também elementos que podem afetar a interpretação e obrigam a redirecionar os objetivos. Ainda assim, a determinação das principais variáveis demográficas⁶ proporciona à historiografia novos meios de análise em reconstituição de famílias e comunidades, com enfoque em estudos biográficos e genealógicos e micro análise espaço temporal de cidades como a de Lisboa. Encontram-se disponíveis para consulta genealógica *online* – a vertente mais pública do projeto – os dados das paróquias do Castelo, Santiago e Mercês reconstituídas entre os séculos XVI e XVIII, com cerca de 66.000 fichas biográficas individuais. Em fase de construção temos as paróquias de Santa Catarina, Encarnação (Loreto), Pena, Santa Engrácia e S. Sebastião da Pedreira. A escolha destes espaços paroquiais foi determinada pela expressiva densidade populacional, a localização e a importância que assumiram no espaço urbano. Castelo e Santiago, no período medieval, Santa Catarina, Mercês, Encarnação e Pena enquanto importantes focos de urbanização do período moderno. **IMAGEM 2** Limítrofes ao centro urbano e de feição rural, com um tipo de ocupação disperso e muito centrado em quintas, ermidas e conventos, temos as freguesias de Santa Engrácia e São Sebastião da Pedreira.



IMAGEM 2

Projeto de Demografia Histórica do GEO – Freguesias em Estudo

O presente artigo resulta do cruzamento da informação paroquial com o recenseamento anual dos Róis de Confessados [IMAGEM 3](#), outra fonte documental de grande importância histórica e demográfica para o estudo das populações houve ainda recurso pontual a documentação municipal, cartorial e às Visitações do arcebispado,⁷ acrescentando as últimas informação no âmbito do incumprimento e transgressão, quer no espaço público da rua, vizinhança e trabalho, como no espaço mais íntimo da casa. As denúncias geradas nestas relações de proximidade e as ações legais sobre pessoas e propriedades muito contribuíram para a apreensão dos cenários onde decorriam as existências, numa espécie de “recriação” dos espaços doméstico e laboral dos vários grupos sociais agregando ações a indivíduos, mas também alguma recuperação de léxico e linguagem e formas de organização ou objetos mais comuns. Nas paróquias de Lisboa, que se regiam pelas *Constituições Sinodais do Arcebispado de Lisboa*,⁸ eram obrigatórios os sacramentos da confissão e da comunhão pelo menos uma vez por ano⁹. Assim, no período anterior à Páscoa, os párocos de cada freguesia faziam um rol de todos os fregueses maiores de sete anos, com os nomes e sobrenomes, agrupados por casas e ruas, onde viviam. Constituímos a partir deles quadros interpretativos que espelham a estrutura populacional, social e profissional da freguesia de Santa Justa,¹⁰ [IMAGEM 4](#) hierarquizando os residentes em função do cabeça-de-fogo, com família, oficiais, criados, escravos e outros, traçando simultaneamente a configuração espacial, a toponímia e o parque habitacional. Não cabendo num artigo a dimensão dos resultados da freguesia mais populosa de Lisboa nos séculos XVII- XVIII, optámos pela análise numa perspetiva micro analítica de dois edifícios simbólicos e respetiva envolvente: o Palácio do Duque de Cadaval na Rua Mestre Gonçalo e o Hospital Real de Todos os Santos, nos Arcos do Rossio, enquadrados na evolução demográfica de Santa Justa no recorte cronológico de 1693-1702. [IMAGEM 5](#)

IMAGEM 3

Rol de confessados da Freguesia de Santa Justa em 1702

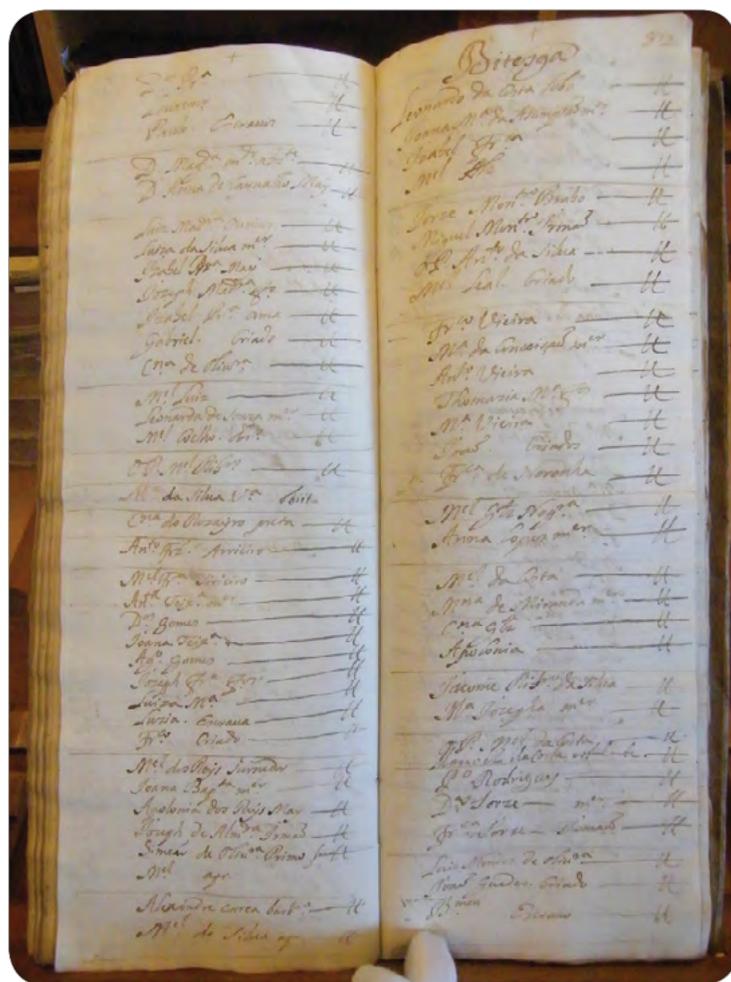


IMAGEM 4

Transcrição de Rol de Confessados
Rua de Mestre Gonçalo

A – Índice
B – Número de fogo
C – Nome do residente
D – Profissão / cargo
E – Género
F – Parentesco

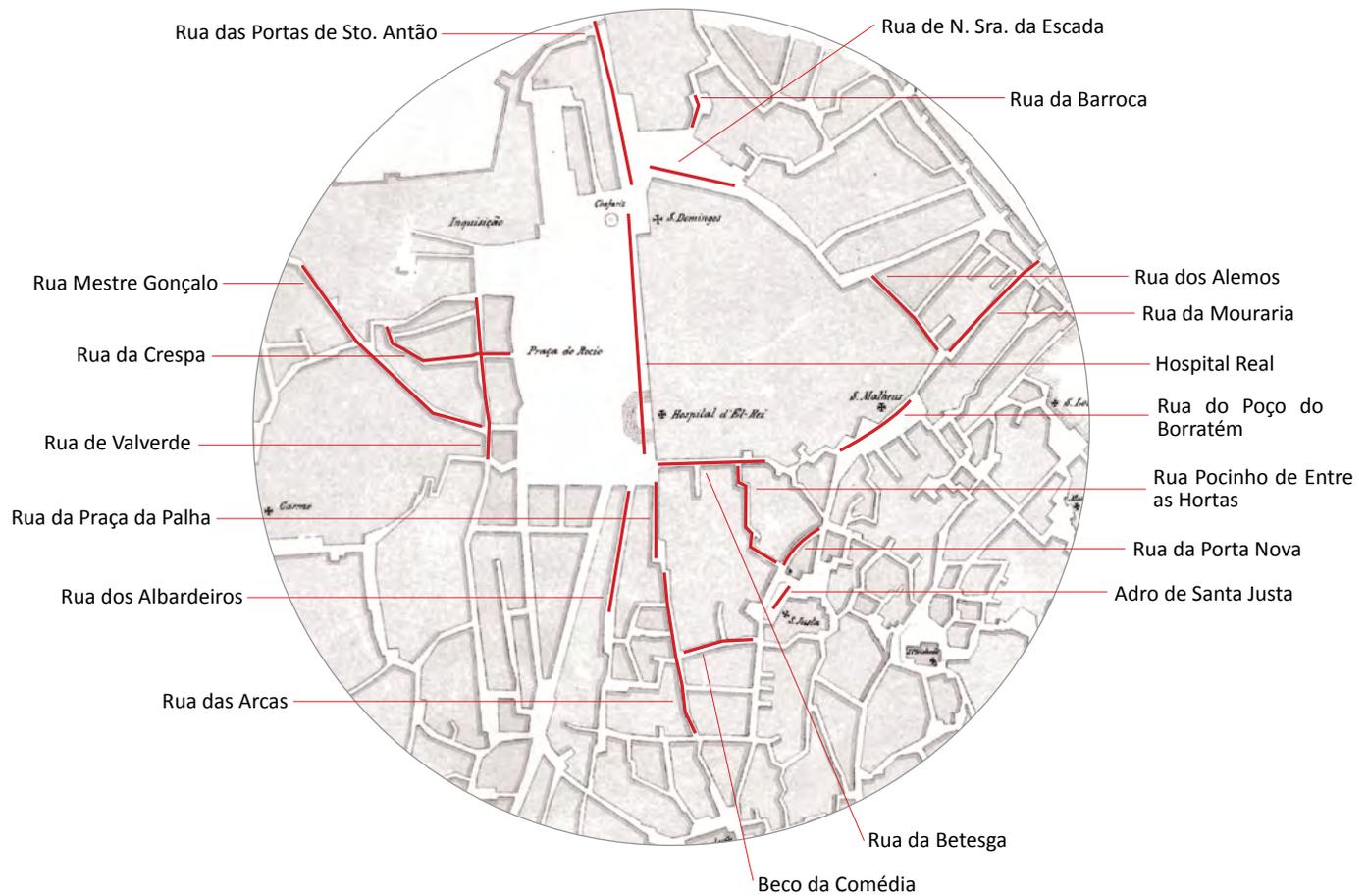
A	B	C	D	E	F
2	1	Duque do Cadaval, D. Nuno Álvares		M	
3	1	Duquesa do Cadaval		F	Esposa
4	1	Duque D. Jaime		M	Filho
5	1	D. Rodrigo de Melo		M	Filho
6	1	D. Filipa		F	Filha
7	1	Beatriz da Fonseca	criada	F	
8	1	Helena Soares	criada	F	
9	1	Madalena Dorger	criada	F	
10	1	Mariana de Macedo	criada	F	
11	1	Madalena Baracha	criada	F	
12	1	Mariana de Sousa	criada	F	
13	1	Maria Barbosa	criada	F	
14	1	Joana Maria	criada	F	
15	1	Isabel dos Santos	criada	F	
16	1	Mariana	criada	F	
17	1	Madalena	escrava	F	
18	1	Ana	escrava	F	
19	1	André Coelho de Miranda	moço de câmara	M	
20	1	José Delgado de Oliveira	moço de câmara	M	
21	1	Álvaro Martins Frade	moço de câmara	M	
22	1	Francisco Ferreira Nobre	moço de câmara	M	
23	1	Pedro Barbosa	moço de câmara	M	
24	1	Miguel Barbosa	moço de câmara	M	
25	2	Luís de Avelar		M	marido
26	2	Joana Collaim		F	mulher
27	2	Maria Antunes	criada	F	
28	3	Francisco Ferreira		M	marido
29	3	Maria da cruz		F	mulher

30	3	Maria	criada	F	
31	4	Francisco Chanceler	criado	M	
32	4	Lázaro	criado	M	
33	4	João de Muia	criado	M	
34	4	João Chaves	criado	M	
35	4	João	criado	M	
36	4	Simão António	criado	M	
37	4	José	criado	M	
38	4	Domingos	criado	M	
39	4	António	criado	M	
40	4	Pedro	criado	M	
41	4	Francisco	escravo	M	
42	4	Manuel	escravo	M	
43	4	Manuel Salgado	criado	M	
44	4	Pedro Pinheiro	criado	M	
45	4	Francisco	escravo	M	
46	4		General da Despensa	M	
47	4	Francisco	criado	M	
48	4	Gabriel	criado	M	
49	4	Manuel	criado	M	
50	4	Domingos	criado	M	
51	4	Pascoal	criado	M	
52	4	João Domingues	criado	M	
53	4	João Rodrigues		M	
54	4	Rafael Rebelo		M	
55	4	Manuel Pinto		M	
56	4	Teotónio	criado	M	
57	4	Manuel Nogueira		M	
58	4	Domingos	criado	M	
59	5	Bento Afonso		M	
60	6	André Leal		M	
61	6	Maria Antunes		F	
62	6	Manuel de Sequeira		M	
63	6	Jacinto Rodrigues		M	
64	7	Pedro Rodrigues		M	marido
65	7	Maria de Jesus		F	mulher
66	7	António Martins	criado	M	

67	8	Manuel Gomes da Silva	pintor	M	marido
68	8	Maria de Assunção		F	mulher
69	8	José gomes da silva	criado	M	
70	9	Manuel Francisco	alfaiate	M	marido
71	9	Antónia Luís		F	mulher
72	9	Vicente Francisco		M	filho
73	10	Isabel Nunes	colareja	F	Mãe
74	10	Domingas		F	Filha menor
75	10	Catarina		F	filha menor
76	11	Manuel Pinheiro		M	marido
77	11	Isabel João		F	mulher
78	12	José Rodrigues		M	
79	13	Tomé da Costa		M	
80	14	Brás Ribeiro	Padre	M	
81	14	Maria Duarte	ama	F	
82	15	Maria da Cunha		F	Mãe
83	15	Francisco dos Santos		M	filho
84	15	Manuel Cardoso		M	
85	16	José de Queiróz	cónego	M	
86	16	Ilário da Veiga e Costa		M	
87	16	Domingos	criado	M	
88	16	António	criado	M	
89	16	Pedro Pereira		M	
90	17	Filipe Barbosa	cónego	M	
91	17	Isabel Barbosa de Azevedo		F	sobrinha
92	17	Maria Marcelina de Azevedo		F	sobrinha
93	17	Teresa Maria	criada	F	
94	17	Teresa de Jesus	criada	F	
95	17	Isabel Barbosa	escrava	F	
96	17	António gomes	criado	M	
97	18	Domingos Pires	alfaiate	M	marido
98	18	Domingas Quaresma		F	mulher
99	18	António	aprendiz	M	
100	18	Lourenço	aprendiz	M	
101	18	Domingos Francisco		M	
102	19	José Francisco	alfaiate	M	marido
103	19	Lourença Baptista		F	mulher

104	19	José	aprendiz	M	
105	20	António de Pina	marceneiro	M	marido
106	20	Mariana da Encarnação		F	mulher
107	20	Isabel de Faria		F	sogra
108	20	Manuel Dias	aprendiz	M	
109	20	João Pereira	aprendiz	M	
110	20	Manuel Jorge	aprendiz	M	
111	21	Francisco Luís		M	marido
112	21	Páscoa do Espirito Santo		F	mulher
113	21	Jacobo	escravo	M	
114	22	Ana Maria de Barros		F	mãe
115	22	Joana de Barros		F	filha
116	22	José da Silva		M	filho
117	23	D. Maria da Luz		F	mãe
118	23	Antónia do Espirito Santo		F	filha
119	23	Teresa Maria		F	
120	23	Ana de Jesus	criada	F	
121	23	Mariana dos Santos	criada	F	
122	24	José Rodrigues		M	marido
123	24	Antónia Maria		F	mulher
124	24	António Rodrigues		M	
125	24	Francisca de Porsiuñcula		F	
126	25	Madama Florim		F	
127	25	Madama Sarou		F	
128	25	Manuel	criado	M	
129	26	Francisco Fernandes Alvares		M	

Roteiro e Dados Demográficos da
Freguesia de Santa Justa (1693, 1702)



2. LISBOA E A FREGUESIA DE SANTA JUSTA, ENTRE 1693-1702

Lisboa era a capital, o centro de poder político e económico e tinha o mais importante porto do país, atraindo massas populacionais de todo o reino, o que elevava os índices de ocupação do núcleo urbano, [IMAGEM 6](#) onde os movimentos migratórios são claramente identificados nos hóspedes de estalagens, “homens de ganho”, no permanente movimento do pessoal doméstico e aprendizes, mas também em grupos excepcionais, cuja relação com o espaço gerava grande expectativa na cidade, como os pátios de comédias de companhias de teatro castelhanas que faziam temporadas no famoso Pátio das Comédias, na rua das Arcas.

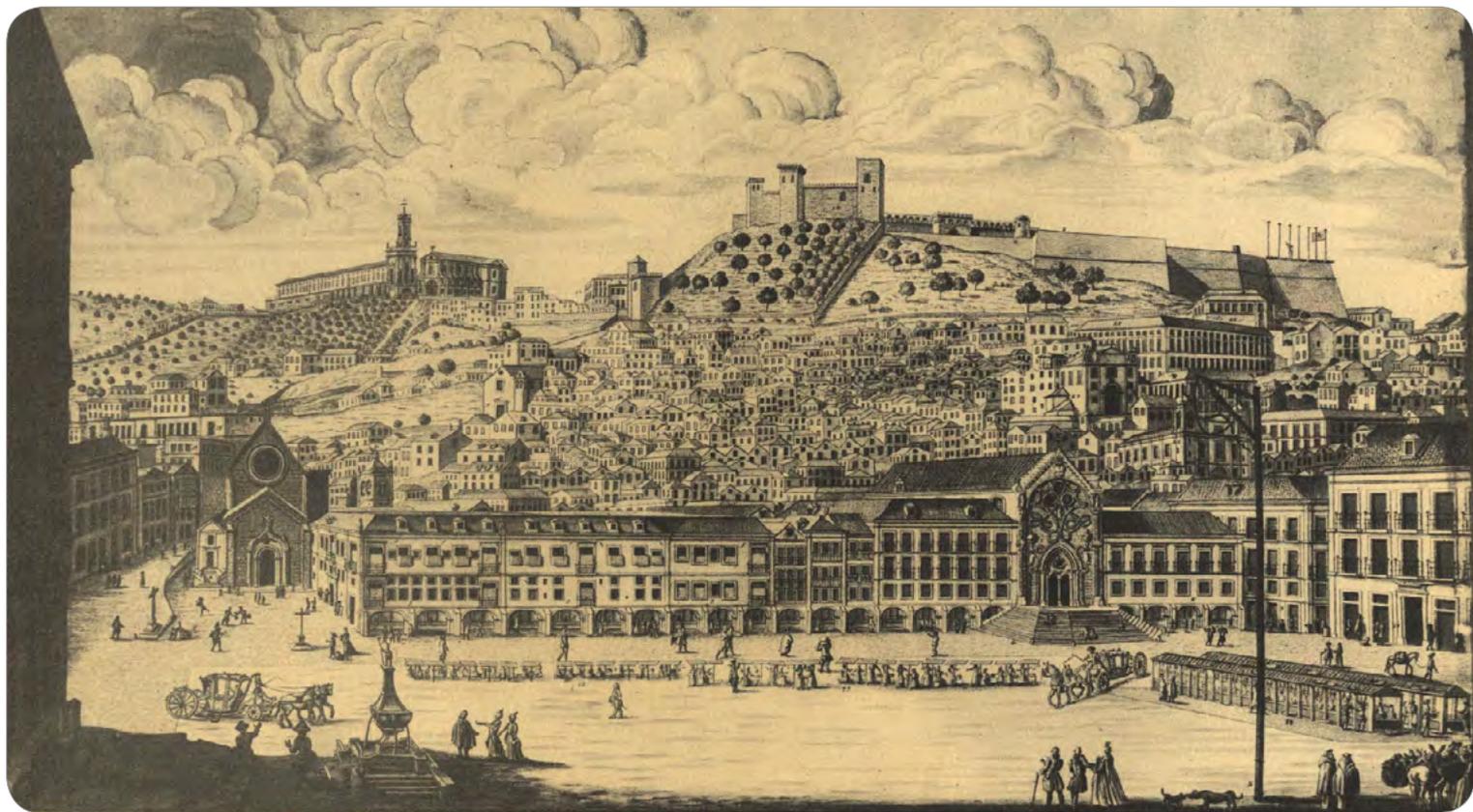
Era este o local de implantação da freguesia de Santa Justa, por onde todos passavam e onde muitos se fixavam, com comércio variado, diversidade profissional, assistência abrangente, presença de órgãos de decisão, onde a espiritualidade, o exotismo e a transgressão desempenhavam um importante papel. Como pano de fundo, a constante transição das gentes do império, ao sabor dos movimentos das monções, num quase incessante de cá para lá, de lá para cá. De facto, a emigração de portugueses para territórios ultramarinos, sobretudo para a América portuguesa, intensificou-se neste período com a descoberta de ouro, sendo uma das principais causas para a presença de forasteiros em trânsito na freguesia, bem como para a ausência de maridos e filhos das famílias estáveis, particularmente de ruas com baixos índices ou ausência de atividade laboral. [IMAGEM 7](#)

À centralidade de Santa Justa acrescia o Rossio, centro de influência e de fixação de instituições como o convento de São Domingos, o Palácio da Inquisição e o Hospital Real de Todos os Santos. Era em 1693 a freguesia mais populosa de Lisboa, com 5.483 fregueses em 1.551 fogos,¹¹ dispersos por 54 vias implantadas sem plano, numa planta feita de ruas, becos, pátios, terreiros, travessas, arcos, adros, escadas, hortas e que se ligava ao espaço exterior da muralha pelas Portas da Mouraria e de Santo Antão.¹²

Rua	Rol de Confessados de 1693			Rol de Confessados de 1702		
	Nº fogos	Nº Ind.	Fog. Vazios	Nº fogos	Nº Ind.	Fog. Vazios
R. Mestre Gonçalo	17	100	0	26	128	0
R. de Valverde	38	123	0	43	137	1
R. dos Carreiros	51	148	3	49	138	3
R. da Crespa	40	126	1	42	123	2
R. Baltasar de Faria	16	53	1	23	83	0
R. do Corredor do Rossio e Estalagem Nova	19	89	0	18	85	1
R. do Rossio	21	101	0	18	124	3
R. da Inquisição	29	175	2	32	174	2
Beco das Damas	3	18	0	2	31	0
R. das Escolas Gerais	18	74	1	19	68	2
R. das Portas de Santo Antão	66	242	4	71	219	11
R. de N. Sra. Da Escada	10	84	1	12	87	1
R. da Calçada de Sant'Ana	12	62	0	11	49	0
Rua da Barroca	12	26	1	12	30	1
Pátio e fora do pátio de Sebastião da Gama	14	56	0	15	45	0
Adro de São Domingos	0	0	0	1	1	0
Arcos do Rossio	10	88	0	8	49	0
Hospital Real de Todos os Santos	42	187	2	52	194	0
Rua dos Albardeiros	28	128	2	31	138	0
Terreiro do Magalhães	15	57	0	16	67	0
Rua da Tarouca	38	119	3	39	119	1
Rua da Praça da Palha	58	254	5	70	290	2
Rua das Arcas	72	307	0	74	266	7
Rua da Crasta	5	17	0	5	16	0
Beco da Comédia	24	66	2	24	81	2
Beco de D. Carlos	20	65	4	16	49	2
Beco do Pato	17	34	2	16	38	2
Travessa de Rui de Matos	11	37	0	12	43	2
Rua da Cutelaria	43	165	2	49	195	4
Beco do Casco	11	31	2	15	42	1
Beco de Duarte Fernandes	10	24	0			
Beco do Ferro				3	11	0
Beco do Alemo	12	18	1	25	69	0
Arco de João Correia	34	120	2	37	131	3
Beco do Regedor	17	44	0	18	47	2
Travessa de São Cristóvão	26	78	5	28	85	0
Rua do Bonete e Beco que vai para o adro na mesma rua	39	100	1	43	115	2
Beco do Resende	14	55	0	17	67	1
Adro de Santa Justa	19	103	0	24	106	0
Escadas de Santa Justa	46	183	0	51	195	6
Pocinho de Entre as Hortas	55	191	1	56	200	0
Rua da Betesga e Fora do Beco da Betesga	61	198	2	61	192	2
Beco das Farinhas	13	36	0	18	42	0
Terreiro do Mendanha	21	75	1	24	74	0
Travessa das Cristaleiras	22	54	2	20	54	0
Rua da Porta Nova	52	170	4	48	180	3
Beco do Ligeiro	6	17	0	6	19	0
Poço do Borratém	17	77	0	19	108	0
Rua das Fontainhas	38	92	1	42	117	0
Rua de S. Pedro Mártir	68	151	6	68	194	5
Poço de Nuno Álvares	12	52	0	12	36	2
Portas da Mouraria	72	267	3	59	182	8
Rua da Póvoa	35	83	2	35	78	4
Rua dos Vinagreiros	35	100	3	36	83	3
Rua dos Alemos	67	197	5	72	206	1
TOTAIS	1551	5547	77	1643	5700	92

IMAGEM 7

Vista do Rossio Antes do Terramoto de 1755



Este cenário confirma a premência da circulação urbana nas questões urbanísticas da cidade e da freguesia. Assistiu-se, por isso, neste período, ao alargamento e regularização de vias, à demolição de edifícios desalinhados, de elementos arquitetónicos como varandas ou balcões, partes de muralha, alteração de portas, desobstruindo e melhorando a circulação. A interpretação da população assenta no perfil demográfico captado nos 9.390 registos biográficos relativos a 689 casamentos e 2.054 óbitos, expressos em indicadores de estudo das populações do passado - casar, migrar e morrer.¹³ O equilíbrio da saúde pública, também afetado na ocorrência de crises de mortalidade, sobretudo epidémicas, dependia grandemente da implantação espacial e problemas estruturais de limpeza urbana, sistema de canos ou abastecimento de água, obtendo-se nos regimentos de saúde e posturas municipais pontuais as principais medidas de prevenção e combate. Mas a elevação da mortalidade neste período foi agravada pelo deficiente abastecimento de géneros alimentares, numa conjuntura de seca prolongada, maus anos agrícolas, especulação de preços e fome. **IMAGEM 8** Demonstra-o a análise da variável mortalidade, nos aspetos diferenciais de normal e de crise, sazonalidade, género e estado. **IMAGEM 9** Há um ciclo de subida com um pico em 1692, seguido de ligeiro decréscimo até 1694, novamente mais acentuado de 1696 até 1698, atingindo o máximo do período em 1700, coincidindo com os surtos epidémicos de tifo, associados a dificuldades de aprovisionamento alimentar em Lisboa,¹⁴ num cenário já habitual de más condições urbanísticas e sanitárias e potenciado por milhares de residentes e população flutuante. De facto, os surtos epidémicos propiciados pelas condições climáticas do final do verão (Agosto/Setembro), e na transição para o Inverno (Novembro/Dezembro), afetaram os níveis de sobrevivência da população, sobretudo os grupos etários dos mais velhos e das crianças, o segmento mais afetado entre 1692 e 1695.

IMAGEM 8

Gráfico I – Distribuição Anual de Óbitos

Registos Paroquiais de Santa Justa – Livro de Óbitos (1690-1702)

**IMAGEM 9**

Gráfico II – Mortalidade - Sazonalidade 1690-1702



Valores Globais óbitos por mês - 1690-1702

Mês	Óbitos
Janeiro	156
Fevereiro	159
Março	134
Abril	148
Maior	148
Junho	175
Julho	183
Agosto	193
Setembro	203
Outubro	152
Novembro	208
Dezembro	195
TOTAL	2054

De um modo geral, a mortalidade afetou mais as mulheres¹⁵ que os homens e atingiu mais os solteiros, tendo a maioria sido sepultada na Igreja paroquial¹⁶ e sem testamento.

As preocupações da câmara e do Rei focaram-se também na insegurança e criminalidade, agravados pela má iluminação e deficiente policiamento que, à semelhança da limpeza urbana, se organizava com grupos de quadrilheiros, por bairros. O mesmo modelo foi aplicado no combate aos incêndios, havendo a registar na freguesia uma ocorrência calamitosa em 1697, com a destruição do Pátio das Comédias na rua das Arcas. Finalmente, o avizinhar do conflito com Castela pelo envolvimento na crise sucessória por morte de Carlos II, levou à iniciativa régia de dotar a cidade de infraestruturas de defesa como uma linha de fortificação nos cais e na orla marítima. As consequências foram de natureza urbanística, militar e logística, manifestas no reordenamento do espaço ribeirinho e no regresso a Lisboa dos terços e tropas das praças raianas, com grande impacto na população da freguesia.

2.1 EVOLUÇÃO GLOBAL DA POPULAÇÃO NOS RÓIS DE CONFESSADOS

Numa aproximação à implantação territorial, o estado anual desta população, aberta e muito sujeita a movimentos migratórios, permite avaliar com sucesso a evolução do parque habitacional e dos quantitativos populacionais anuais. [IMAGEM 10](#)

A evolução global foi marcada por um movimento de retração em 1695, com perda de 2,5% da população e crescimento e retoma em 1702. O parque habitacional aumentou c. 5.5%, bem como o número de fogos devolutos. Algumas das suas vias de circulação ilustram bem a macrocefalia de Lisboa e a densidade populacional da freguesia onde em 1693, seis ruas eram habitadas por 191 a 307 moradores maiores de 7 anos, embora a ocupação média dos fogos não tenha ultrapassado os 3,8 indivíduos em 1693 e os 3,7 em 1702, com uma relação de masculinidade tendencial de maioria de homens em toda a observação, a situar-se em 1693 nos 104, e em 1702 nos 105.¹⁷

IMAGEM 10

Quadro III - População Maior de Sete Anos 1693-1702
Rol de Confessados (1693, 1695, 1702)

	Homens	Mulheres	Indeterminado	Total Anual
1693	2802	2681	34	5483
1695	2752	2603	0	5355
1702	3014	2648	38	5662

ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO, DE ACOLHIMENTO, LABORAL E PRODUTIVO

Temas como os modelos de habitação e de transmissão patrimonial, as dinâmicas residenciais e a organização sócio-profissional são incontornáveis neste tipo de abordagem que, partindo da cidade, vai apurando escalas espaciais decrescentes, perspectivadas nas vivências e comportamentos, identificando famílias e indivíduos integrados nas suas relações de proximidade, na rua, vizinhança, oficina e em casa, o incerto espaço da intimidade. O fogo e o agregado doméstico co-residente predominante transparecem um estreito vínculo ao círculo laboral e à posição social do titular, podendo acolher-se sob o mesmo teto família nuclear e alargada, clientelas, oficiais, aprendizes, caixeiros, criadagem interna, ou funcionando apenas como um espaço que uniu indivíduos como estratégia de subsistência. Viviam em Santa Justa alguns dos titulares mais influentes do período, o Duque de Cadaval, o Marquês de Alegrete e Conde de Vilar Maior, o Conde de Tarouca, o Senhor de Pombalinho, o Conde de Redondo. Também o Inquisidor Geral e demais hierarquia da inquisição de Lisboa, altos cargos do poder régio e municipal como o Corregedor Mor Miguel Rebelo ou o presidente do Senado D. Francisco de Sousa, mercadores de grosso trato como Pedro Lopes Henriques ou Luís Maciel, letrados como o jurista António Mendes Arouca e médicos como o Doutor Hipólito Guido ou o Doutor Duarte Lopes Rosa. A nobreza titulada, com algum grau de reprodução nos restantes segmentos com capacidade económica, dispunha de muitos criados e escravos, organizados em hierarquias por vezes complexas, como veremos no caso do Duque de Cadaval. A fixação das grandes casas ocorreu, sobretudo, em torno do Largo do Rossio, no eixo Rua de Mestre Gonçalo, Rua da Inquisição, Rua do Rossio, Rua de N. Sra. da Escada, Hospital Real. Seguiu-se o espaço

que contornava a Igreja de Santa Justa, o Adro e as Escadas de Santa Justa e já na franja da freguesia e do limite urbano, o Poço do Borratém, onde se localizava o couto de Mateus e na Rua da Porta da Mouraria o palácio mais antigo do Conde de Vilar Maior e outro em construção, pertencente ao Marquês de Alegrete. Os grupos intermédios da estrutura social, como os homens de negócio e os que viviam de sua fazenda, fixaram-se na proximidade da nobreza, mas também nas Ruas dos Albardeiros, das Arcas ou das Portas de Santo Antão. **IMAGEM 11** A forte presença de mercadores de grosso trato com lucrativos contratos de tabaco, sal, escravos, álcool ou diamantes expressa também alguma intervenção local através de empréstimos a juros e aquisição de imobiliário. A nobreza, arredada dos negócios por imperativos de classe, concretizou-os através de procuradores, como fez D. Lourenço de Almada com o rendoso negócio do álcool para África. Os letrados, doutores e homens da administração, sempre em torno da grande praça do Rossio, nos Arcos, Betesga, Praça da Palha, Escadas de Santa Justa, mas também nas Portas da Mouraria e Poço do Borratém. **IMAGEM 12** Os homens dos ofícios fixaram-se um pouco por toda a freguesia, nas franjas, junto às Portas e nas ruas e becos mais centrais, prolongando-se os arruamentos dos caixeiros da Rua das Arcas, dos cutileiros, lanceiros e bainheiro da Rua da Cutilaria, ou a Rua dos Albardeiros para outras freguesias, ficando bem expresso na toponímia, nem sempre com correspondência na implantação, a importância da organização dos ofícios em ruas. O rol de confessados espelha bem a hierarquização das unidades de produção, encabeçadas pelo mestre, do qual dependia um número variável de oficiais, obreiros e aprendizes, este o segundo grupo profissional mais representativo da população laboral, depois do pessoal doméstico. Os grupos de menores rendimentos, disseminados pela freguesia, procuravam os espaços mais baratos

Profissões	1693	1702
Albardeiro	5	13
Alfaiate	29	30
Atafoneiro	12	9
Ama	37	32
Aprendiz	171	217
Barbeiro	20	19
Beneficiado	5	2
Boticário	2	2
Caixeiro	42	31
Carpinteiro	3	7
Cerheiro	7	4
Cirurgião	13	15
Colareja	20	23
Contratador	11	5
Cordoeiro	13	24
Correio	8	8
Criada	199	362
Criado	190	256
Doutor	24	31
Enfermeira	7	8
Enfermeiro	20	21
Escrava	136	88
Escravo	120	75
Esparteiro	5	9
Homem de ganhar	60	120
Marceneiro	13	14
Obreiro/oficial	81	108
Padre	72	79
Sapateiro	48	39
Soldado	21	58
Taverneiro	30	36
Tendeiro	-	22
Total	1424	1767

dos prédios de rendimento, nos andares mais baixos, com uma ou duas acomodações para alojamento e atividade profissional, imperando no interior das suas habitações a multifuncionalidade, diferenciando-se os espaços utilitários pela utilização de componentes móveis. Também os que mais procuravam o anonimato, como os casais ilegítimos, residiram com mais frequência nos becos mais acanhados do centro, como o das Cristaleiras, do Pato, do Ferro ou do Bonete, e nas ruas mais orientais de S. Pedro Mártir, da Póvoa, dos Vinagreiros ou dos Alemos, mas também em becos e ruas próximos ao Rossio, nas Ruas dos Carreiros, Crasta ou Valverde. Quanto às tipologias de ocupação, a forte presença de unidades familiares extensas com atividade manufatureira, de casas aristocráticas ou instituições polarizaram a integração num mesmo espaço de família e indivíduos não aparentados, sobretudo pessoal doméstico e laboral e outros cuja relação permaneceu no anonimato. De facto, foi usual a união de indivíduos não aparentados sob um mesmo teto, com destaque para o consórcio de mulheres colarejas ou grupos de homens de ganho, cuja união nasceu claramente da necessidade de assegurar uma habitação.

3. PALÁCIO CADAVAL E HOSPITAL REAL DE TODOS OS SANTOS

A abordagem ao espaço físico assentou no percurso do rol de confessados, em périplo pelas ruas, becos, pátios, escadas, poços, adros e terreiros, espaços vivenciais imbricados e densamente habitados, anotando-se as estruturas coletivas eclesiásticas, de ensino, comerciais, de lazer e ilegais e a localização de cada um dos moradores da freguesia. Sem a pretensão de uma “peregrinação,” contextualizamos cada via, os seus edifícios, pessoas, funções predominantes, qual amostragem da geografia social e numa espécie de recuperação de uma parte da cidade cuja existência é, além da sua memória histórica, a própria espacialidade. Um retrato em pouco mais de meia centena de vias que perfila múltiplas Santa Justa, a aristocrática, a popular, a

IMAGEM 12

Atividade comercial na Rua Nova dos Ferros.



boémia, a comercial, onde grupos sociais e profissionais se organizavam em esferas de influência pessoais no caso da Casa do Duque de Cadaval e institucionais como no Hospital Real, em torno do Rossio.

3.1 A RUA DE MESTRE GONÇALO E O PALÁCIO CADAVAL

O rol de confessados inicia na Rua de Mestre Gonçalo, que tinha 19 fogos em 1693, nela se situando o imponente palácio do Duque do Cadaval, secretário de D. Pedro II que desempenhou um importante papel na governação de Portugal. [IMAGEM 13](#)

O desconhecimento do seu traço arquitetónico, que como a maioria dos palácios desta zona da cidade foi destruído pelo terramoto de 1755, posteriormente reconstruído e finalmente demolido em 1881 para dar lugar à estação do Rossio, não impede a referência a algumas das acomodações e componentes identificadas nas fontes e pela arqueologia.

Nos andares superiores do palácio¹⁸ ficavam os aposentos principais, salas de estar e provavelmente o oratório, primando os interiores pelos elementos decorativos e funcionais. No espaço utilitário das estruturas periféricas ficavam os aposentos dos criados, cozinha e tinél, armazéns, pátios, cavalariças, estrebaria e um jardim que se estendia pela quinta em direção a S. Roque. Um importante acesso do palácio e referência toponímica era o pátio do Duque, todo empedrado de seixos com excelente qualidade, ao qual se acedia pelo conhecido arco do Duque.

Num dos edifícios anexos funcionava a Enfermaria do Duque e ainda possuía ao nível do piso térreo lojas onde se acolhiam famílias de criados ou que serviam para alugar.

Além do palácio e da enfermaria, esta liderada pela enfermeira Maria Jorge juntamente com nove indivíduos, dispersavam-se pela freguesia, à cabeça dos seus agregados, outros trabalhadores da Casa, como o barbeiro, criados de fora, homens de pé, soldados e o cabo de esquadra da companhia do Duque.

Nas grandes casas, a acomodação dos criados internos atendia à posição que ocupavam na hierarquia doméstica,

IMAGEM 13

Palácio do Duque de Cadaval (Final séc. XIX)



ficando os amplos espaços, designados de câmaras do tinél, reservados aos numerosos criados do sexo masculino,¹⁹ dormindo as criadas noutra similar. Com a entrada da infanta D. Luísa na família de Cadaval, veio também um reforçado grupo de domésticos, no qual se incluía o agregado do reposteiro, com a mulher, uma filha e uma criada que passaram a ocupar um fogo num dos pátios de cima. Também no topo da hierarquia doméstica estava a ama da duquesa, D. Francisca Durger, que em 1693 habitava no fogo 17, no extremo da rua *“debaixo das casas do duque de Cadaval”*,²⁰ com uma criada e a sua filha D. Madalena. Em 1702, esta já assumira o cargo da mãe como ama da duquesa. Estavam mais próximos dos senhores e frequentemente dispunham de recursos económicos capazes de assegurar melhor a sua existência, conforme ficou expresso no trajeto de D. Madalena Durger, com a aquisição de uma quinta no Vale de Chelas ao almoxarife do Hospital de São Lázaro.²¹ Em 1693, além da família nuclear do duque D. Nuno Álvares, da duquesa D. Margarida Armande de Lorena e os filhos, D. Ana e D. Luís, habitavam o palácio 41 indivíduos, sobretudo serviçais, 14 mulheres e 27 homens, integrados na rígida estrutura doméstica de amas, criadas, escravas, moços de câmara, criados, escravos, comprador e general de despensa. Em 1694 há manutenção numérica do agregado, com algumas alterações internas como a inclusão de filhos que entretanto atingiram a idade da confissão, D. Eugénia Rosa Maria de Lorena, D. Álvaro José de Melo e D. Jaime de Melo. Completavam o agregado mais 35 indivíduos, entre pessoal doméstico e outros, com designação de apenas uma ama, duas escravas, um carreiro, um jardineiro, um frade e a enfermeira, estando um dos agregados com a indicação de ausência na Baía, Brasil. Em 1695, o agregado de 35 indivíduos enquadrava-se numa estrutura doméstica mais organizada, com onze criadas, duas escravas, dois escravos, o cocheiro, o carreiro e o moço das vacas.

Era habitual que o filho sucessor na casa residisse com o seu próprio agregado sob o mesmo teto do antecessor. De facto, a 14 de Maio de 1695 celebra-se o casamento do duque D. Luís Ambrósio de Melo com D. Luísa, filha ilegítima de D. Pedro II, o que explica o acréscimo considerável do agregado em 1696, que passou a contar com 56 elementos e uma estrutura doméstica mais complexa, incluindo um reposteiro, 16 criadas, uma ama e duas escravas, cinco moços de câmara do tinél, moços de tinela, de copa, de compras, dois escravos, dois cocheiros, um homem de estrebaria, dois moxilas, um que auxiliava na cozinha, um cozinheiro, sete moços de estrebaria, um moço dos machos, um escravo de estribeira. Em 1698, o agregado apresentava um total de 62 pessoas, em seis núcleos distintos, um dos quais era composto por 28 homens: 20 criados, 3 escravos, o general da cozinha e os restantes sem função. Após o falecimento de D. Luís, a 13 de Novembro de 1700, a infanta Dona Luísa saiu do palácio, regressando após o dia 13 de Setembro de 1702, por ocasião do casamento com outro filho do duque de Cadaval, D. Jaime de Melo. A presença das filhas nestas casas era muito passageira, pois enquanto os filhos permaneciam nos núcleos residenciais dos progenitores, as filhas saíam para casar ou ingressar num convento. Em 1693 surge no rol D. Ana de Lorena, que saiu em 1696 por via do casamento com o 5º conde de S. João da Pesqueira, D. Luís Bernardo de Távora. D. Eugénia Rosa Maria de Lorena, surgiu no rol de 1694, e casa a 7 de Setembro de 1698 no oratório do palácio com o 3º Marquês de Alegrete, Manuel Teles da Silva. No mesmo ano surgiu D. Joana, que casou a 20 de Setembro de 1699, também no oratório do palácio dos seus pais, com o 2º Conde de Alvor, D. Bernardo António de Távora. Em 1702, apenas estavam no agregado do duque, os filhos D. Jaime, D. Rodrigo de Melo e D. Filipa que entretanto atingira a idade da confissão. Serve este exemplo, apesar da excepcionalidade do estrato social representado e da dimensão do agregado doméstico, para avaliar o dinamismo de um espaço

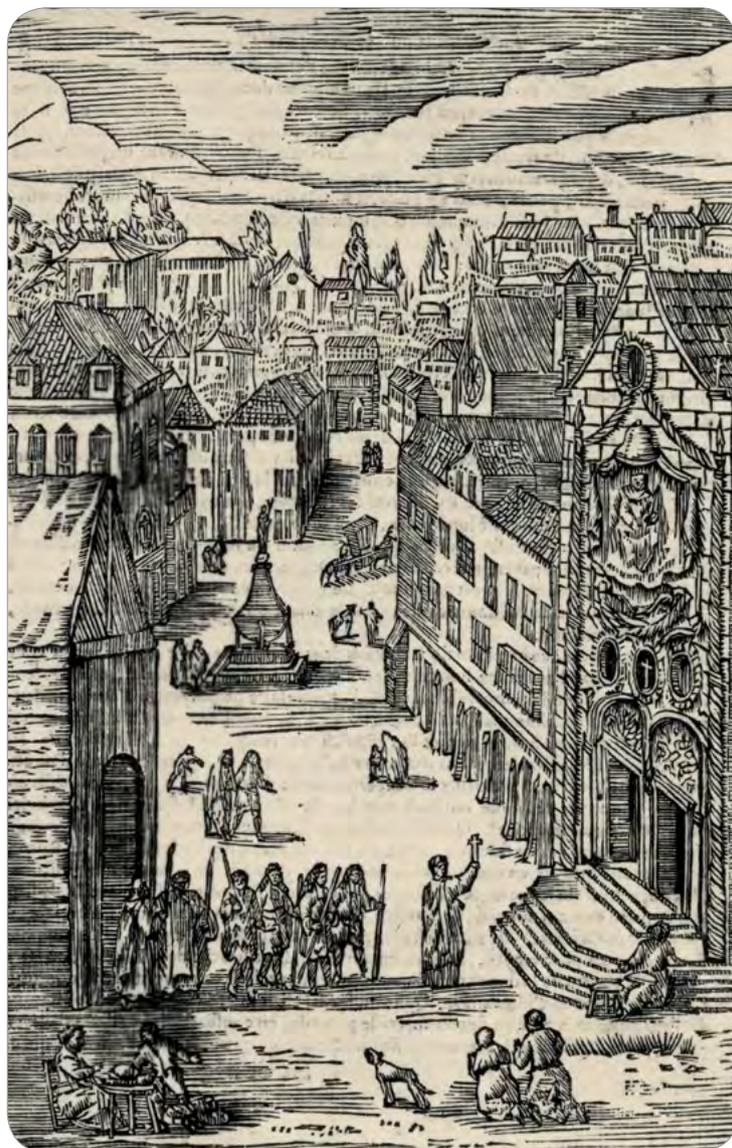
marcado por mutações constantes, mas por vezes pouco perceptíveis, afetando trajetórias de pessoas e estruturas e onde a unidade familiar e laboral continuamente se adaptaram às circunstâncias vivenciadas, muitas vezes replicando os movimentos demográficos da freguesia.

3.2. O HOSPITAL REAL DE TODOS OS SANTOS

O **Hospital Real de Todos os Santos**, estrutura básica da assistência hospitalar em Lisboa e Termo, foi administrada a partir de 1564 pela Misericórdia²² e servida por 128 irmãos, eleitos anualmente, entre nobres e oficiais. No topo da hierarquia estavam o provedor da Misericórdia e o enfermeiro-mor que chegaram a ser coincidentes. A gestão da fazenda do hospital estava a cargo de um solicitador, um tesoureiro dos livros e dois sacadores de foros. **IMAGEM 14** Reforçando a missão assistencial com a evangelizadora existia no hospital um corpo eclesiástico que devia assegurar que os enfermos fossem ouvidos em confissão, absolvidos e consolados. Podendo variar a sua constituição, tinha em 1657 sete capelões, um padre tesoureiro e um cura. Sobre a sua atuação e tomando a má doutrinação como contrária aos princípios da instituição, surgiram denúncias na Visitação de 1606, sobretudo contra o padre cura. Foi apontado como “agastado,” vociferando com escândalo por não obter resposta a questões de difícil compreensão pelos enfermos, gente “rústica”, negando-lhes a absolvição “*de que muito se desconsolam*”, perguntando aos doentes, na confissão, “*cousas impertinentes como [...] mistério da santíssima trindade e dimensão das divinas pessoas, que os doentes não são obrigados a entender principalmente sendo ordinariamente rústicos e pobres*”. Segundo os moços de capela “*de agastado dava empurrões aos ditos doentes no ato da confissão*.”²³ A diversidade de origem das receitas para o sustento do hospital contemplava por exemplo o rendimento das comédias representadas em Lisboa.²⁴ Um desses pátios de comédias era o famoso pátio das comédias da Rua das Arcas, ao abrigo de cujo rendimento foi

IMAGEM 14

O Rossio, gravura de Jacobus Baptist, séc. XVIII



feita uma obrigação em 1695 entre o tesoureiro do hospital, Luís Francisco Correia Barém e os comediantes madrilenos o Carlos Leon e Gabriela Belard, ele como apontador e ela como quarta dama sendo "ambos assistentes na Rua das Arcas."²⁵ A criação de expostos era obrigação do Hospital Real, onde funcionava a roda e a casa para recolhimento e criação, localizadas defronte da rua da Betesga. Funcionava de forma autónoma à gestão do hospital, através da Mesa dos Santos Inocentes, que assegurava a sua manutenção com o auxílio de rendas e legados deixados em testamento. Estes foram por diversas vezes insuficientes o que não só gerou litígios entre os irmãos do hospital e o Senado, como agravou a criação das crianças. A dimensão e função do Hospital confrontou-o igualmente com problemas de sustentabilidade, enquadradas em crises financeiras estruturais, acidentes ou escassez de esmolas, apelando-se com frequência para o aumento das rendas pelo seu papel na cura dos enfermos "pois dele depende a saúde da cidade e de todo o reino."²⁶ São disso exemplo, na crise de 1692, pela carestia dos mantimentos e mezinhas gastos no hospital, a determinação de pagamento sempre que alguém se recolhesse em enfermaria para cura, incluindo escravos e pessoas que pudessem pagar o seu sustento, muito embora não descurasse a sua missão "que não fossem daqueles que por pobres e necessitados esteja o hospital obrigado a acudir e curar de piedade."²⁷ Esta vocação impôs, quase que naturalmente, a estratificação social, a ele se acolhendo uma maioria de "gente rústica", tratando-se os que tinham mais recursos em ambulatório e ao domicílio. As situações de assistência urgente sem que o hospital pudesse acudir seriam comuns, como no episódio que envolveu um trabalhador do Terreiro "com uma carangueja que lhe nasceu no rosto," segundo uma testemunha que a tudo assistiu por uma fresta, vendo-o morrer no hospital no pátio das merceiras

que pelo muito fedor o não levaram para as enfermarias.²⁸ O traçado arquitetónico evocava uma "[...] cruz de 4 braços iguais, com 4 claustros muito grandes lageados e com um poço no meio de cada um. Tem uma grande horta com muyta agua, & dous tanques, em que se lava a roupa dos enfermos. [...] Hum dos braços desta Cruz occupa huma fermosa, & grande Igreja, que ficando com a porta sobre o Rocio, se sobe para ella por huma famosa escada de pedra [...]"²⁹ As intervenções arquitetónicas não alteraram muito o traço original, ainda que algumas tenham sido profundas e impostas por acidentes como incêndios,³⁰ ou apenas alterações pontuais a pretexto de melhorar a sua função, como a abertura de uma simples porta de serviço nos Arcos para o Rossio. O seu impacto económico na envolvente, com benefício do poder municipal, limitava a ação do próprio hospital, ficando este obrigado a ressarcir o Senado sempre que "o dano que resultar da falta de tendas de que ficar privado e sucedendo que o hospital faça algumas tendas no seu pátio ficarão os tendeiros sujeitos a correição do senado."³¹ O Hospital Real possuía um corpo médico e assistencial multifacetado, contando-se entre as abordagens curativas mais comuns o purgar-se, tomar apózemas, cordiais, tisanas, soros, aplicar sangrias, sanguessugas, banhos, caldas, fontes, suores, aço.³² Foi também o primeiro instituto de ensino oficial de cirurgia em Lisboa,³³ o que identificou a freguesia de Santa Justa como uma zona de excelência em matéria de assistência e prática médica. De facto, as práticas de cura não se limitaram à institucionalização, mas potenciaram uma vasta gama de abordagens exercidas por outros profissionais de saúde que funcionavam quer de forma autónoma, quer na execução das prescrições do hospital e outros médicos, sendo marcante na freguesia a presença de barbeiros e cirurgiões, boticários, com menor importância as cristaleiras, que aplicavam os purgantes, bem como as parteiras, que ainda que fossem numerosas por toda a cidade, apenas encontramos referência à viúva Maria da Silva (habitava em 1693 no fogo 5 da Rua da Tarouca). Dar suores era outra prática curativa e que era exercida por Simão de Barros

e Catarina de Góis, moradores na Praça da Palha.³⁴ Esta técnica foi estudada pelo médico João Curvo Semedo, distinto inventor de remédios, utilizando na sua composição as águas do Poço do Borratém, também famosas pelas propriedades terapêuticas³⁵ que eram vendidos na botica de São Domingos. A configuração social, número de efetivos e a distribuição espacial do rol de confessados pouco nos dizem da configuração de interiores e repartições que o compunham. Para isso recorreremos a uma descrição do incêndio de 1750 que relata a destruição de algumas das estruturas do hospital, auxiliando-nos num exercício de reconstituição. O incêndio começou no lado sul, na casa das tinhas, onde se aqueciam as águas para o banho dos doentes, junto da casa do irmão maior e da ermida dos enfermeiros. Seguiam-se a casa dos mortos, a habitação dos feridos, da convalescença e a casa de anatomia. As enfermarias especializadas desse lado, no piso inferior, eram as de S. Cosme e Damião reservadas aos feridos, a casa de doidos e as enfermarias de S. Pedro e de S. Lourenço. No andar superior, sobre a vivenda das amas dos enjeitados, situavam-se as enfermarias de S. João de Deus e S. Francisco de Sales. Aqui existia um corredor que ligava ao dormitório de S. Camilo de Lelis e enfermaria de capuchos, com vigário e cinco religiosos que ajudavam os enfermos a bem morrer, localizado na horta das traseiras **IMAGEM 15**. Ainda no lado direito da igreja, a enfermaria de S. Vicente era reservado às febres. Nas suas imediações ficava a cozinha que fazia a separação das enfermarias de mulheres, a norte. A de Santa Maria Madalena, próxima da biblioteca de S. Domingos, a de Santa Clara, reservada às feridas e às doidas a de Santa Joana. No andar superior, sobre a sacristia da ermida de N. S. do Amparo, estavam as enfermarias de S. Jorge e de S. José. Junto a estas existia o refeitório dos enfermeiros e um corredor que ligava ao convento de S. Domingos. Perderam-se totalmente nesta calamidade, a casa dos enjeitados, parte da capela-

mor da igreja, coro e as casas do Fidalgo e da Fazenda e no pátio do lado sul, a botica, as casas do cirurgião do banco, dos porteiros, dos padres tesoureiro e do secretário.³⁶ No rol de confessados de 1693 foram identificados 42 fogos, com agregados de diversas tipologias, num total de 185 indivíduos. O primeiro fogo era o da casa do Fidalgo, que acolhia o agregado de 28 indivíduos encabeçado pelo conde de Redondo, D. Fernando de Sousa, Provedor da Irmandade da Misericórdia e do Hospital Real nesse ano, com a família nuclear, onze indivíduos da casa e catorze domésticos. Seguiam-se os agregados do porteiro do hospital, mulher e criados, bem como do cozinheiro, depois a secção de vinte enfermeiros, encabeçados pelo enfermeiro-mor e das cinco enfermeiras dependentes do agregado de Amaro de Sousa e sua família em 1693. Havia um fogo isolado, ocupado por uma beata e outras unidades não familiares, com padres e amas e agregados familiares simples com e sem domésticos, onde se incluíam os fogos do cirurgião do banco e do hortelão do hospital. O pátio dos enjeitados tinha à cabeça Maria do Sacramento e outras 14 mulheres. Seguiu-se o pátio das Merceeiras, outros fogos não conjugais, isolados ou familiares simples e finalmente o pátio dos Carreiros. À semelhança da freguesia, a estrutura hospitalar foi muito afetada pela crise de mortalidade de 1694, com situações de doença e morte que assumiram alguma visibilidade no rol desse ano.³⁷ Em 1702 havia 189 moradores em 50 fogos, expostos num rol mais arrumado, dividido por uma unidade principal no piso superior, com 33 fogos e 10 fogos nos pátios de Baixo, pertencendo o último aos homens do esquife, seguiam-se a casa dos Enjeitados, quatro fogos no Pátio das Merceeiras três nos Carreiros. Tomando como modelo o espaço físico do Hospital Real, decompondo os agregados, familiares ou habitacionais e a identificação dos habitantes, podemos entrar no campo das dinâmicas familiares, sociais e económicas criadas na proximidade afetiva e espacial. O cruzamento com outras fontes revela ligações e factos que de outro modo passariam despercebidos, detetados na constituição de famílias

propiciada pela proximidade ou no estabelecimento de interesses familiares, com colocação estratégica dos indivíduos. Mas mais que enveredar no domínio das relações pessoais, expressas nos relacionamentos, apreendemos estratégias de sustento e sobrevivência expressas no desempenho em áreas não consignadas à função, como a manutenção de negócios num meio inesperado. São exemplo disso as relações de vários membros de uma família, moradores em locais distintos do Hospital Real, desenhadas a partir do trajeto do seu trinchante, Manuel de Sousa (fogo 23). Estabeleceram com a sogra, Brígida Dinis e o segundo marido, Pedro de Araújo (fogo 17), em presença do cunhado e genro Pedro Falcão (fogo 32), o pagamento de uma dívida de 180 mil réis pela venda de fazenda de bufarinheiro que ficara do seu sogro, falecido em 1691.³⁸

Brígida Dinis que casou segunda vez em 1692, era viúva de Francisco Alberto, que fora o carreiro do hospital, tendo assumido a sua função, à qual juntou um negócio de carros de aluguer, que terá tentado agrupar em 1693 ao privilégio da função, que incluía o pagamento de 60 mil réis e um barco de palha anual, furtando-se ao pagamento da contribuição ao Senado exigido quando se tratasse de deslocações particulares, pretextando serem de serviço do hospital. No entanto, segundo o Senado, apenas necessitava de um carro, exceto no Verão para carregar água para os banhos dos doidos e mais enfermos a que se mandam dar.³⁹

Em 1702 o trinchante Manuel de Sousa já havia falecido e a esposa e dois filhos passaram a habitar o fogo nº 4 do pátio das merceiras. Pedro Falcão e a mulher Antónia Maria, viveram pelo menos até 1698 no Hospital Real, estando ausentes da freguesia em 1701. Brígida Dinis, sogra e mãe dos anteriores, surge no fogo nº 5 dos pátios de Baixo, onde o marido dirigia então uma taverna, a cujo serviço mantinham cinco criados. Mas outros foram os episódios de negócios e empréstimos envolvendo moradores e trabalhadores

do Hospital Real, através dos quais acrescentavam os seus rendimentos. O licenciado e cirurgião do hospital Luís Nunes (fogo 15 da rua da Bitesga) emprestou à colareja Mariana dos Santos (fogo 24 da Rua dos Carreiros) 50 mil réis "*para coisas precisas*";⁴⁰ ou o boticário Manuel da Cruz de Carvalho (fogo 2) que emprestou a um mercador de Coimbra, 1000 réis também "*para causas precisas*".⁴¹ O estudo comparativo das séries dos róis de confessados de 1693 e 1702, cruzados com outras fontes seriais e qualitativas coetâneas permitiram, como vimos, retratar um pouco do que terá sido a freguesia de Santa Justa, neste caso através da exploração da população moradora em edifícios simbólicos da freguesia, selecionados pelo seu efeito económico e social, urbanístico e mental nos espaços de implantação. A caracterização demográfica confirmou dados conjunturais como o impacto das crises de mortalidade no tecido social da freguesia, rapidamente repostos, tratando-se de uma população aberta a movimentos migratórios, concretizando-se numa população muito marcada pela heterogeneidade geográfica, profissional e social. A sustentabilidade da população foi garantida pela proliferação comercial, na área alimentar em tendas, venda ambulante, tavernas, hospedarias, estalagens, em locais como as portas de Santo Antão, Poço do Borratém, Betesga e Pátio das Comédias, e outros equipamentos e espaços de lazer como o teatro do pátio das Comédias, casas de tavolagem e alcoice, espalhadas pela freguesia, conjugando-se todos na animação quotidiana do quadro urbano. A par destas estruturas abundaram as produtivas definindo o perfil laboral, de um espaço, por excelência, de artesãos, mestres, oficiais, obreiros e aprendizes, na manufactura e venda de mobiliário, transportes, têxteis, bens utilitários e de luxo. Pessoal de ofícios e pessoal doméstico, criados e escravos, dominaram o cenário profissional, muitas vezes partilhando as residências dos seus patrões. Tratando-se de um espaço procurado por nobres de todos os estratos que ocuparam palácios e jardins, com uma mais complexa composição dos agregados e

grande número de domésticos ao seu serviço utilizámos o exemplo do palácio do duque de Cadaval na Rua de Mestre Gonçalo e o Hospital Real de Todos os Santos, distinto não só pela arquitetura monumental, mas sobretudo como polarizador de população no Rossio. Fica ainda, desde já, a possibilidade de outras incursões à freguesia de Santa Justa, com entrada privilegiada em locais como o palácio da Inquisição, ou um “passeio” pelos Arcos do Rossio, à igreja paroquial e casas circunvizinhas, mas também nas múltiplas oficinas da Praça da Palha e Rua das Arcas, nos interiores dos prédios de rendimento habitados por artesãos e mercadores de vários tratos, ou nos espaços mais recônditos da transgressão, no

Pátio das Comédias ou na Rua de S. Pedro Mártir.

NOTAS

- 1 Projeto PTDC/HIS-HIS/099228/2008 - “Espaços Urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)”.
- 2 Apoio do Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho, integrado no CITCEM da Universidade do Porto.
- 3 Cedidos por permuta entre a CML-GEO e o IAN/TT no proj. 280.10.07-DGP/05 - Digitalização de microfílm - Registos Paroquiais Lisboa.
- 4 Sínodo de 1536, pelo arcebispo de Lisboa, o cardeal Infante D. Afonso, filho de D. Manuel I.
- 5 Este mecanismo de controlo que desde o nascimento compilava os atos vitais individuais, permite identificar o indivíduo pelo nome, filiação, naturalidade, datas das ocorrências, alcunhas, por vezes profissão e condição social.
- 6 Como as taxas de fecundidade, os intervalos proto genésicos e inter genésicos, dados sobre a nupcialidade, mobilidade e tabelas de mortalidade.
- 7 Estas foram um meio de fiscalização direta da população católica para combater os desvios comportamentais e de doutrina. Era dirigida pelo Visitador que se deslocava anualmente às freguesias do bispado fazendo a Devassa onde constavam as denúncias sobre os moradores que cometiam pecados públicos, como alcovite e alcoice má prática por eclesiásticos, bigamia, amancebamento, adultério, feitiçaria, etc.
- 8 Sínodo diocesano do arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, em 1640, publicadas em 1656.
- 9 A sua obrigatoriedade estendia-se a outras ocasiões com provável perigo de morte: doença, batalha, navegação no mar, ou parto.
- 10 Concluído até 4ª feira de cinzas e podendo proceder-se ao seu cumprimento até ao domingo de Pascoela, seguindo-se em caso de incumprimento a excomunhão *ipso facto*.
- 11 Em 1551 Santa Justa tinha 1.994 fogos e 3.400 vizinhos recenseados Aumentou consideravelmente pouco antes do terramoto, com 1.940 fogos, e em 1833 tinha 1.240 fogos e 5.580 pessoas.
- 12 Segundo João Baptista de Castro em 1727, foi alargada e reformada c. 1509, que por ser muito estreita, foram-lhe arrancados os batentes.
- 13 Não existem para este período registos de batismo, impedindo a análise da natalidade.
- 14 Em 1692, 1694-95 e 1698-99 Cf. RODRIGUES, 1987:110.
- 15 1.101 mulheres, 953 homens, 1.129 solteiros de ambos os sexos.
- 16 1.654: 69 no cemitério da igreja, 77 nos carneiros dos Irmãos de Santa Catarina, de S. Gregório, de S. Marçal, de S. Valentim, dos Beneficiados e dos Irmãos do Senhor, 90 no Convento do Carmo, 60 no S. Francisco da Cidade e 37 no convento de S. Domingos e no convento de S. Roque, 14.
- 17 A relação de masculinidade é a proporção entre o número de indivíduos do sexo masculino e os do sexo feminino.
- 18 BARBOSA e outros, *al-madam*, p. 8. As escavações realizadas em 1996 revelaram que um dos acessos do edifício central aos andares superiores dispunha de um corredor com paredes revestidas a azulejo com motivos geométricos e vegetalista, com vários tipos de padrões em amarelo e azul correspondendo provavelmente ao edifício da 2ª metade do século XVIII. Outras infraestruturas dos níveis inferiores, com chão argamassado e paredes sem revestimento,

ou pavimentados com tijoleira e escadas em pedra lioz comprova a presença de acomodações utilitárias como a cozinha, despensas, aposentos dos criados.

19 OLIVAL, 2010:251.

20 IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms.404, fl. 86.

21 IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms.425, fl. 70 v. Com João Gomes de Ornellas. Situava-se por detrás do mosteiro no caminho que vai para a Fonte do Louro. Era constituída por casas, vinha e pomar, poço de água e dois olivais pela banda de fora, um à entrada da quinta e outro por cima e que era murada pela banda de estrada e pelos outros valada, pelo preço de 300 mil réis.

22 Carta régia de 28 de Junho de 1564, confirmada pelas de 16 de Janeiro de 1595 e de 14 de Agosto de 1665.

23 AHPL, *Visitação de 1606*, ms. 96. O padre capelão Nutel Pires, acusou-o de áspero e de falar alto e que lhe ouvira perguntar a um moço “se havia um destes santos deuses e se o dito daqui era igual ao da sua terra ou se era outro diferente e que isto fora na igreja junto à porta que vai para a Crasta e que era um moço bruto e lhe respondeu perturbado.”

24 Direito adquirido por alvará de Filipe II, de 20-08-1588. Era costume castelhano a aplicação aos estabelecimentos pios de parte do produto dos espetáculos públicos, ficando a cargo do provedor do hospital a determinação dos lugares para a representação das comédias para não serem prejudiciais aos bons costumes, no âmbito do qual foi contratada com Fernão Dias de La Torre em 1591, a construção de dois pátios, o das arcas e o das fangas da farinha. O proveito era em benefício dos doentes do hospital.

25 IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*, ms. 411; fl. 70v, de 22-02-1695.

26 OLIVEIRA, 1898, Tomo III:235. Carta régia de 16 de Julho de 1626.

27 IAN/TT, HSJ, livro 941.

28 AHPL, *Visitações do Arcebispado*, 1666, ms. 190, fl. 245. Tratava-se de Gregório Manuel, num relato de Domingas Ferreira, do Beco das Comédias.

29 COSTA, 1712: 397.

30 Incêndio de grandes dimensões a 27-10-1601 e outro a 01-08-1750, do qual pouco mais restou que as paredes, a fachada e escadas.

31 OLIVEIRA, Tomo VI: 238.

32 SEMEDO, 1695 tratado 1, capítulo único, parágrafo 139. O duque de Cadaval por exemplo transportava ao pescoço como meio profilático uma pedra nefrítica para proteção da gota coral e de dores de pedra.

33 OLIVEIRA, Tomo VI: 238. Estabelecido em 1498 por determinação de D. Manuel.

34 AHPL, *Visitação de 1683*, ms. 14. Esta prática muito comum era aplicada a patologias como convulsões, estupores, flatos e problemas circulatórios, técnica enaltecida no ensaio *Polyanthea medicinal: noticias galenicis e chymicas* do médico João Curvo Semedo, sobretudo “os suores de salsa, pão santo das Antilhas e raiz de parreira brava .

35 SEMEDO, 1695. Teria observado no fidalgo Pedro de Castilho, que não se curando de uma comichão leprosa com banhos de água do chafariz, tomou banho com água do Poço do Borratém e ficou com saúde.

36 VITERBO, 1895.

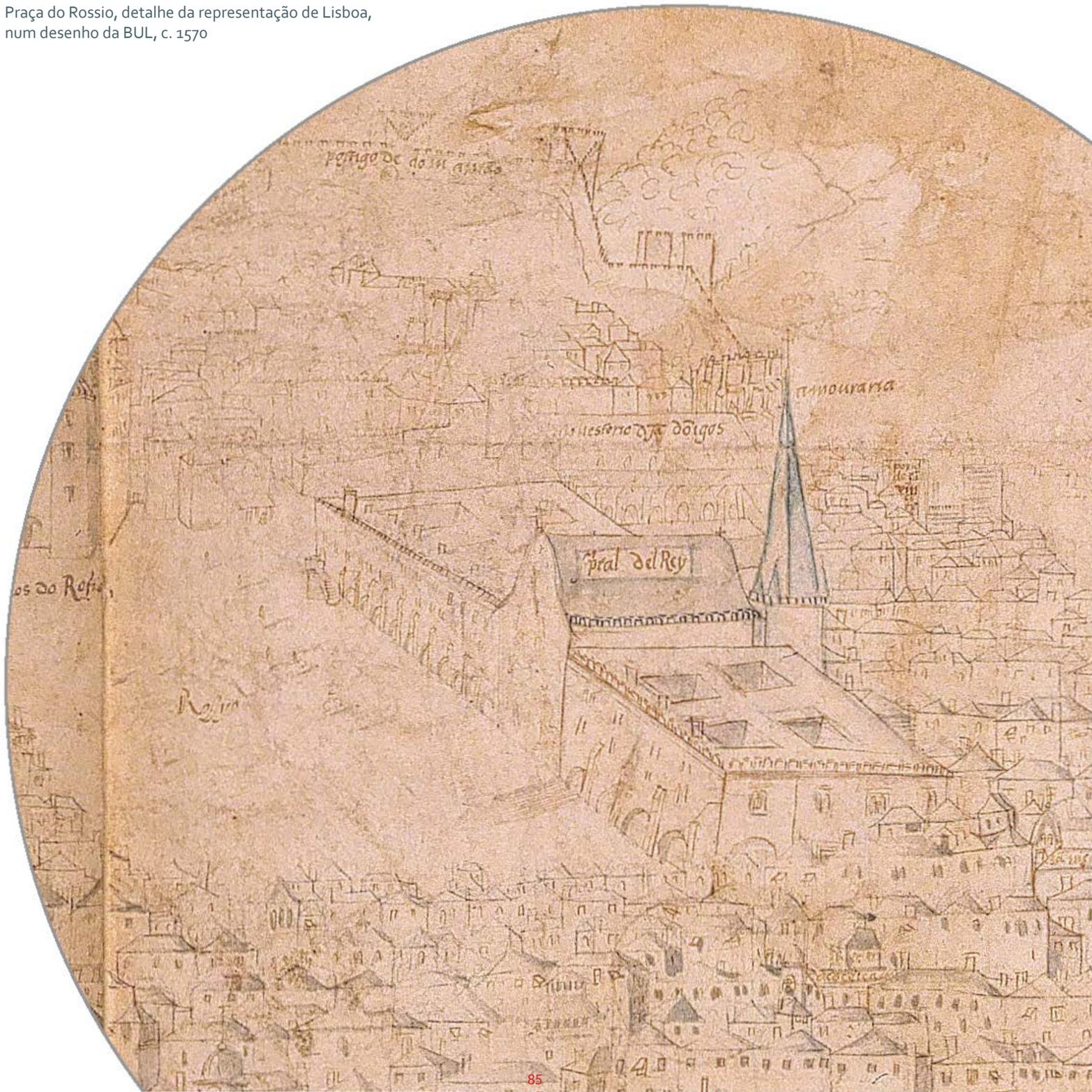
37 AHPL, *rol de confessados de Santa Justa*, 1694.

38 IAN/TT, *15º cartório notarial de Lisboa*. ms. 403, fl. 10 v; 14-01-1693. que a 14 de Janeiro de 1694, através de um instrumento de quitação e distrato.

39 OLIVEIRA, 1898, Tomo IX: 346. consulta da câmara a el-rei de 5 de Fevereiro de 1693.

40 IDEM, ibidem, ms. 412, fl. 94. a 27 de Maio de 1694, a 6¼% de juro por um ano.

Praça do Rossio, detalhe da representação de Lisboa,
num desenho da BUL, c. 1570









Palácio do Machadinho
(F. Eduardo Portugal)

OS ESTUQUES DO SALÃO NOBRE DO PALÁCIO DO MACHADINHO*

►► www Departamento de Património Cultural

Hélia Silva

*Artigo baseado em SILVA, Hélia – *Giovanni Grossi e a evolução dos estuques decorativos no Portugal setecentista*, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letra da Universidade de Lisboa, texto policopiado, Lisboa, 2005



A ESCOLA DE ESTUQUE DE LISBOA

Foi com a chegada de Giovanni Grossi¹ a Lisboa, em 1748, que se iniciou uma época extraordinária na utilização de estuques relevados na decoração de interiores de igrejas e palácios, que o terramoto de 1755 e a necessidade de rapidamente reerguer a cidade vieram reforçar.

A figura de Grossi aparece-nos habitualmente descontextualizada, sem qualquer referência ao ambiente artístico em que se formou.

É um milanês que vem para Lisboa fugido à justiça espanhola e que durante 32 anos concentra nele as maiores obras de estuque relevado realizadas na capital. As figuras que o rodeiam são muito esbatidas, os seus colaboradores são praticamente ignorados, o que fez dele uma personagem quase mítica, a quem são atribuídos, por defeito, todos os trabalhos em estuque efectuados na última metade do séc. XVIII na zona de Lisboa².

O estudo detalhado das obras atribuídas a Grossi ou a membros da sua oficina é essencial para a compreensão dos esquemas básicos utilizados nas decorações em estuque da segunda metade do sec. XVIII, quer sob o ponto de vista da organização da composição quer da sua gramática decorativa.

A adaptação que se fez dos esquemas ornamentais internacionais à realidade social e artística portuguesa deu uma especificidade muito própria à decoração em estuque deste período. Referimo-nos sobretudo à necessidade de adaptar os esquemas compositivos a uma espacialidade variada onde as pré-existências seiscentistas tinham uma enorme força, e à necessidade, absolutamente singular, de articular o estuque com a decoração azulejar.

Embora com as suas especificidades, a talha, o azulejo e o estuque são meios de alteração espacial que, pelas suas capacidades cénicas, permitem elaborados enquadramentos arquitectónicos e cenográficos inspirados num vasto número de estampas e gravuras provenientes da Europa e que eram interpretadas e adaptadas aos usos pretendidos.

Sendo morfologicamente mais semelhante à talha - são ambas artes decorativas de base escultórica - o estuque deste período em Lisboa tem na arquitectura civil uma extraordinária aproximação temática e ornamental ao azulejo.

Os programas decorativos apresentam fontes iconográficas semelhantes, sejam cenas galantes, de caça ou de base mitológica, com ornatos de inspiração naturalista - aves, grinaldas, concheados – que se adaptam aos usos mais intimistas ou de representação dos vários compartimentos.

Os trabalhos que são atribuídos a Grossi surgem-nos em espaços religiosos de grande dimensão como a igreja dos Paulistas, e em pequenas capelas quase privadas, como a capela de S. Roque, no antigo Arsenal da Marinha. Mas decoram também edifícios reais como a *Casa de Fresco* do palácio da Vila de Sintra, palácios como o do Correio-Mor, em Loures, ou o do Marquês de Pombal, em Oeiras, ou ainda residências de pequenos mercadores como as casas do Machadinho, na Madragoa.

Na segunda metade do séc. XVIII o estuque foi a arte ornamental mais utilizada em Lisboa na decoração das novas e velhas igrejas e em residências civis. Mas estes trabalhos não foram efectuados apenas por Giovanni Grossi. Com ele surgem figuras como os mestres italianos Plura, Francisco Gommassa, Pedro Chantoforo, Toscanelli ou Agostinho de Guardi, e mestres portugueses como José Francisco da Costa, Manuel Francisco, Manuel José de Oliveira e Paulo Botelho, sendo impossível, mesmo quando existem provas de pagamento, saber exactamente o que foi modelado e executado por Grossi ou o que apenas foi desenhado por ele.

Da análise das obras que lhe são atribuídas constata-se que, independentemente da autoria dos trabalhos, existem pontos comuns de composição, ornamentação e execução que nos permitem identificar uma “escola de estuques de Lisboa”, originária nos mestres e oficiais da *Aula do Estuque* que Giovanni Grossi dirigiu e nos ajudantes que formou ao longo dos 32 anos que trabalhou em Lisboa, e cuja influência se encontra um pouco por todo o país.

IMAGEM 1

Perspectiva geral do salão (José Vicente, 2012)



O PALÁCIO DO MACHADINHO

Nos limites do Bairro da Madragoa, na rua do Machadinho, surge-nos um dos raros exemplos de arquitectura civil de raiz seiscentista desta zona - o Palácio do Machadinho. A família Eça e Faria tinha na antiga rua do Acipreste do Mocambo umas casas com uma ermida dedicada a N. S. da Caridade mandada erigir por D. Duarte de Eça e Faria. Em meados do séc. XVIII estas casas foram à posse de José Pinto Machado, fidalgo da Casa Real, Coronel de Auxiliares e Administrador do Contrato Tabaco, conhecido pelo *Machadinho*, que efectua remodelações profundas nas antigas construções, criando um novo e luxuoso edifício adaptado à sua posição social. A sua morte em 22/04/1771 sem deixar herdeiros directos, levou a que o edifício passasse para a posse de seu irmão e nos anos seguintes fosse ocupado em regime de arrendamento. Sabe-se que em 1837 morava no palácio o embaixador de Espanha, e que em 1851 o poeta António Feliciano de Castilho e o seu filho, o olisipógrafo Júlio de Castilho, fundaram aí o Colégio do Pórtico. Em 1860 o palácio é adquirido por António Teófilo de Araújo, que o transforma radicalmente: “arrancou os azulejos que revestiam os salões, fez desaparecer o pátio e a capela, alterou divisões³”, de forma a poder albergar vários inquilinos. Em 1948 o edifício é comprado pela Câmara Municipal de Lisboa, sendo objecto de uma grande campanha de obras que se prolongou até 1954, e incluiu a colocação de silhares de azulejos de provenientes do palacete do Pátio do Saloio, na Mouraria e de um antigo convento em Carnide, no átrio, na escadaria principal e nas salas e corredores do andar nobre. O salão nobre tem ainda uma composição de estuque relevado *rocaille* com medalhões e figuras envolvidas por elementos vegetalistas (folhagem e festões), atribuída a João Grossi⁴.

IMAGEM 2

Perspectiva geral do salão (José Vicente, 2012)



OS ESTUQUES DO SALÃO NOBRE

Este salão apresenta um tecto em dois planos: o primeiro a nascer da sanca, inclinado, e o segundo ao centro, sobrelevado e em formato abobadado. A composição desenvolve-se ao longo de um friso largo que marca a mudança de plano do tecto e que é preenchido por cartelas assimétricas, grinaldas e elementos vegetalista [IMAGEM 1 E 2](#).

O eixo transversal da sala é marcado por um desnível na cimalha e por cartelas compostas por elementos assimétricos que têm no seu interior conjuntos de aves emplumadas. O remate superior da cartela é um elemento muito orgânico e com muito movimento, composto por concheados [IMAGEM 3 E 4](#).

[IMAGEM 3 E 4](#)

Cartelas, eixos transversais (José Vicente, 2012)



92

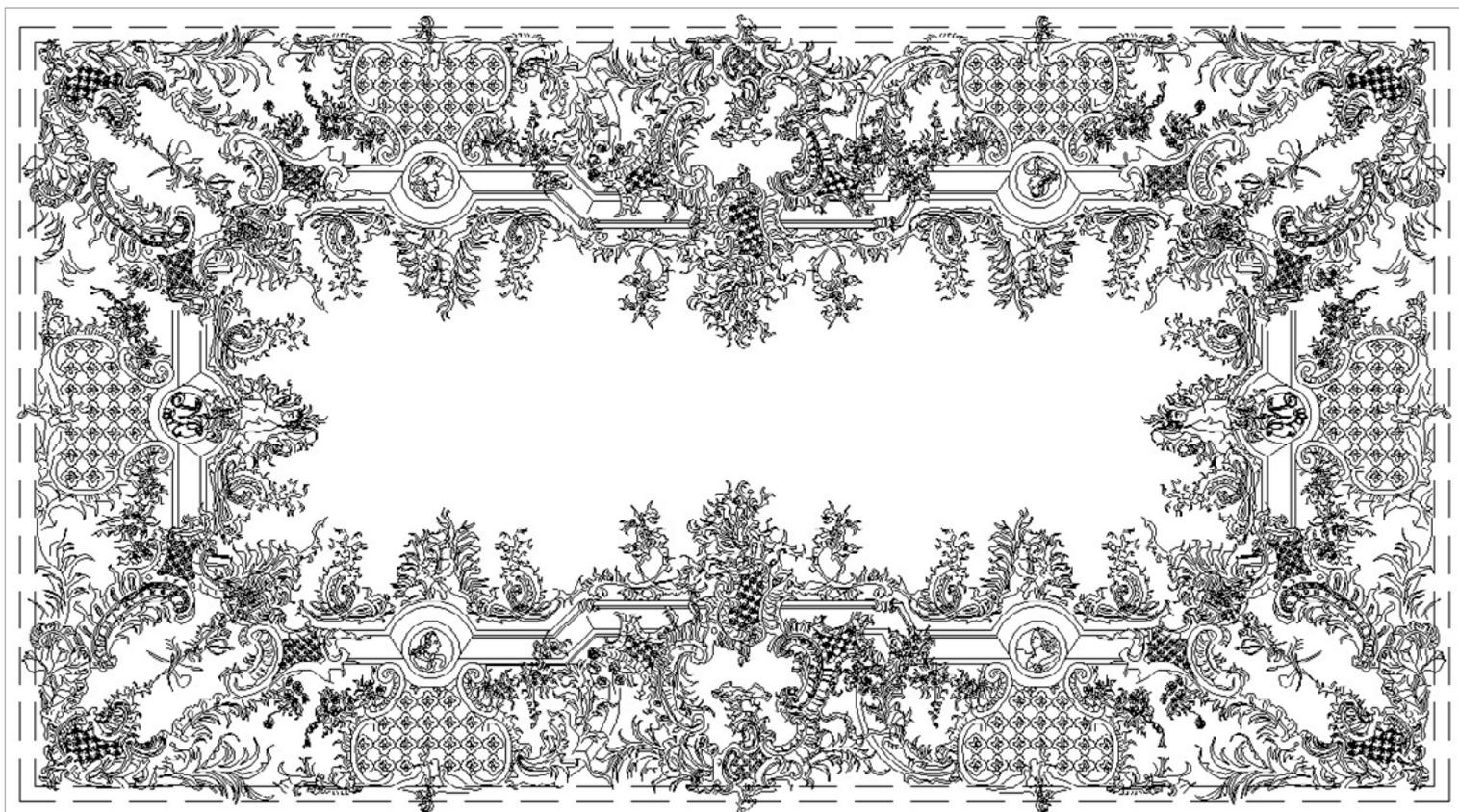
O eixo longitudinal é marcado por uma base constituída por elementos contra-curvados e preenchida por engradado que suporta visualmente um medalhão redondo (monograma de José Pinto Machado) sobrepujado por *puttis* brincado entre folhas [IMAGEM 5](#).

[IMAGEM 5](#)

Composição, eixo longitudinal (José Vicente, 2012)



IMAGEM 6
Esquema geral do tecto (Hugo Batista, 2005)



Nos eixos transversais, intermédios, é utilizado o mesmo esquema decorativo, com a diferença que o medalhão recebe um busto feminino ou masculino **IMAGEM 7**.

Os cantos do friso são preenchidos por cartelas assimétricas com engradados nos pontos de amarração e sobrepujadas por ornatos flamígeros **IMAGEM 8**.

Atente-se agora à forma como este tecto foi estruturado. Não só os ornatos, folhas e grinaldas revelam uma altíssima qualidade de desenho e de execução como a forma como é quebrada a geometria estrutural do tecto o que dá a toda a composição um enorme dinamismo.

IMAGEM 7

Composição, eixo transversal intermédio (José Vicente, 2012)



94

IMAGEM 9 Como já referimos, existe uma semelhança formal nos vários programas decorativos efectuados por Giovanni Grossi e os membros da sua oficina, analogia que permitiu confirmar algumas atribuições por afinidades estilísticas. Existe um fio condutor em todos estes espaços, quer ao nível da estrutura base da composição, quer dos ornatos utilizados, quer ainda ao nível da técnica de execução. Os ornatos apresentam um grande sentido decorativo, a sua execução é extremamente cuidadosa e é também visível um brilhante domínio da perspectiva.

IMAGEM 8

Composição, cantos (José Vicente, 2012)



IMAGEM 9
Pormenor (José Vicente, 2012)



A primeira obra em arquitetura civil atribuída a Giovanni Grossi em Portugal é a *Casa de Fresco* do Palácio da Vila, em Sintra. Conhecida como a *Gruta do Banho*, é composta por dois espaços interligados com frente para o Pátio Central, com um programa decorativo de gramática *rocaille* composto por painéis de azulejo, e estuque relevado no tecto. A forma como os azulejos revestem o espaço até à sanca, criando uma superfície brilhante que se abre em quadros perspectivados, e se interligam com o friso alto de estuque, dá uma espacialidade muito cenográfica a esta sala [IMAGEM 10](#). A execução destes estuques apresenta semelhanças formais com os estuques do palácio do Machadinho, nomeadamente no esquema decorativo - um friso alto que estrutura toda a composição, e na na distribuição e desenho dos elementos figurativos e ornatos. Veja-se, por exemplo, as cartelas com concheados que marcam

os cantos, sustentadas em três áreas de engradados, [IMAGEM 09 CFT. COM IMAGEM 06](#), as bases do eixo longitudinal do tecto onde uma composição central com plinto engradado suporta um medalhão redondo sobrepujado por dois *puttis*, [IMAGEM 10 CFT. COM IMAGEM 05](#), ou ainda o desenho da cimalha de demarcação de espaços e as grinaldas de *bouquets*, [IMAGEM 11 E 12 CFT. COM IMAGEM 07](#). O mais fascinante nestes trabalhos é ver-se como, utilizando os mesmos ornatos e o mesmo esquema base, a habilidade dos estucadores permitiu criar dois tectos com espacialidades muito diferentes, onde a diversidade é dada pelo volume dos ornatos face à altura dos compartimentos e à distância ao observador.

[IMAGEM 10](#)
Pormenor da cartela que marca os cantos da sala, Casa de Fresco, Palácio da Vila (Hélia Silva, 2005)



[IMAGEM 08](#)
Casa de Fresco, Palácio da Vila (Hélia Silva, 2005)



NOTAS

1 Giovanni Grossi nasce em Milão por volta de 1719. Segundo Cyrilo Volkmar Machado trabalhou depois em Espanha, tendo chegado a Lisboa em 1748, com 29 anos. Tem como primeiro trabalho a remodelação do tecto da Igreja dos Mártires, e é apresentado ao Marquês de Pombal que o toma como protegido. Em 1764 é aberta na Real Fábrica das Sedas a *Aula do Estuque*, que tem Giovanni Grossi como responsável. Em 1777 dá-se o encerramento da *Aula do Estuque*, e a redução na adjudicação de obras devido ao afastamento do seu protector, o Marquês de Pombal. Morre em Lisboa a 26 de Janeiro de 1780.

2 São atribuídas a Grossi as seguintes obras, por ordem cronológica de execução: tecto da Igreja dos Mártires (primitiva), Lisboa; tecto da Igreja do Convento de S. João Nepumoceno, Lisboa; Casa de Fresco do Palácio da Vila, Sintra; Salão do Palácio do Machadinho, Lisboa; Palácio do Provedor dos Armazéns, Lisboa; Palácio dos Carvalhos, Lisboa; Palácio Pombal, Lisboa; Capela da Ordem Terceira de S. Francisco-a-Jesus, Lisboa; Colégio dos Nobres, Lisboa; tecto da Igreja dos Paulistas, Lisboa; Palácio do Marquês de Pombal, Oeiras; Capela de S. Roque, no antigo Arsenal da Marinha, Lisboa; Casa da Audiência do Ouvidor da Alfandega, Lisboa; Igreja de Nossa Senhora da Conceição Velha, Lisboa; Igreja de St. Amaro, Oeiras; Igreja de S. Paulo, Lisboa; Casas de Fresco no Palácio de Belém, Lisboa; Sacristia da Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, Lisboa; Igreja de Nossa Senhora da Quietação, Lisboa; Palácio Cabral, Lisboa; Palácio Correio-Mor, Loures.

3 MIRANDA, António - "Machadinho (Palácio do), *Dicionário da História de Lisboa* (dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena), Carlos Quintas & Associados - Consultores, Lda., Lisboa, 1994, p.551/552.

4 MACHADO, Cyrilo Volkmar na sua obra *Collecção de Memórias Relativas as vidas de pintores, e escultores, e architetos, e gravadores Portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra 1922 (1ª edição 1823), na qual refere: (...) *Por 1755 estucou as casas do Machadinho* (...)



IMAGEM 10

Pormenor do elemento central da composição, Casa de Fresco, Palácio da Vila (Hélia Silva, 2005)



IMAGEM 11 E 12

Pormenores da composição, Casa de Fresco, Palácio da Vila (Hélia Silva, 2005)







IMAGEM 1

Cemitério do Alto de S. João, Jazigo de Miguel Bombarda e Almirante Reis.
(Foto de João Rodrigues, 2012).

ROMAGEM REPUBLICANA AO CEMITÉRIO DO ALTO DE SÃO JOÃO

**Anabela Valente e
Judite Reis**

Gabinete de Estudos Olisiponenses



A 4 de Outubro de 1925, a Vereação da Câmara Municipal de Lisboa, a chamada “Última Vereação Republicana”, inaugurou o Mausoléu de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, no Cemitério do Alto de S. João. A construção do Mausoléu tinha sido adjudicada à Cooperativa dos Canteiros na Sessão da Comissão Executiva de 25 de Março de 1925¹, por 13.350\$00. Alfredo Guisado, Vereador com o Pelouro dos Cemitérios, ficou como o concretizador duma intenção republicana que contava com quinze anos. Na data limite, pode-se hoje avaliar, já que a 28 de Maio de 1926 inicia-se a Ditadura Nacional, que antecede o Estado Novo, implicando a demissão do Executivo Municipal, implicando também uma nova disposição, para a qual as cerimónias comemorativas da República deviam ser toleradas, mas não segundo o espírito da Primeira República, muito menos com o espírito que animou as intenções de construir o Monumento, nem com os princípios que levaram Alfredo Guisado a finalmente tomar as medidas necessárias cumprir esse compromisso. Miguel Bombarda e Cândido dos Reis tinham morrido antes da Implantação da República, ambos de morte violenta. Miguel Bombarda, médico psiquiatra, fora assassinado por um doente, a 3 de Outubro, e o Almirante Reis suicidou-se a 4 de Outubro, quando julgou a Revolução perdida. Nenhum deles foi um mártir da República, no sentido em que nenhum morreu a defendê-la ou aos seus ideais. Mas o novo regime necessitou de um primeiro momento congregador do povo em seu redor, um primeiro acontecimento que marcasse a ordem que ali nascia, e a importância destes dois republicanos legitimou as manifestações que se seguiram. Os funerais realizaram-se em 16 de Outubro de 1910², e representaram plenamente o momento de consagração da República, uma cerimónia apoteótica, que legitimou o novo regime e consagrou os novos heróis. Recuperou-se nesta cerimónia o já experimentado conceito positivista do culto dos Grandes Homens, dentro da tendência laicizante da sociedade portuguesa, que tinha tido o seu primeiro momento nas comemorações camonianas de 1880. Crenças que os seres humanos necessitem de referenciais espirituais,

IMAGEM 2

Paços do Concelho, Velório de Miguel Bombarda e Almirante Reis. (Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/FAN/003632).



os positivistas acreditavam que poderiam substituir o culto de Deus e dos santos pelo culto aos homens que se haviam distinguido na sociedade, os Grandes Homens. A esse culto não faltariam as procissões, ensaiadas primeiro no cortejo cívico do Tricentenário de Camões, e as romagens, bem como os demais instrumentos de rememoração dos heróis, em tudo semelhantes às diversas manifestações do culto católico. As “exéquias solenes” foram consideradas funerais nacionais, com programa publicado por Decreto, datado de 13 de Outubro de 1910. Estipulava o Decreto que as urnas saíam dos Paços do Concelho, para onde tinham sido levadas, num evidente gesto de leitura simbólica, que reforçava aquele espaço como centro difusor da República. Inauguraram novas precedências, e um roteiro dos novos locais. O cortejo iniciou-se na Praça do Comércio, parando pela primeira vez no Largo Camões, para parar pela segunda vez na Rotunda, onde são proferidos os discursos do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Anselmo Braamcamp Freire, e do Ministro do Interior, António José de Almeida. Terminada esta parte do programa, segue para a Morais Soares, onde são feitas as saudações fúnebres pelo Governo provisório, para terminar no Cemitério do Alto de S. João, sendo o final da cerimónia marcado pelo disparo de uma salva de 15 tiros. Aliás o jornal *O Mundo*, de 17 de Outubro de 1910, permite-nos quase reviver esse momento imponente: [...] Nunca se viu manifestação tão imponente e cremos que em parte alguma do mundo não houve semelhante ou que pudesse comparar-se-lhe. [...] Não foram menos de quinhentas mil pessoas aquelas que, de Lisboa e de fora, se incorporaram no imponentíssimo cortejo de hontem á tarde. Mas pode dizer-se, sem erro, que outras tantas assistiram á passagem do indescrivível préstito, dos telhados, das janellas de todos os prédios, dos logares altos de onde podia assistir-se á apothose que passava. A escolha do Cemitério do Alto de S. João como destino do sepultamento dos “heróis” republicanos acaba por se impor naturalmente. Desde a criação dos cemitérios públicos em 1835, com a legislação de Rodrigo da Fonseca Magalhães,



IMAGEM 3

Romagem aos Republicanos em 1912.

(Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/JBN/001712).

IMAGEM 4

Romagem promovida pela Associação do Registo Civil.

(Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/ACU/000935).



que os cemitérios foram palco de tomadas de posição política. Desde logo, a questão da obrigatoriedade do sepultamento exclusivamente nestes espaços civis, quebrando o costume do sepultamento nos espaços religiosos, igrejas, capelas e conventos, retirando à autoridade eclesiástica o domínio simbólico dos mortos, quer o sepultamento, quer o seu registo oficial. Em Portugal, e como bem o atestou Fernando Catroga (1988)³, a questão dos cemitérios foi principalmente um primeiro e decisivo passo no processo de laicização da sociedade portuguesa, e como tal foi percebido por todos os sectores da sociedade. Rapidamente, os cemitérios tornaram-se palcos de legitimação social e política, desde a construção de monumentos por subscrição pública a figuras como Henriques Nogueira, cujo túmulo foi o primeiro a ser erguido, custeado por subscrição entre amigos, até às romagens, como a que foi efectuada no 1º de Maio de 1893⁴ ao túmulo de José Fontana, que reuniu milhares de manifestantes no Cemitério dos Prazeres. É neste Cemitério que, durante o Liberalismo, surgem as grandes manifestações necrolátricas. Cemitério aristocrático da Cidade, por servir a população do lado ocidental da cidade, onde residiam as principais famílias, é aqui, naturalmente, que se sepultam os notáveis, e é aqui que decorrem as homenagens às figuras do Regime. Conotado com o Regime Monárquico, percebe-se, então, que os republicanos venham a preferir o Alto de S. João, o grande cemitério popular de Lisboa, para palco das suas manifestações. Esta imagem do dia dos finados, que o jornal *O Mundo* - de 02 de Novembro fornece, no mês seguinte à Implantação da República permite-nos intuir o papel icónico que este cemitério assumiu para a própria República: “[...] chegados a Lisboa, os excursionistas provincianos tiveram a formosa ideia de ir antes que tudo, ao cemitério do Alto de S. João [...]”. O aproveitamento das grandes concentrações de população nos funerais, bem como as romagens aos túmulos, vão constituir momentos frequentes na propaganda republicana, com



IMAGEM 5

Romagem aos Republicanos em 1941.

(Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/052933).

IMAGEM 6

Romagem promovida pela Associação do Registo Civil.

(Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/ACU/000934).



os oradores a falar às populações, utilizando o exemplo do Grande Homem para, de forma paradigmática, legitimar com o passado as convicções do presentes e os desejos de futuro. A escolha do local de sepultamento, no eixo da rua a tardo da capela cemiterial, já tinha sido utilizada para o sepultamento de outro grande republicano, Elias Garcia, que foi vereador na Câmara Municipal de Lisboa, bem como Grão Mestre do *Grande Oriente Lusitano*, condição bem patente pelas simbologias presentes na sepultura onde estão os seus restos mortais. O Jazigo dos Republicanos é mais discreto na simbologia que utiliza, provavelmente porque o momento da sua construção se prolongou demasiado no tempo para os responsáveis o terem utilizado simbolicamente. A fechar esta rua, localiza-se o Mausoléu de Machado Santos, este sim explicitando as circunstâncias trágicas da morte do fundador da República. A romagem aos republicanos no Alto de S. João manteve-se até aos nossos dias. Inicialmente, decorria a 4 de Outubro, abrindo as comemorações, que se prolongavam até ao dia 5. O ano de 1911, conforme facilmente se depreende, foi fecundo na comemoração da República, e de 3 a 7 de Outubro *O Século* dedicou-lhe a primeira página. Inclusive a dia 3 anunciou as directrizes de como a festejar: “[...] a todos os habitantes de Lisboa que adornem e illuminem as suas janellas, ainda que não seja senão com uma bandeira e dois balões, para que todos, pobres e ricos, collaborem no regosijo nacional pela comemoração da data da implantação da Republica [...]” Sabemos também que no primeiro aniversário da Revolução formaram-se dois cortejos, o primeiro organizado pela Associação dos Socorros Mútuos Fraternidade Naval, que saiu do Arsenal da Marinha às 10h do dia 4 de Outubro, homenageando Cândido dos Reis. A romagem à sepultura de Miguel Bombarda saiu do Centro Republicano com o seu nome, situado na Rua de S. Bento, às três da tarde. Ambas as homenagens tiveram discursos junto aos túmulos, discursando o Ministro da Marinha na primeira, e na segunda o Presidente do Centro Republicano Miguel Bombarda, Marinha de Campos e o Visconde da



IMAGEM 8

Cemitério do Alto de S. João, Jazigo de Machado Santos. (Foto de João Rodrigues, 2012).

IMAGEM 7

Cemitério do Alto de S. João, Jazigo de Machado Santos. (Foto de João Rodrigues, 2012).



IMAGEM 9

Cemitério do Alto de S. João, Jazigo de Machado Santos.
(Foto de João Rodrigues, 2012).



Ribeira Brava, conforme *O Século* de 03 de Outubro de 1911.

No ano seguinte, a romagem realizou-se em conjunto, no dia 4 de Outubro de 1912, e os oradores do Cemitério do Alto de S. João foram o Ministro da Marinha, Teófilo Braga e Afonso Costa, segundo indicação de *O Século*. Este último proferiu um discurso, reproduzido nesse jornal, em que explicita o propósito exemplar da homenagem: “Não há mortos ilustres que com estes se possam comparar em grandeza e amor ao seu país, nem vivos a quem o seu exemplo não faça bons cidadãos.” No jornal *O Mundo*, aparece reproduzido outro trecho do discurso de Afonso Costa, em que este diz, falando de Cândido dos Reis: “Façamos uma República como ele a pensou e queria – absolutamente laica”. Esta afirmação, utilizando a figura de Cândido dos Reis para legitimar a acção política do próprio Afonso Costa, numa altura em que o famoso decreto, com força de Lei, impunha a separação do Estado e da Igreja, provocando, assim, grandes contestações - nacionais e internacionais. As palavras de Afonso Costa deram forma ao carácter que a primeira fase da romagem aos Republicanos no Alto de S. João adoptou. Esta tinha como fim invocar exemplarmente Cândido dos Reis e Miguel Bombarda, mitificando as suas vidas, e procurando reforçar a legitimação das acções políticas através das suas supostas convicções ideológicas. A partir de 1913 deixa de se realizar o cortejo que atravessava a cidade, não obstante o jornal *O Mundo* atestar que “é rara a freguesia de Lisboa onde a data de 5 de Outubro não se comemora com actos de solidariedade e filantropia [...]”. Isto testemunha também que os republicanos são, acima de tudo, homens de sentimento.” No entanto, mantém-se o costume da romagem às sepulturas com discursos e a presença de muitas personalidades republicanas, entre as quais se contavam Afonso Costa, Sousa Júnior, então Ministro da Instrução Pública, o Ministro da Marinha e França Borges. Em 1914, com os confrontos bélicos da Primeira Guerra Mundial a grassar vidas, a comemoração do 5 de Outubro não perdeu fulgor. *O Século* a 04 de Outubro (p.2) noticia o início das comemorações com “a salva de 21 tiros dada

IMAGEM 9

Romagem aos Republicanos.

(in *Ilustração Portuguesa*, PT/AMLSB/ACU/000934).

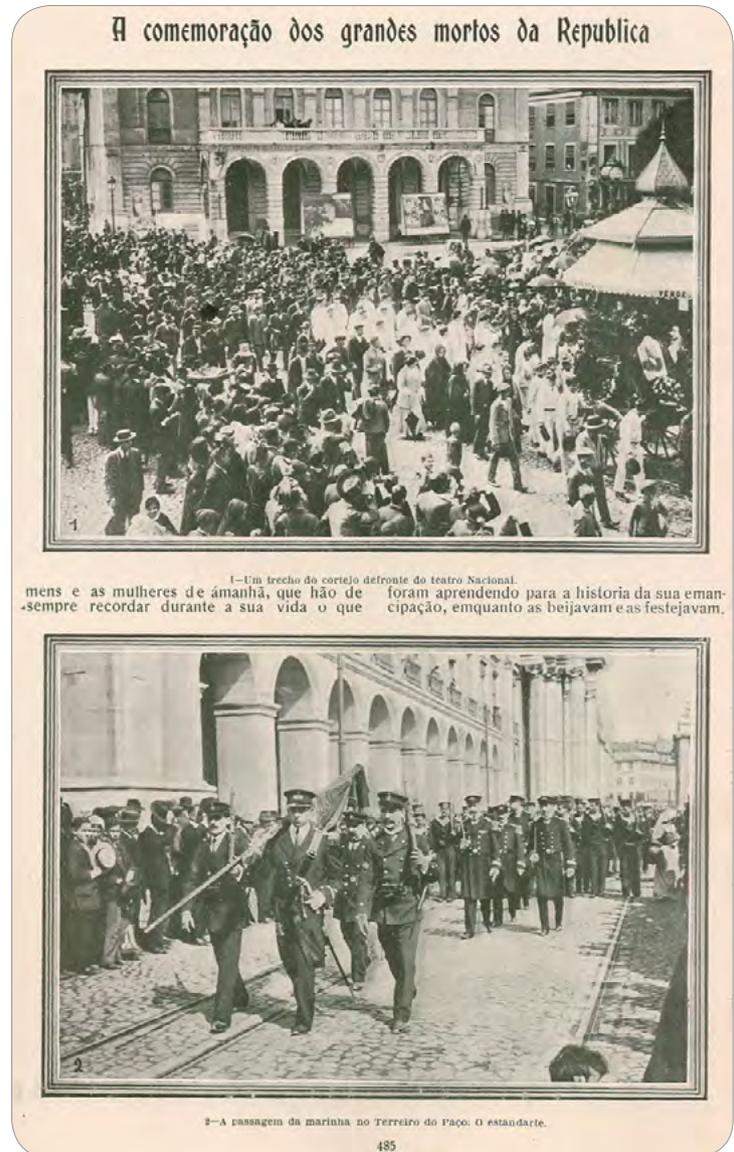


por alguns dos navios de guerra ancorados no Tejo. [...] De muitos pontos da cidade subiram ao ar girandolas de foguetes, manifestando-se o entusiasmo da multidão por calorosos vivas á Pátria, á República [...]”. Simultaneamente, publicou a agenda para o dia 5, compreendendo desde “a grande parada militar”; o “cortejo ao cemitério do Alto de S. João” - promovido pelo Centro Republicano Dr. Miguel Bombarda - à “tourada nocturna no Campo Pequeno”. Destaque ainda para os locais da cidade onde a distribuição de bodos e esmolos teve lugar. Quanto aos beneméritos são desde os próprios centros republicanos, aos particulares, percebe-se igualmente que as agremiações e a Câmara Municipal de Lisboa tiveram um papel importante. Nos anos seguintes, a organização da romagem vai variando. Em 1919, é a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa quem a organiza, em 1923 é o Centro Escolar Republicano Almirante Reis que o faz, em 1924 o Partido Republicano Radical, e nesse ano, *O Século* do dia 5 de Outubro, noticia que visitam também o Jazigo de Machado Santos. Em 1928, noticia-se a romagem, mas não se identificam nomes, quer de pessoas ou instituições, o jornal a dia 5 de Outubro escreve apenas que é promovida por um grupo de republicanos residentes nas Mercês. Este mesmo jornal, a dia 7, dá conta que o cortejo nesse ano partiu do “Rocio” e arrolou, mais uma vez, o Exército e a Marinha; paralelamente fez saber que o 14º aniversário decorreu “em todo o paiz, não só com o mais vibrante entusiasmo, como com a maior serenidade. [...] De norte a sul do paiz, desde Lisboa ás mais recônditas aldeias a República foi aclamada com delírio pela bocas dos velhos, das mulheres e das crianças [...]”. Já no ano seguinte o jornal *O Mundo* refere assim o 15º aniversário: O Povo tem ocorrido a todos os locais onde se festeja a data redentora, e nas juntas de freguesia e outras colectividades republicanas continuam hoje as distribuições de bodos, «lanchs» ás creanças e sessões solenizando a data que se comemora. Registando-se o entusiasmo do Povo [...]. A romagem ao Alto de S. João foi uma prova de enternecida

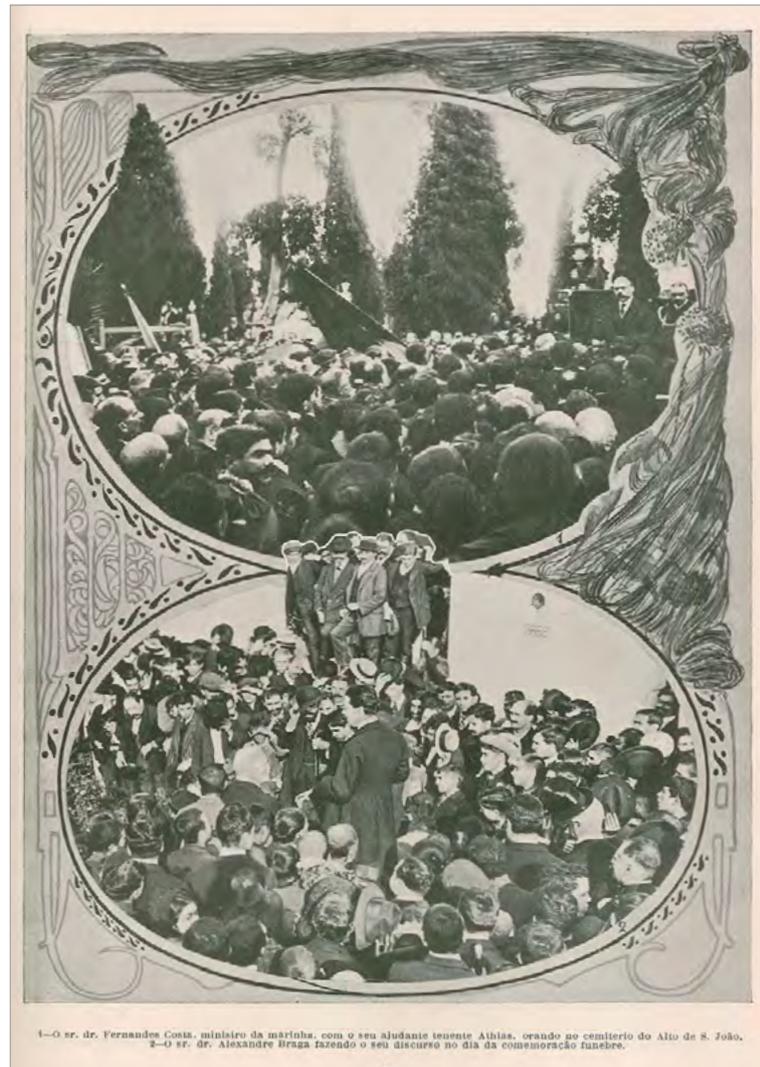
IMAGEM 10 E 11 (PÁGINA SEGUINTE)

Exéquias Solenes

(in *Ilustração Portuguesa*, PT/AMLSB/ACU/000934).



evocação [...] algumas centenas de pessoas se juntaram e foram até ao Alto de S. João depor as suas flores, recordar o passado e fortificar o espírito para novas lutas [...]. Chegados ao cemitério, o cortejo dirigiu-se até junto dos túmulos de Cândido dos Reis e Miguel Bombarda. As antigas e vergonhosas campas razas onde jaziam os corpos dos dois mártires, estão substituídas por um mausoléu que, embora não isentos de defeitos artísticos, representa um louvável esforço por parte da Câmara de Lisboa [...]. As notícias e referências à existência da romagem começam a desaparecer dos jornais, muito embora nunca se tenha interrompido a tradição. Nesta fase, já não para legitimação política, mas mais como acção de protesto contra o Estado Novo, entendida como tal, quer pelos republicanos que iam ao Cemitério, quer pelo regime, que enviava a Polícia Política para vigiar a romagem. Há relatos orais de identificações, perseguições e mesmo prisões dentro do Cemitério, acusando a Polícia os republicanos de provocações e de gritarem palavras de ordem contra o Estado Novo. Mais recente, o arquivo da PIDE/DGS dá, em traços gerais, conta da conjuntura que Portugal atravessou em 1972. É certo que de olhos postos no fenómeno em análise estamos ao nível micro, mas cientes de que a escala ganha contornos de grande amplitude, permitindo-nos, assim, traçar, o perfil de um País que se abeirava da Revolução de Abril de 74. Neste sentido o serviço de escuta da Emissão, das 8h às 8h30m., da *Rádio Portugal Livre* (RPL) do dia 1 de Novembro de 1972 dá conta, precisamente, desse eco nacional "A diversidade geográfica das comemorações são um óptimo indício de que o movimento que o Governo lhe impõe, se mantém viva e actuando na maioria dos Distritos, e, em particular, nos mais importantes. [...] Em romagens e sessões públicas, as comemorações ultrapassaram o quadro estreito a que o Regime as queria confinar, e transformaram-se em importantes acções políticas voltadas para os problemas actuais"⁵. Mais adiante temos conhecimento dos locais onde as romagens



1—O sr. dr. Fernandes Costa, ministro da instrução, com o seu ajudante tenente Athias, orando no cemitério do Alto de S. João.
2—O sr. dr. Alexandre Bensa fazendo o seu discurso no dia da comemoração funebre.

assumiram um cunho mais vincado. Ou seja, para além de Lisboa foi o Porto e Évora que assumiram contornos de maior relevo. As páginas d' *O Século* de 07 de Outubro de 1973 dão a conhecer a realização, no cemitério do Alto de São João, da “[...] costumada romagem, [que decorreu] sem qualquer incidente [...]” Adiantando também que “[...] os romeiros, pouco mais de quinhentos, eram constituídos, essencialmente, por veteranos da República e jovens [...], estes em maior número.⁶” (**Audio 1**)

Mas se dúvidas houvesse da repressão que se fazia sentir, estas ficariam dissipadas ao ouvir as escutas da RPL quando “em Lisboa, o cemitério do Alto de São João, à hora da romagem democrática estava cercado pela polícia de choque⁷ [...]” Quase 62 anos volvidos (24/09/1972) sobre a Implantação da República, pode ler-se no ponto 1. de um comunicado preparativo o “esforço decidido” que se deve fazer para comemorar, em todos os distritos, a efeméride. E ler o ponto 3. permite compreender o significado que estas iniciativas, que podem assumir a forma de “sessão, jantar, romagem, etc.”, visam alcançar. Isto porque intentam “ultrapassar a forma passiva e meramente comemorativa, transformando-se em acção política viva, reivindicativa⁸ [...]” Na emissão homóloga da *Rádio Voz da Liberdade*, do dia 26 de Setembro, isso é reiterado, ao mesmo tempo que se apontam as romagens como a forma “mais tradicional e combativa⁹”, pelo que se torna evidente o seu lugar cimeiro no seio das celebrações republicanas. Simultaneamente fica-se a saber que as comemorações de 1972 contaram com a presença de 300 pessoas, embora num tom irónico se acrescente que “200 eram polícias”¹⁰. Um ano depois, o jornal *A República*, de 06 de Outubro, noticia que o cemitério do Alto de São João reuniu “cerca de mil pessoas”, acrescentando que nesse ano “foi muito superior ao que é habitual”¹¹, certamente a traduzir um sentimento de cansaço pelo regime vigente. Ao nível simbólico outro dado se impõe, a comemoração de 1973 usa “o mesmo



(**Audio 1**)

Joaquim António, Encarregado de Cemitérios aposentado, fala sobre as romagens antes do 25 de Abril.

panejamento de veludo de seda vermelho, agalanado a ouro, que serviu no dia 5 de Outubro de 1910, no acto da proclamação da República Portuguesa, da varanda dos Paços do Concelho e já não era utilizada há mais de 20 anos¹² [...]”

Interessa acrescentar que a organização destas romagens esteve a cargo dos centros republicanos e da maçonaria na clandestinidade, uma vez que estavam impossibilitadas de existir oficialmente desde a publicação da Lei n.º 1901, de 21 de Maio de 1935. Este costume, que durante o Estado Novo teve de enfrentar uma grande opressão, conseguiu vingar até os dias de hoje; continuando a organização da cerimónia a cargo da Comissão Permanente dos Centros Escolares Republicanos (**Audio 2**), à qual se associa o Grande Oriente Lusitano e, mais recentemente, a Grande Loja Feminina de Portugal. Para ultimar, e a propósito do “dever de não esquecer”, elegeu-se as palavras de Guilherme d’Oliveira Martins, onde este aponta a necessidade de se preservar a memória que nos antecedeu, pois “o valor do Património cultural, material e imaterial, exige a aceitação da verdade dos acontecimentos, positivos e negativos, para que possamos ganhar experiência pelo «trabalho da memória»¹³”.

NOTAS

- 1 Actas das Sessões da Comissão Executiva, CML, 1925.
- 2 Disponível em: w [consultado em 17.05.2012].
- 3 Fernando Catroga, *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal: 1865-1911*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dissertação de Doutoramento (2 vols.), 1988.
- 4 Disponível em: http://fiequimetal.pt/fstiep/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=244 [consultado em 18.05.2012].
- 5 ANTT, PIDE/DGS, 1773/49-SR (Pasta 3), p. 123.
- 6 ANTT, PIDE/DGS, Del. Coimbra PR 10414, p. 12-3.
- 7 ANTT, PIDE/DGS, 1773/49-SR (Pasta 3), p. 135.
- 8 *Ibidem*, p. 162.
- 9 *Ibidem*, p. 223.
- 10 *Ibidem*, p. 78.
- 11 PIDE/DGS, Del. Coimbra PR 10414, p. 23.
- 12 *Ibidem*, p. 27.
- 13 Guilherme d’Oliveira Martins, *Património, Herança e Memória - a cultura como criação*, Lisboa, Gradiva, 2011, p. 32.

Pesquisa e entrevistas

Constança de Castro
Jorge Luís



(Audio 2)

Helena Corrêa, Presidente do Centro Escolar Republicano
Almirante Reis, fala sobre a organização da romagem.









IMAGEM 1
Edifício actual, com imagem virtual dos arranjos exteriores
(Arquitraço, 2012).

CONSTRUIR PATRIMÓNIO HOJE

HABITAÇÃO UNIFAMILIAR NA TRAVESSA DO PATROCÍNIO

Rita Megre e Hélia Silva

Departamento de Património Cultural



As intervenções no tecido urbano consolidado, mesmo no casco histórico mais antigo, abrangem uma panóplia de opções que vão desde as meramente cirúrgicas como a conservação e o restauro à obra nova. Todas elas eram enquadráveis no Regulamento do Plano Director Municipal (PDM) de 1994, desde que salvaguardas as questões de natureza patrimonial e de integração urbana.

Não sendo à partida a opção mais aceitável e desejável, o presente caso é um exemplo de como uma obra de raiz, com uma imagem assumidamente contemporânea mas que respeita as características morfológicas do sítio, pode contribuir para valorizar o ambiente urbano de uma zona antiga da cidade como é o Bairro da Lata.

ENQUADRAMENTO

O lote em causa encontrava-se ocupado por um conjunto de 3 construções de implantação e configuração irregulares, morfológicamente desenquadradas entre si e da envolvente urbana, que delimitavam o pequeno largo que remata a sul/nascente a Travessa do Patrocínio. [IMAGEM 1](#)

Sem características arquitectónicas relevantes, o conjunto era composto por um edifício de dois pisos e sótão, com 5 fogos e uma área de implantação de cerca de 60m², ladeado a poente por um edifício de habitação de 1 piso, e a nascente por uma construção térrea onde tinha funcionado uma carpintaria. Todos os espaços apresentavam dimensões exíguas, um pé-direito reduzido e encontravam-se em avançado estado de degradação. [IMAGEM 2](#)



IMAGEM 2

Vista geral dos antigos edifícios (Hélia Silva, 2007)

IMAGEM 3

Enquadramento urbano – Travessa do Patrocínio (Hélia Silva, 2007)



O PROJECTO

No projecto apresentado aos serviços – processo 601/EDI/2009 – propunha-se a construção de um novo edifício de habitação unifamiliar, com 3 pisos e implantação regular. A nova construção tinha uma área de implantação menor, o que iria permitir a ampliação do espaço público fronteiro e um melhor enquadramento do pequeno fontanário aí existente. Conforme é referido na memória descritiva, na elaboração do projecto deu-se particular atenção às relações que o novo edifício iria estabelecer com os edifícios contíguos e com a própria rua, quer a nível volumétrico e de tratamento de fachadas quer a nível de implantação. **IMAGEM 3 E 4**

Em relação ao revestimento das fachadas, propunha-se um tratamento inovador para os dois pisos superiores da construção, cujas fachadas norte e nascente seriam envolvidas com uma casca verde constituída por plantas naturais através de uma tecnologia de construção de “jardins verticais”. Estes jardins verticais eram constituídos por painéis “Fytowall” integrados numa moldura de suporte e fixados ao paramento exterior com uma estrutura metálica que lhes dá forma. Estes painéis de espuma de resina de aminoplástico, através dos quais é feito o sistema de rega, permitem um meio de cultura com um PH neutro, muito estável, que não só favorece a plantação de uma vasta gama de plantas como tem um baixo consumo de água. **IMAGEM 5, 6 E 7**

Em complemento a esta solução e com o intuito de criar uma arquitectura contemporânea mas não dissonante da envolvente, os restantes paramentos seriam revestidos por betão, ferro, madeira e vidro. O elemento de vidro que encosta ao prédio contíguo, permitiria “soltar” esta empena e trazer mais luz para o interior da habitação. Interiormente, a casa tinha como elemento estruturante uma escada de tiro que se desenvolve ao longo da empena poente e sem qualquer desvio desde do piso 0 até à cobertura em terraço. **IMAGEM 8**

Todo o projecto foi pensado na óptica da sustentabilidade, de modo a criar um edifício que respondesse eficazmente em termos de prestação energética.

IMAGEM 4

Projecto – alçado principal (Arquitraço, 2009).

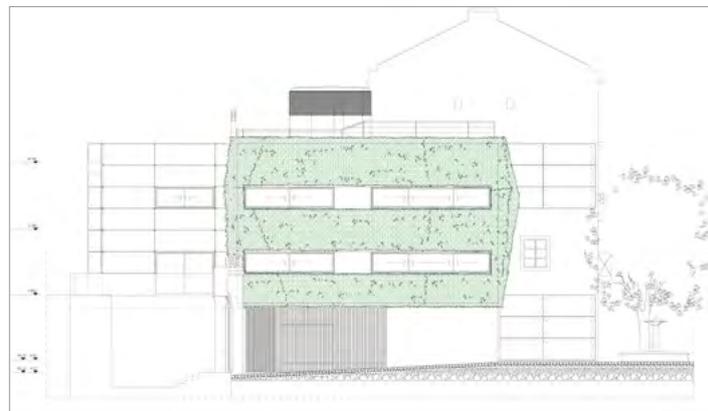
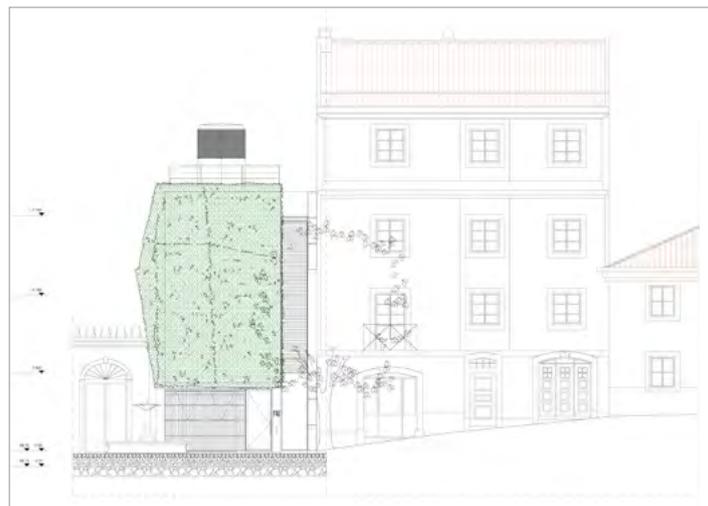
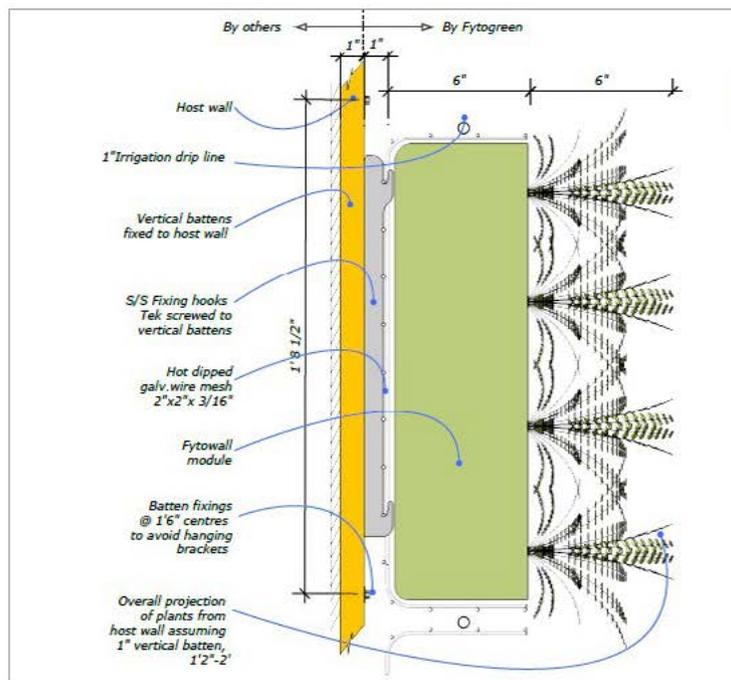
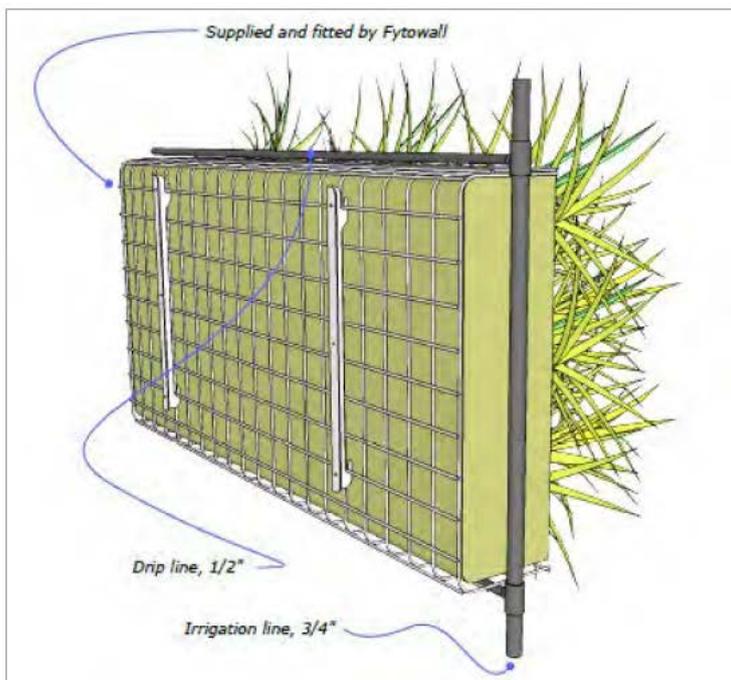


IMAGEM 5

Projecto – alçado lateral (Arquitraço, 2009).





Para valorizar o enquadramento ambiental da habitação e criar um espaço urbano de maior interesse, propôs-se dar um tratamento de largo para usufruto da população ao troço que fica entre o limite norte da Trav. do Patrocínio e a fonte existente. Assim, toda esta zona seria pavimentada em calçada de vidro, com diferenciação do percurso de acesso à garagem em calçada grossa, com introdução de três cerejeiras do Japão alinhadas com as existentes e a colocação de dois bancos de jardim em pedra. Para impedir o estacionamento automóvel indevido, o percurso de acesso à garagem seria ladeado por pinázios metálicos idênticos aos existentes na Trav. do Patrocínio.

IMAGEM 9

Projecto – planta do 3º piso (Arquitraço, 2009)

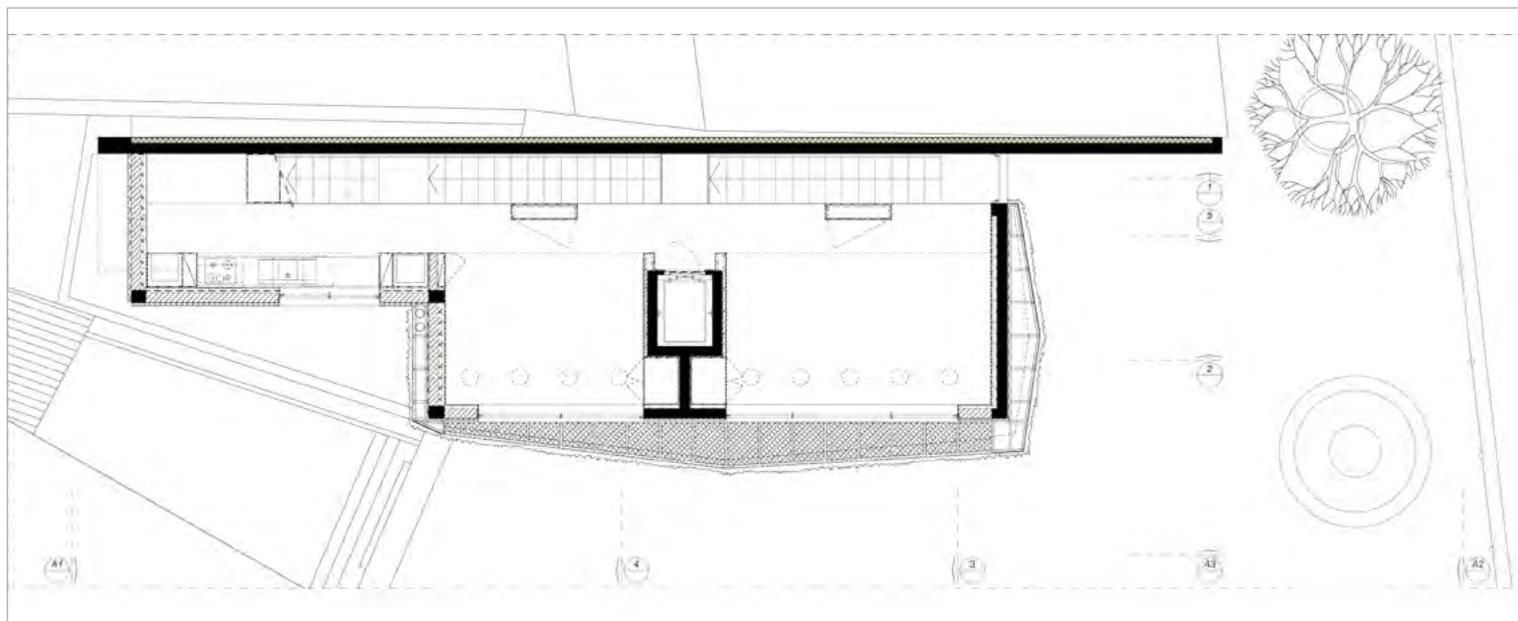
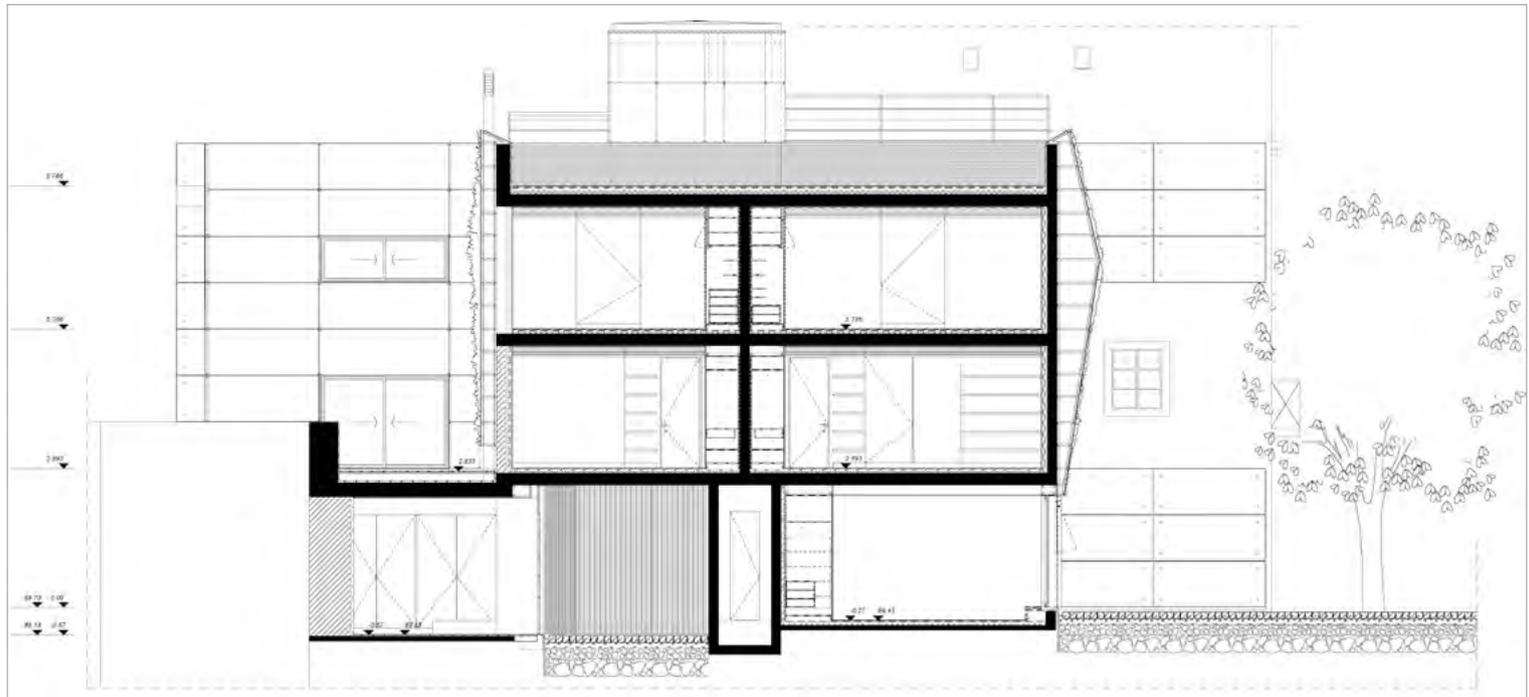


IMAGEM 10
Projecto – corte transversal (Arquitraço 2009).



ANÁLISE DO PROJECTO

O enquadramento no PDM de uma construção nova em Área Histórica Habitacional e em Núcleo de Interesse Histórico.

O projecto foi analisado à luz do PDM de 1994, em vigor na altura, que condicionava fortemente a demolição de edifícios nas denominadas “áreas históricas”, por serem zonas da cidade cujas características morfológicas e de ambiente e imagem urbana deviam ser preservadas, ainda que pudessem ser sujeitas a um processo de revitalização social e funcional (RPDM, Preâmbulo, II.A. “Área Histórica Habitacional”). Neste contexto, o regulamento do Plano apenas aceitava a demolição em caso de ruína comprovada por vistoria ou quando o edifício existente não constitua um elemento com interesse urbanístico, arquitectónico ou cultural, tanto individualmente como para o conjunto em que se integra, e se o novo projecto contribuir para a valorização arquitectónica, urbanística e ambiental da área. (artº 31º). No presente caso, por parte dos serviços de licenciamento urbanístico entendeu-se que, se por um lado as construções existentes, além de modestas e em estado do pré-ruína, estavam morfológicamente desenquadradas, por outro o projecto constituía uma mais-valia arquitectónica e urbanística para o local em causa. Com efeito, do ponto de vista urbanístico, a opção por um novo polígono de implantação e com menos 25m² de área trazia maior desafogo ao espaço público fronteiro e melhorava a articulação morfológica com os edifícios envolventes. Por outro lado, o objecto arquitectónico desenhado assumia a sua contemporaneidade nas linhas compositivas e nos materiais mas sem se impor numa

área de características marcadamente históricas.

Em conclusão, sendo fundamental garantir a autenticidade das diversas malhas urbanas da cidade e do seu edificado, nomeadamente nas áreas históricas, também é importante construir, sem grandes roturas, novo património para deixar como legado às gerações futuras.

FICHA TÉCNICA DO PROJECTO

Promotor - Sigma Pax Investimentos S.A

Construtor - Construoeriras - Obras

Públicas e Construção Civil S.A.

Arquitectura - Arquitráço / Arqº Luis Rebelo de Andrade

Jardins Verticais - ADN Garden Design

Estrutura - Axial Engenharia

NOTA

As autoras agradecem ao arq. Luís Rebelo de Andrade, ao Dr. Guilherme D’Orey e ao Dr. Luís Soares Franco pela sua disponibilidade na cedência de elementos indispensáveis para a realização deste artigo.

IMAGEM 11

Pormenor do revestimento vegetal (Hélia Silva, Nov. de 2011)





Estudos de Lisboa